

REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS
VOLUME 9, Nº2, ANO 2024 ISSN- 2675-5815

REVISTA CIENTÍFICA



ISSN 2675-5815

REVISTA ESFERA ACADÊMICA HUMANAS

Volume 9, número 2

Vitória

2024

EXPEDIENTE

Publicação Semestral

ISSN 2675-5815

Temática: Humanas

Capa

Marketing Faculdade Brasileira Multivix – Vitória

Os artigos publicados nesta revista são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, os pensamentos dos editores.

Correspondências

Coordenação de Pesquisa e Extensão Centro Universitário Multivix-Vitória

Rua José Alves, 135, Goiabeiras, Vitória/ES | 29075-080

E-mail: pesquisa.vitoria@multivix.edu.br

Pablo.oliveira@multivix.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO MULTIVIX – VITÓRIA

DIRETOR EXECUTIVO

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

DIRETORA ACADÊMICA

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Fernando Bom Costalonga

COORDENADOR DE PESQUISA E EXTENSÃO

Pablo Gatt

CONSELHO EDITORIAL

Alexandra Barbosa Oliveira

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio

Michelle Moreira

Patricia de Oliveira Penina

Pablo Gatt

ASSESSORIA EDITORIAL

Cecília Montibeller Oliveira

Daniele Drumond Neves

Helber Barcellos Costa

Karine Lourenzone de Araujo Dasilio

Pablo Gatt

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Adam Lúcio Pereira

Cecília Montibeller Oliveira Daniele

Drumond Neves

Giselle Almeida Alves

Pablo Gatt

APRESENTAÇÃO

A Revista Esfera Acadêmica - Ciências Humanas é uma publicação científica da Faculdade Multivix, dedicada à divulgação de pesquisas e estudos nas diversas áreas das Ciências Humanas. Seu objetivo é fomentar o conhecimento acadêmico por meio de um espaço plural e interdisciplinar, que permita o diálogo entre pesquisadores, professores, estudantes e demais interessados em temas que abrangem a complexidade da experiência humana. Esta revista apresenta artigos originais, ensaios teóricos, resenhas críticas e revisões de literatura, abordando questões contemporâneas relacionadas à Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Educação, História, Comunicação, Cultura e outras disciplinas correlatas. A proposta é contribuir para o avanço do saber científico e para o desenvolvimento de reflexões que impactem a sociedade e promovam o entendimento dos fenômenos sociais, culturais e históricos. Com periodicidade semestral, a Revista Esfera Acadêmica - Ciências Humanas é um veículo de disseminação de conhecimento que valoriza a qualidade acadêmica e a relevância social das pesquisas publicadas. Todos os artigos submetidos passam por um rigoroso processo de avaliação por pares, assegurando o compromisso com a excelência científica e a integridade ética. Agradecemos aos autores, avaliadores e colaboradores que tornam esta revista um espaço de construção coletiva do saber, contribuindo para o fortalecimento das ciências humanas no cenário acadêmico nacional e internacional.

Conselho Editorial

Prof. Dr. Pablo Gatt

Revista Científica ESFERA ACDÊMICA HUMANAS

SUMÁRIO

CYBERBULLYING – p. 07 - Carlos Alexandre Roriz Cazzotti, Lucas A. S. Dalbem Fasolo; Rani Fantecelle da Silva; Gabriel Batista Martinelli.

OS LUTOS NA PSICOLOGIA: UMA PERSPECTIVA DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL – p. 24 - Atílio Francischetto Netto; Augusto Vinícius Alves de Sá, Natalia Poleze Parma; Daniela Bello de Carvalho; Kirlla Cristhine Almeida Dornela; Felipe Fernandes Moça Matos; Gabriela Vieira de Abreu; Priscilla de Aquino Martins; Roberta Coelho Trancoso de Castro.

KLÍNICA PSICODÉLICA: POTENCIALIDADES TERAPÊUTICAS COM A EXPERIÊNCIA PSICODÉLICA – p. 44 - Bernardo Rodrigues Giacomo de Oliveira; Davi Salezze Gama; Salatiel Vinícius da Vitória; Thiago de Sousa Freitas Lima; Soo Yang Lee; Priscila Alves Balista; Clauder Oliveira Ramalho; Laêmecy Emanuelle Gonçalves Martins; Tammer Ferreira Zogheib.

TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL COMO TRATAMENTO PARA ADOLESCENTES DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS – p. 56 - Brenda Casotto Forechi; Palloma Oliveira Daher; Uliana Coutinho dos Santos; Letícia Garcia de Oliveira; Priscila Alves Balista; Clauder Oliveira Ramalho; Barbara Ribeiro Malacarne Paiva; Ketene Werneck Saick Corti; Roberta Coelho Trancoso de Castro.

TECNOLOGIA ASSISTIVA NA TRANSFORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL – p. 71 - Aline Menezes Soares; Luiz Henrique Silva Pereira; Pedro Henrique Carvalho de Oliveira; Isabele Santos Eleotério; Gabriela Vieira de Abreu; Barbara Ribeiro Malacarne Paiva; Karine Lourenzone de Araujo Dasilio; Fernanda Bravim; Wakyla Cristina Amaro Corrêa.

A OBSCURIDADE DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO RURAL: OMISSÕES E IMPACTOS – p. 86 - Natália Bleidão; Rayane Martins Ferreira; Claudia Michelly Sales de Paiva.

UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA PARA CRIANÇAS AUTISTAS – p. 104 - Juliana Mota de Souza Moncioso; Leonardo Louzada Meirelles; Rafaella Fernandes Sily de Assis; Bruno Eduardo Silva Ferreira; Grasiella Oliveira Paizante, Lara Pignaton Perim, Clara Pacheco Santos, Bárbara Ribeiro Marlacarne Paiva.

CYBERBULLYING

Carlos Alexandre Roriz Cazzotti¹, Lucas A. S. Dalbem Fasolo¹, Rani Fantecelle da Silva¹, Gabriel Batista Martinelli²

¹Discentes do curso de Direito do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

²Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

RESUMO

O cyberbullying, ou ciberbullying, é uma forma de agressão que ocorre no ambiente virtual, utilizando-se das ferramentas e plataformas digitais para intimidar, difamar, ameaçar ou humilhar outras pessoas. Essa prática é identificada pelo uso da tecnologia, como redes sociais, aplicativos de mensagens, fóruns online e e-mails, para disseminar mensagens negativas e prejudiciais, causando danos emocionais e psicológicos às vítimas. Com o advento da internet e o crescente acesso às tecnologias, o cyberbullying tornou-se um problema significativo na sociedade. O objetivo do presente artigo é demonstrar como a utilização desmedida do ambiente virtual, pode influenciar negativamente a vida de crianças e adolescentes, principalmente ao se tornarem vítimas de cyberbullying. Diferente do bullying tradicional, que ocorre em espaços físicos, o cyberbullying pode acontecer a qualquer hora e em qualquer lugar, uma vez que a internet proporciona um relato anônimo, permitindo que os agressores ocultem suas identidades e acessem as vítimas virtualmente. Assim, no presente artigo, utilizou-se a metodologia analítico-descritiva, e de pesquisa qualitativa, exploratória e bibliográfica. Dessa forma, em primeiro momento será abordada a evolução cibernética e os crimes virtuais de forma ampla; em um segundo momento, tratar-se-á sobre a prática de bullying e cyberbullying, trazendo seus conceitos e especificidades e, nesse contexto, a prática crimes relacionados ao cyberbullying e suas consequências jurídicas.

Palavras-Chave: Internet; Crimes Virtuais; Cyberbullying.

INTRODUÇÃO

A evolução das tecnologias, da comunicação, da informática, acelerou o desenvolvimento humano de forma bastante ampla, podendo-se dizer que a internet foi o verdadeiro divisor de águas para tanto.

Infelizmente, por outro lado, trouxe também uma triste realidade, a dependência cada vez maior dos aparelhos eletrônicos, pois se antes era possível se comunicar sem a utilização de um aparelho celular, hoje este se tornou tão essencial que não se admite ficar sem ele e por esse motivo, a dependência tecnológica tem trazido dados alarmantes, passando inclusive a ser tratada como doença.

Com o crescimento do acesso aos aparelhos eletrônicos, se tornou também crescente a ocorrência de crimes virtuais, como os praticados através do cyberbullying, que é a prática de bullying no ambiente virtual.

O cyberbullying, também conhecido como bullying virtual, é um fenômeno cada vez mais presente na sociedade digitalizada. Trata-se do uso de tecnologias de comunicação, como a internet e as redes sociais, para intimidar, assessorar, difamar ou ridicularizar indivíduos de forma repetida e deliberada. Ao contrário do bullying tradicional, que ocorre principalmente em ambientes físicos, o cyberbullying ocorre no mundo online, onde as vítimas podem enfrentar ataques constantes e em grande escala.

Pode se manifestar de várias formas, incluindo o envio de mensagens ameaçadoras

ou insultantes, a divulgação de informações pessoais sem consentimento, a criação de perfis falsos para humilhar ou difamar alguém, e a disseminação de discursos de ódio e ameaças. As vítimas de cyberbullying podem ser expostas a ataques públicos, que muitas vezes se espalham rapidamente e têm um alcance significativo devido à natureza viral das redes sociais.

Infelizmente, o cyberbullying não possui legislação própria, ficando o judiciário brasileiro dependente de legislações paralelas nas áreas cível e criminal para aplicação das devidas sanções derivadas da prática de atos a ele relacionados. Principalmente na área criminal, onde crimes como injúria, calúnia e difamação são os mais frequentes.

Justifica-se a presente pesquisa porque os efeitos do cyberbullying são profundos e podem ter consequências devastadoras para as vítimas. Elas podem sofrer danos psicológicos, emocionais e até físicos, experimentando sintomas de ansiedade, depressão, baixa autoestima e isolamento social. Em casos extremos, o cyberbullying pode levar ao suicídio das vítimas, causando uma tragédia irreparável, pois as pesquisas demonstram que o número de crianças e adolescentes afetados pelo cyberbullying estão em constante aumento, assim como a prematuridade no acesso às redes sociais, que faz com que as vítimas não tenham condições psicológicas de lidar com as situações que as afetam.

Assim, em um primeiro momento, será analisada a evolução cibernética e traçado um paralelo com a ocorrência de crimes derivados dessa evolução, posteriormente, definir-se-á o bullying e o cyberbullying, sendo este último o ato através do qual diariamente pessoas são ofendidas e/ou humilhadas nas redes sociais, por fim, serão trazidos dados que demonstrem como a prática do cyberbullying pode ser caracterizada criminalmente, como forma de punir a prática deste.

Por esse motivo, tem-se como objetivo geral a análise da prática de cyberbullying, devido a crescente ocorrência deste, principalmente entre crianças e adolescentes brasileiros, tendo como objetivo específico analisar como a referida prática se relaciona a outras práticas criminosas, bem como evidenciar a necessidade de o Poder Legislativo intervir em tal prática, criando leis que possam proteger de forma efetiva a juventude brasileira.

EVOLUÇÃO CIBERNÉTICA E CRIMES VIRTUAIS

A humanidade está constantemente em busca de conhecimento, de praticidade, e de descobrir formas de tornar a vida mais prática e otimizável, o que impulsiona a evolução tecnológica.

A criação do ábaco, no ano III a. C., foi tido como um divisor de águas da tecnologia, podendo este ser considerados por alguns autores, o primeiro modelo de computador digital. Alguns objetos também marcaram a evolução da humanidade, como o fogo, a roda, a escrita etc., e fizeram com que aos poucos as coisas fossem evoluindo até os formatos atuais.

O auge da era moderna foi o avanço da informática, que embora alguns acreditem ter originado com o ábaco, somente teve efetivo desenvolvimento após 1614,

quando matemáticos e filósofos como John Napier, Blaise Pascal, Charles Babbage, dentre outros, começaram a desenvolver estudos que serviram de base ao desenvolvimento tecnológico. (PAESANI, 2014).

Somente em 1951 foi produzido o primeiro computador comercial, o que alavancou o desenvolvimento no setor, principalmente nos países americanos e europeus, campo este atualmente dominado por países como Japão e Coreia. Em 1960 surgem os microcomputadores.

De acordo com Manuel Castells (apud VIEIRA, 2011, p. 56):

[...] um novo mundo está tomando forma, tendo se originado mais ou menos no fim dos anos 60 e meados da década de 70 na coincidência histórica de três processos independentes: revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo; e apogeu de movimentos sociais e culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. A interação entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fez surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma novacultura, a cultura da virtualidade real.

Desde a década de 1980, a evolução tecnológica tem sido constante e em alta velocidade, surgindo a cada dia novos equipamentos, novas tecnologias, novos conceitos, o que pode ser visto de forma positiva, mas também negativa.

O moderno computador eletrônico é o resultado de inúmeras tentativas que o homem vem realizando através dos séculos para ajudá-lo no trabalho de processamento de dados. Entretanto, essa máquina cada vez mais aprimorada pelo homem, apresenta-se como uma faca de dois gumes, pois à medida que crescem sua sofisticação e utilidade, cresce paralelamente a dependência com relação a esse instrumento.

A internet foi o maior avanço das últimas décadas, sendo inclusive responsável pelo acelerado avanço da sociedade, com a troca rápida de informações e acesso fácil e quase instantâneo a elas. De início, era artigo de luxo, sendo utilizada apenas em empresas e nas residências mais abastadas da sociedade, no entanto, hoje é algo bastante comum, encontrada em todas as classes sociais e de forma ampla e muitas vezes gratuita.

No Brasil, a internet começou a operar no ano de 1988 através do Laboratório Nacional de Computação Científica que conseguiu acesso à Bitnet, rede remota de origem americana, através de uma conexão de 9.600 bits por segundo (bps), feita com a Universidade de Maryland, após, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), consegue estabelecer uma conexão de 4.800bps através das redes Bitnet e Hepnet, com a Fermi National Accelerator Laboratory (Fermilab), em Chicago. (VIEIRA, 2011).

Em 1989 a comunidade acadêmica, junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e com o apoio de várias fundações governamentais de esfera estadual e nacional, cria a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), objetivando desenvolver infraestrutura de rede de forma internacional e interestadual. (VIEIRA, 2011).

No ano de 1994, a empresa Embratel lança, de forma experimental e limitada a

5.000 usuários, o serviço de internet comercial, e em 1995, o serviço passa a ser utilizado de forma definitiva. Após esse momento inicial, grandes empresas passaram a desenvolver tecnologias cada vez mais eficazes para garantir o acesso à internet, modernizando as conexões, que deixam de ser discadas e passa a serem propagadas através das mais variadas tecnologias, por exemplo, bem como a acelerando a velocidade no compartilhamento de dados, o que fez com que a corrida pela conquista do cliente motivasse o desenvolvimento.

Essa ampliação do acesso à internet, fez com que a evolução social fosse mais rápida e ampla. Se antes era necessária a utilização de enciclopédias, livros e revistas para se fazer uma pesquisa, hoje basta uma boa conexão com a internet, para que se tenha todas as informações necessárias sobre determinado assunto.

As crianças nascidas a partir do final da década de 1990 pouco sabem o que é uma enciclopédia, mas utilizam com grande habilidade, celulares, tablets e computadores. E se questionadas, mesmo a de mais tenra idade, sobre o que seria a internet, possuem a capacidade de conceituar, mesmo que de modo simples, o seu significado.

Doutrinariamente, Pedro Mizukami (apud VIEIRA, 2011, p. 57) define a internet como

[...] 'um conjunto de redes de computadores que opera de modo a oferecer ao usuário a ilusão de uma rede una, monolítica (daí o nome Internet)". O autor continua exemplificando: "Quando um usuário se conecta à Internet por meio de um provedor de acesso, na verdade está se conectando a uma rede, que a seu turno encontra-se conectada a outras redes, que operam conjuntamente, conectadas entre si.

De forma mais técnica, Patrícia Peck Pinheiro (2011, p. 57) conceitua:

Tecnicamente, a Internet consiste na interligação de milhares de dispositivos do mundo inteiro, interconectados mediante protocolos (IP, abreviação de Internet Protocol). Essa interligação é possível porque utiliza um mesmo padrão de transmissão de dados. A ligação é feita por meio de linhas telefônicas, fibra óptica, satélite, ondas de rádio ou infravermelho. A conexão do computador com a rede pode ser direta ou através de outro computador, conhecida como servidor. Este servidor pode ser próprio ou, no caso dos provedores de acesso, de terceiros. O usuário navega na Internet por meio de um browser, programa usado para visualizar páginas disponíveis na rede, que interpreta as informações do website indicado, exibindo na tela do usuário textos, sons e imagens. São browsers o Internet Explorer, da Microsoft, o Netscape Navigator, da Netscape, o Mozilla, da Mozilla Organization, entre outros. Os servidores e provedores de acesso utilizam a estrutura do serviço de telecomunicação existente (no caso brasileiro, o da Embratel), para viabilizar o acesso, armazenamento, movimentação e recuperação de informação do usuário à rede

Pode-se então, de maneira superficial, conceituar a internet como sistema de rede utilizado para o compartilhamento de informações de forma globalizada e simultânea.

O compartilhamento de informações sempre foi o grande objetivo do avanço da internet. Atualmente não há mais necessidade, por exemplo, de se adquirir um Compact Disc (CD), um livro, pois já existem e-books, ou DVDs, itens esses que se tornam a cada dia mais raros e obsoletos, para a infelicidade de alguns.

Dessa forma, o compartilhamento de arquivos na internet é baseado em dois

elementos: a infraestrutura técnica, composta de vários computadores interligados pela rede; e de uma comunidade, composta de pessoas que detenham os materiais e se disponham a compartilhar com outras.

Por esse motivo, comumente se diz que: “se não está na internet é porque não existe”. E tal afirmação se dá justamente porque o acervo de informações contidos na rede, e alimentado por todo o mundo, é de tamanho incomensurável, possuindo fontes das mais diversas.

Assim, os sistemas de compartilhamento são criados de forma que a colaboração possa ser livre, fazendo com que o usuário que tenha interesse compartilhe com os demais, de forma desimpedida, a informação que detenha, e muitas vezes assim se desenvolvem alguns crimes virtuais, também conhecidos como crimes cibernéticos.

Pode-se dizer, que um dos fatos que motivou o combate aos crimes cibernéticos, foi o fato ocorrido no ano de 2012 com a atriz Carolina Dieckmann, que ensejou a promulgação de uma lei com seu nome.

A Lei Carolina Dieckmann é uma legislação brasileira que trata dos crimes cibernéticos, em específico, da invasão de dispositivos eletrônicos e da divulgação não autorizada de conteúdo íntimo na internet. Seu nome é uma referência à atriz Carolina Dieckmann, que foi vítima de um caso de violação de privacidade

Oficialmente conhecida como Lei nº 12.737/2012, esta ficou popularmente conhecida como Lei Carolina Dieckmann devido ao caso de repercussão que motivou sua criação, tendo entrado em vigor no ano de 2013. Ela estabelece compensações para os crimes de invasão de dispositivo informático alheio (hacking) e de divulgação não autorizada de imagens e vídeos de nudez ou conteúdo sexual, geralmente conhecidos como “pornografia de vingança” ou “sextorsão”.

De acordo com esta lei, quem invadir dispositivo eletrônico alheio, sem autorização ou com o objetivo de obter, adulterar ou destruir dados, informações ou imagens, está sujeito a pena de detenção de três meses a um ano, além de multa. Já a divulgação não autorizada de conteúdo íntimo é considerada crime e pode resultar em pena de reclusão de um a cinco anos, além de multa.

A referida lei foi um marco importante na legislação brasileira para combater crimes cibernéticos e proteger a privacidade e a segurança dos indivíduos na internet. Ela contribuiu para conscientizar a sociedade sobre os danos causados pela invasão de privacidade e pela divulgação não consensual de conteúdo íntimo.

Por esse motivo, a legislação brasileira visando regulamentar a utilização do ambiente virtual, promulgou a Lei nº 12.965/2014, denominada Marco Civil da Internet. O objetivo desta lei é estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no país. Embora sancionada em 2014, a referida lei só entrou em vigor em 2016, com o objetivo de proteger os direitos dos usuários, promover a liberdade de expressão e estabelecer responsabilidades para provedores de internet e usuários.

O Marco Civil da Internet é considerado para alguns, uma referência internacional em termos de legislação sobre a Internet e tem influenciado debates e discussões em outros países. Ele busca equilibrar os direitos e responsabilidades dos usuários, provedores de serviços e autoridades, visando promover um ambiente digital mais

seguro e inclusivo.

No entanto, esse posicionamento não é unânime, pois acreditam alguns doutrinadores ser o Marco Civil da Internet uma grande perda de tempo, por simplesmente tratar-se de uma legislação que se limitou a compilar direitos e garantias já assegurados, conforme expõe Victor Hugo Gonçalves (2017, p. 8):

O Marco Civil inicia-se com o comando legal de que nele se estabelecem os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Primeiramente, há que se ressaltar que tal comando pressupõe um equívoco do legislador e uma total dissonância do sistema jurídico em que se insere o Marco Civil. Quem estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para quaisquer usos e tecnologias é a Constituição Federal do Brasil. O Marco Civil é uma legislação infraconstitucional que deveria implementar e regulamentar a Constituição. Contudo, não é isso que ocorre. Muitas linhas se seguirão abaixo para constatar que o Marco Civil repete descontextualizadamente princípios, garantias, direitos e deveres constitucionais sem aprofundá-los para as questões e problemas existentes de suas inserções nas tecnologias de informação e comunicação.

Se observa, entretanto, que embora cercado de falhas e deixando bastante a desejar em sua redação, principalmente ao utilizar o termo internet para englobar qualquer sistema digital, o legislador teve boa intensão ao levantar alguns pontos que motivaram a redação legislativa, principalmente devido ao aumento desmedido de crimes cibernéticos.

Os crimes cibernéticos são aqueles cometidos por meio do uso da tecnologia da informação e da comunicação, como computadores, dispositivos móveis, redes de computadores, internet e outras tecnologias. Esses crimes podem ser perpetrados por indivíduos ou grupos mal-intencionados que utilizam essas ferramentas para roubar informações, invadir sistemas, disseminar vírus, extorquir pessoas, entre outras ações ilícitas.

Entre os principais tipos de crimes cibernéticos, destacam-se o hacking, invasão de sistemas de computador com a intenção de roubar informações, modificar dados, destruir arquivos ou assumir o controle de dispositivos; e o phishing, que é a fraude eletrônica em que o criminoso se faz passar por uma pessoa ou empresa legítima para obter informações pessoais, senhas, dados bancários ou outras informações confidenciais.

Também existem os ataques de negação de serviço (DDoS), quando os criminosos sobrecarregam um site ou serviço com tráfego falso para impedir que usuários legítimos acessem o site, o ransomware, que é um tipo de software malicioso que criptografa dados de um sistema e exige um resgate para liberar o acesso aos dados, os cibercrimes financeiros, através de roubo de dados bancários, cartões de crédito ou informações de identificação pessoal para obter dinheiro ou fazer compras fraudulentas.

Por fim, existem ainda os crimes de “sextorsão”, que é a chantagem sexual on-line em que os criminosos ameaçam divulgar imagens ou vídeos íntimos de suas vítimas, a menos que um resgate seja pago; e o cyberbullying, que ocorre através do uso da internet e outras tecnologias para intimidar, assediar ou constranger outra

pessoa, sendo estes últimos, os crimes de maiores consequências negativas perante o público infante juvenil, dada as suas consequências, que se serão pormenorizadas em momento oportuno.

Os crimes cibernéticos representam uma ameaça crescente para indivíduos, empresas e governos em todo o mundo e para prevenir esses crimes, é importante adotar medidas de segurança digital, como usar senhas fortes, manter o software atualizado, não compartilhar informações confidenciais online, estar atento a e-mails e mensagens suspeitas, entre outras ações preventivas. Além disso, é importante que governos e empresas invistam em medidas de segurança cibernética e educação para ajudar a proteger indivíduos e organizações contra essas ameaças.

Ocorre que, quando se trata de crimes como o cyberbullying ou a ele relacionados, pouco adianta uma segurança digital, sendo mais importante uma “segurança familiar”, e por isso é importante destacar, que o cyberbullying pode ocorrer tanto entre crianças e adolescentes como entre adultos. No entanto, devido ao uso generalizado da tecnologia por jovens, eles são particularmente vulneráveis a essa forma de assédio. Assim, para combate ao cyberbullying, é necessário um esforço conjunto de pais, educadores, comunidades online e autoridades e por esse motivo, essencial se faz analisá-lo de forma pormenorizada, como será feito adiante.

BULLYING E CYBERBULLYING

O bullying tem sido uma realidade cada vez mais comum entre as crianças e jovens brasileiros. A competitividade, o avanço das tecnologias, a mudança de paradigmas sociais, dentre vários outros fatores, fez com que os menores da atualidade fossem fruto de uma sociedade sem limites ou senso de respeito.

Não se pode dizer que a prática de bullying seja uma questão moderna, pois ela ocorre há vários anos, sem rotulação. Entretanto, os pais do século XXI se viram obrigados a cada dia mais se envolverem com o trabalho para mantê-lo, já que o conhecimento precisa se expandir na mesma velocidade que a evolução tecnológica. Ainda, as incansáveis jornadas de trabalho e as incessantes tarefas domésticas, criou pais reféns de celulares, tablets, laptops, videogames, ou quaisquer meios que conseguissem prender a atenção de seus filhos para que pudessem ter um pouco de descanso e/ou dedicação as tarefas que precisavam ser executados e, conseqüentemente, se abstraiam do dever de cuidado e monitoramento ao conteúdo acessado por esses menores.

Dessa forma, os chamados “influencers” digitais, passaram a ditar as regras a essas crianças e adolescentes e, muitas vezes, a orientar de forma prejudicial o seu desenvolvimento, ensinando por exemplo, a como fazer pirraça para conseguir que os pais comprem algo, ou mesmo a chutar um colega para divertir os demais expectadores, dentre várias práticas negativas que só inflaram e potencializaram a ocorrência de bullying.

A palavra bullying deriva da língua inglesa, e não possui significado no Brasil, no entanto, ao buscar sua tradução, pode-se encontrar a expressão “assédio moral”. No

entanto, a sociedade brasileira apropriou-se do termo inglês para conceituar sua prática, pois para o direito, o assédio moral diferencia-se em seu conceito jurídico totalmente da prática do bullying, já que aquele ocorre normalmente em ambiente de trabalho, havendo uma relação laboral entre os envolvidos.

Edésio Santana (2018, p. 17), ratifica tal posicionamento ao dizer:

A palavra *bullying*, da língua inglesa, é relacionada ao substantivo *bully*, que significa neste contexto, agressor; e ao verbo *to bully*, que significa maltratar alguém, principalmente quem é mais fraco. Em português, a palavra que mais se aproxima dessas é o verbo “bulir”, que significa aborrecer, incomodar. Portanto, em não havendo uma tradução precisa, o termo *bullying* será usado no Brasil, como está sendo em quase todos os outros países preocupados com esse tipo de violência.

O bullying refere-se a um comportamento agressivo intencional, repetitivo e que envolve um desequilíbrio de poder entre os indivíduos envolvidos. Normalmente ocorre quando uma pessoa ou um grupo de pessoas tem como alvo outra pessoa que é percebida como vulnerável ou mais fraca de alguma forma.

Normalmente ocorre no ambiente escolar ou social de crianças e adolescentes, isso porque, esses são os mais afetados comumente pela prática do bullying. Sua prática inclui agressão física, como bater, chutar ou empurrar; abuso verbal, como xingamentos, provocações ou espalhar boatos; e manipulação psicológica, como exclusão, intimidação ou cyberbullying por meio de plataformas online. O bullying pode ocorrer em vários ambientes, como escolas, locais de trabalho, comunidades ou até mesmo online.

Dessa forma, a prática de bullying é composta praticamente por três sujeitos: agente, vítima e espectador.

O agente é o agressor, chamado de valentão, “cabeça” ou líder, normalmente utiliza-se de sua compleição física ou influência com os demais colegas para diminuir ocorre em um ambiente online ou digital. O cyberbullying pode ser perpetrado por indivíduos ou grupos e pode ocorrer em várias plataformas e dispositivos.

Algumas formas de cyberbullying incluem enviar mensagens com ameaças ou insultos, espalhar boatos ou informações falsas online, compartilhar fotos ou vídeos embaraçosos sem consentimento, criar perfis falsos ou se passar por alguém e excluir ou isolar alguém de comunidades virtuais ou grupos sociais.

Conforme dito anteriormente, a evolução tecnológica de forma exacerbada criou hábitos na população que ultrapassaram os limites de respeito e intimidade. A todo tempo publicam suas vidas na web, comentam e opinam sobre a vida de outras pessoas, se sentindo nesse direito, simplesmente pelo fato de a pessoa também estar inserida no ambiente digital, agindo da mesma forma, compartilhando muitas vezes sua vida, sua intimida.

Thiago Ribeiro (2013, p. 27) então conceitua o ciberespaço como:

[...] ambiente físico, ideológico e humano criado pelo somatório intercambiário de computadores e outros dispositivos digitais; é um canal de comunicação humana pelo qual ideias fluem de uma maneira totalmente nova e que serve à profusão das inovações que engendram o próprio canal (conhecimento informático) ou à profusão de qualquer outra informação (conhecimento geral).

E prossegue o escritor relacionando esse conceito à cibercultura, que é justamente a inovação nas formas de pensar e agir do indivíduo no ambiente virtual, definindo-a como:

É, desta forma, uma cultura surgida como um sucedâneo das inovações advindas da Revolução Informacional, e da criação do ciberespaço, que acabaram redefinindo os limites do saber e o da agir humano. Como esta esfera virtual tem tomado cada vez mais espaço nas criações e nas ocupações humanas, o mundo está se moldando aceleradamente a esta nova realidade.(RIBEIRO, 2013, p. 29).

Dessa forma, o que se observa é que no ciberespaço as pessoas parecem perder seus limites. A proximidade oriunda do ambiente virtual acaba por afastar as pessoas no ambiente real, e cria em algumas pessoas sentimentos que, por vezes não teriam em um ambiente social.

A frieza, a insensibilidade, a raiva, dentre outros sentimentos negativos, bem como a admiração, a paixão, o interesse, acabam se potencializando no ambiente virtual, onde as pessoas passam a ter mais coragem de dizer coisas que pessoalmente não teriam, como se declarar a um colega ou mesmo expor aquela colega de quem não gosta

Outra grande problemática do ciberespaço é a recentemente tão mencionada Fake News, que se refere ao compartilhamento de informações falsas ou enganosas apresentadas como notícias factuais. É intencionalmente criado e divulgado para enganar ou manipular as pessoas, muitas vezes para fins políticos, financeiros ou ideológicos. Notícias falsas podem se espalhar rapidamente por vários canais, incluindo mídias sociais, sites, fóruns online e até mesmo meios de comunicação tradicionais.

O impacto das notícias falsas é muito significativo, pois pode desinformar o público, moldar opiniões e influenciar a tomada de decisões, além de contribuir para a disseminação de desinformação, minar a confiança em fontes confiáveis de informação e criar confusão e divisão nas sociedades.

Dentre as várias informações falsas veiculadas também se encontram os crimes virtuais, não simplesmente pela prática da divulgação, mas pelo efeito que as mesmas podem ocasionar, como em casos em que se imputa crime a determinada pessoa, e esta acaba sofrendo violências e retaliações por causa da notícia falsa.

Assim também ocorre no cyberbullying, conforme discorre Maria Tereza Madonado (2011, p. 61):

O *cyberbullying* é a prática da crueldade *online*. Com o rápido desenvolvimento da tecnologia, os agressores passaram a criar muitas outras formas de atormentar suas vítimas. A pessoa que, em um momento, é agressor, no momento seguinte pode tornar-se vítima, porque também passaa ser atacada.

O acesso ao ambiente virtual vem sendo explorado pelo indivíduo desde tenra idade. Crianças com idade aproximada de 3 anos, já sabem executar jogos, baixar aplicativos, fazer pesquisas, e explorar os vários recursos como câmeras e ligações dos aparelhos celulares e tablets, por exemplo, o que faz com que os desafios no ciberespaço sejam cada vez maiores, buscando sempre ir além do seu

conhecimento. Assim, entre os grandes problemas do ambiente virtual estão as redes sociais, principal meio de cometimento de cyberbullying.

Thiago Ribeiro (2013, p. 39) discorre sobre as referidas redes:

Como uma funcionalidade da internet que estabelece contato entre as pessoas por meio de hiperdocumentos, localizados em *sites* com os mais diversos conteúdos e finalidades, nos anos mais recentes começaram a surgir, no ciberespaço, *webpages* especialmente voltadas a reunir grupos de pessoas, cada uma com um espaço reservado ou perfil, o qual pode ser conectado ao de outras pessoas, a critério do usuário. Além desses perfis (*profiles*), existem também páginas criadas livremente pelos usuários sob uma temática específica e que podem contar com a participação de qualquer interessado. Esses grandes *sites*, voltados essencialmente para o contato entre as pessoas, têm a vantagem de reunir características da própria *web* com as outras finalidades da rede, como os *newsgroups*, os *e-mails* e os *messengers* (dispositivos de interação instantânea).

Dessa forma, pode-se dizer que redes sociais são estruturas formadas por pessoas, organizações ou grupos que se conectam e interagem entre si, compartilhando interesses, informações, ideias e conteúdos através de plataformas online ou offline. Seu conceito remonta às pessoas humanas e à forma como as pessoas se relacionam e se agrupam em comunidades.

No contexto online, as redes sociais referem-se especificamente a plataformas digitais que facilitam a criação, o compartilhamento e a troca de informações entre os usuários. Essas plataformas fornecem recursos e ferramentas para criar perfis, adicionar amigos ou seguidores, postar mensagens, fotos, vídeos, participar de grupos ou comunidades e interagir com outros usuários. Permitem que os usuários se conectem com amigos, familiares, colegas de trabalho e também com pessoas desconhecidas que tenham interesses semelhantes.

Além disso, desempenham um papel importante na disseminação de informações e no compartilhamento de conteúdo, influenciando opiniões, comportamentos e tendências. Elas também têm impacto na esfera política, no ativismo social, na educação, no marketing e em muitos outros aspectos da sociedade contemporânea. No entanto, é importante destacar a necessidade de se adotar alguns cuidados no uso das redes sociais.

É essencial entender as configurações de privacidade das redes sociais e tomar medidas para proteger suas informações pessoais, evitando compartilhar informações publicamente e verificar regularmente as configurações de privacidade para garantir, que apenas as pessoas desejadas possam ver suas postagens e informações pessoais.

Como ora mencionado, as redes sociais são frequentemente utilizadas para compartilhar notícias e informações. No entanto, nem tudo o que circula nessas plataformas é confiável, sendo essencial a verificação da veracidade das informações antes de compartilhá-las, sendo importante procurar demais fontes para obter informações precisas e atualizadas.

Importante também estar sempre atento ao aceitar solicitação de amizade ou

conexão de pessoas desconhecidas, onde se deve verificar se realmente se conhece uma pessoa ou tem interesses comuns antes de compartilhar informações pessoais. Ao interagir nas redes sociais, é importante adotar um comportamento respeitoso e responsável.

Tais diretrizes servem para direcionar um comportamento ideal no ambiente virtual, no entanto, vários casos recentes demonstram que nem sempre as mesmas são seguidas, evidenciando assim os crescentes casos de crimes cibernéticos e principalmente do cyberbullying.

Os ataques cibernéticos começaram a ser prática comum. O ambiente virtual faz com que muitas se sintam impunes, ocultos, e encorajados a ameaçar, expor, julgar, ou seja, a agir de maneira criminosa contra outrem, acreditando que nunca será identificado e devidamente punido, entretanto, a mesma tecnologia que concede poderes aos praticantes de cyberbullying, também auxiliam às autoridades na identificação e posterior punição dos criminosos.

Por esse motivo, os agentes da lei passaram a utilizar desses recursos no combate aos crimes virtuais, e no Brasil, as polícias investigativas, bem como o Poder Judiciário e Ministério Público, passaram a adotar várias medidas para tanto, conforme será explicitado adiante.

Prática do Cyberbullying no Brasil

Em 06 de novembro de 2015, é promulgada a Lei nº 13.185, lei esta que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, também conhecida como lei anti-bullying, surge com o objetivo de regulamentar a prática de bullying, tipificando as condutas praticadas pelo ato, podendo a mesma, ser utilizada como fundamentação às ações do Ministério da Educação e de suas Secretarias Estaduais e Municipais, bem como a demais órgãos cuja matéria diga respeito.

Da mesma forma, inclui em seu teor a prática do cyberbullying, ao trazer na redação do parágrafo único de seu art. 2º, in verbis:

Art. 2º. [...]

Parágrafo único. Há intimidação sistemática na rede mundial de computadores (**cyberbullying**), quando se usarem os instrumentos que lhe são próprios para depreciar, incitar a violência, adulterar fotos e dados pessoais com o intuito de criar meios de constrangimento psicossocial.

Embora a referida lei mencione somente a rede mundial de computadores, pode-se dizer que se aplica analogicamente aos demais meios eletrônicos.

A prática de cyberbullying no Brasil tem se tornando crescente nos últimos anos. De acordo com dados levantados através de pesquisa realizada pela McAfee Corp, empresa de proteção *online*, 64% dos pais brasileiros, temem que seus filhos pratiquem *cyberbullying*, 22% das crianças e adolescentes afirmam já ter praticado *cyberbullying* com alguém, e 84% dos pais se dizem preocupados em seu filho ser vítima de *cyberbullying*. (FRAIDENRAICH, 2022).

Lucas Ananias Gomes (2022) explicita como a referida pesquisa foi realizada:

A pesquisa foi realizada entre os dias 15 e 5 de julho de 2022, pela Empresa de Pesquisa de Mercado MSI-ACI por e-mail convidando pais de crianças de 10 a 18 anos a preencher um questionário online. No total,

11.687 pais e seus filhos completaram a pesquisa de 10 países, incluindo Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Austrália, Índia, Canadá, Japão, Brasil e México. Os pais foram questionados se seus filhos entre 10 e 18 anos estavam disponíveis para concluir uma pesquisa. Se sim, os pais foram convidados a completar algumas perguntas antes de entregar a pesquisa para seu filho.

Segundo Verônica Fraidenaich (2002), existe realmente motivo para tanto: “Dados do estudo mostram que 6 a cada 10 (67%) crianças e adolescentes brasileiros já sofreram discriminação de alguém que conhecem, e 5 a cada 10 (51%) foram vítimas da prática por estranhos”.

De acordo com o referido estudo, grande parte das crianças e adolescentes brasileiros, escondem o fato de terem sofrido cyberbullying, cujas práticas mais comuns são o flaming, que são ofensas e ataques pessoais; o outing, que é a fala sobre a orientação sexual de alguém sem consentimento prévio; o trolling, incentivo ao conflito através de mensagens antagônicas; doxxing, publicação de informações confidenciais sem consentimento; apelidos; informações falsas; imagens e mensagens explícitas; perseguição virtual; e exclusão de grupos. (FRAIDENRAICH, 2022).

Tais práticas visam ofender a vítima através de comentários sobre sua aparência; inteligência; promovem ostracismo em grupo; comentários raciais ou de identidade cultural; sobre gênero; sobre estilo de vida etc. (FRAIDENRAICH, 2022).

A vítima de cyberbullying prefere por muitas vezes, tentar amenizar a situação, fingir não se importar, ou mesmo admitir que a pessoa está certa em seu posicionamento para evitar o conflito ou o agravamento da situação, no entanto, da mesma forma, a prática de cyberbullying toma proporções desmedidas e incontroláveis, passando a “brincadeira” a ser encarada como verdadeiro ato criminoso.

O cyberbullying em si deveria ser tipificado como crime, no entanto, enquanto a legislação brasileira não evolui a esse patamar, utiliza-se de leis correlatas aos atos praticados para punição dos seus causadores, conforme se verificará adiante.

Crimes Relacionados ao Cyberbullying

De início, importante destacar as considerações trazidas por Marcelo Crespo (apud FAVERO, 2021), ao distinguir os crimes digitais próprios dos crimes digitais impróprios ou misto, ao dizer:

- a) Crimes digitais próprios ou puros, que são as condutas voltadas contra os sistemas informáticos e dados. São crimes de risco informático. Exemplos: o acesso não autorizado (hacking), a criação e disseminação de vírus e o embaraçamento ao funcionamento de sistemas;
- b) Crimes digitais impróprios ou mistos, que são as condutas voltadas contra outros bens jurídicos (interesses protegidos pela lei) que não sejam tecnológicos. Exemplos: ofensas à honra, o armazenamento de imagens com conteúdo de pornografia infantil, o estelionato, a ameaça e até mesmo o homicídio.

O cyberbullying se enquadra dentre os crimes digitais impróprios, não havendo previsão legal para o crime em si. Entretanto, Thiago Ribeiro (2013, p. 107), entende sobre a prática do cyberbullying que:

[...] pudemos perceber bem a sua aptidão para lesionar direitos

subjetivos, pois se trata de uma conduta voluntária, de conteúdo ultrajante e de forma contumaz, que pode criar abalos psicoemocionais, exigindo, assim, direito à reparação. Dessa forma, nos moldes em que se desenha a forma de conduta descrita, fica clara a figura do *ato ilícito*.

Dessa forma, embora possa ser caracterizado como ato ilícito, o cyberbullying não possui previsão jurídica na esfera penal, pois a legislação, ao contrário do desenvolvimento tecnológico, ainda engatinha em sua evolução.

Vários projetos de lei ainda tramitam no Congresso Nacional com essa finalidade, como o PL nº 1.573/2011, que objetiva a modificação do Código Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, passando a criminalizar a prática de bullying. Ainda, o PL nº 3.686/2015, que visa tipificar o crime de intimidação sistemática (bullying), não abarcado pela lei própria que trata do assunto, prevendo ainda como causa de aumento de pena, a prática da conduta através da internet (cyberbullying).

Há ainda o Projeto de Lei nº 6.521/19, similar ao retromencionado, que se propõe a tipificar o crime de intimidação sistemática virtual (cyberbullying) e o assédio sistemático virtual (cyberstalking). E dentre todos o que merece maior destaque, o PL nº 3.402/21, que acrescenta o art. 140-A ao Código Penal brasileiro, visando criminalizar a prática do cyberbullying.

Por ora, só resta ao julgador utilizar-se dos tipos penais já existentes para aplicar, analogicamente a criminalização ao ato praticado através do cyberbullying. Dessa forma, dentre os vários crimes que podem ocorrer no ambiente virtual, destaca-se os de maior incidência, como: crimes contra a honra, racismo, homofobia, assédio sexual, ameaça e até instigação ao suicídio.

Dentre todos os crimes supracitados, no que concerne ao cyberbullying, merece destaque a prática de crimes contra a honra, não somente pelo fato de sua maior incidência, mas porque a prática dos demais crimes, normalmente deriva daqueles.

A honra é um direito inviolável, conforme prevê o art. 5º, X da CF, ao dizer: “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material e moral decorrente da sua violação”. Dessa forma, observa-se que a própria Constituição prevê as sanções cíveis em relação à violação da honra, mas a dimensão dessa violação merece também a punição penal. Crimes contra a honra são aqueles que violam a consideração, a imagem ou a dignidade de uma pessoa. Esses crimes podem ser cometidos tanto online quanto offline, mas no contexto do cyberbullying, estes são promovidos principalmente em plataformas digitais. Assim, dentre os crimes contra a honra encontram-se a Calúnia, prevista no art. 138 do Código Penal, que assim prevê, in verbis: “Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime”; a Difamação, prevista no art. 139 do mesmo dispositivo: “Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação”; e a Injúria, disposta no art. 140 do CP: “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro”.

A calúnia no ambiente virtual, assim, como em outros meios, pode ocorrer quando alguém espalha informações falsas sobre outra pessoa com a intenção de imputar-lhe crime. Um exemplo de calúnia no cyberbullying seria espalhar boatos falsos de

que uma pessoa cometeu um crime, como roubo, agressão, abuso ou qualquer outra conduta ilícita, com o objetivo de prejudicar sua reputação.

Tal crime tem sido noticiado diuturnamente, e pior do que a prática da conduta são as consequências dela derivadas. O crime quando ocorrido em ambiente eletrônico se propaga em grande velocidade, principalmente através das mídias sociais, como Facebook, Instagram e WhatsApp, normalmente as mais utilizadas.

Assim, se cria-se uma calúnia sobre uma pessoa, imputando-lhe, por exemplo, a prática de pedofilia, no ambiente virtual a imagem dessa pessoa, bem como a notícia sobre o crime a ele imputado, chega instantaneamente a milhares de pessoas e, infelizmente, poucas investigam a veracidade da informação, ocasionando frequentemente, o linchamento e agressão do suposto criminoso sem que muitas vezes, este saiba o motivo pelo qual esteja sendo agredido.

A difamação pode envolver a disseminação de comentários negativos sobre alguém nas redes sociais, fóruns online, blogs ou outros meios digitais.

No contexto do cyberbullying, ocorre quando alguém divulga informações falsas ou enganosas sobre outra pessoa por meio de plataformas digitais, com o objetivo de prejudicar sua imagem. Isso pode incluir a disseminação de boatos, comentários difamatórios, publicação de conteúdo ofensivo ou difamatório em redes sociais, fóruns online, blogs, mensagens eletrônicas, entre outros meios eletrônicos.

No cyberbullying, a difamação pode assumir várias formas, como a criação de perfis falsos com informações falsas sobre uma pessoa, compartilhamento de imagens ou vídeos manipulados para denegrir a imagem de alguém, ou ainda a disseminação de comentários depreciativos e difamatórios em postagens ou mensagens.

A injúria no cyberbullying, ocorre quando alguém ofende, insulta ou dirige comentários depreciativos a outra pessoa através de meios digitais, como redes sociais, fóruns online, mensagens de texto, e-mails, entre outros, tendo como objetivo humilhar, difamar ou causar danos emocionais à vítima, através de verdadeiras torturas psicológicas.

Pode utilizar o uso de palavras ofensivas, xingamentos, provocações, ameaças verbais, comentários depreciativos sobre a aparência, orientação sexual, religião, etnia ou qualquer outra característica pessoal da vítima. Esses ataques são realizados através de plataformas digitais, muitas vezes de forma repetitiva e constante, com o objetivo de desestabilizar emocionalmente a pessoa afetada.

Observa-se assim, que os crimes contra a honra englobam de forma superficial a ocorrência de outros crimes, no entanto, necessário se faz que a legislação brasileira avance na criminalização do cyberbullying, como forma mais eficaz e efetiva no combate à referida prática. ou menosprezar pessoa que acredite ser mais fraca. Sente prazer em maltratar o outro e possui características singulares em seu comportamento.

Edésio Santana (2018, p. 21) traz como sinais de um agressor as seguintes características: não gostam de perder e se exibem quando vencedores, querem sempre estar no controle da situação, procura sempre ser o dominador em relação à outra pessoa, se irrita com facilidade, sente prazer com o sofrimento alheio, culpa os outros pelos seus problemas, usa de mentira para se dar bem, ignora regras, desafia

adultos, gosta de coagir e chantagear tanto os que o cercam quanto suas vítimas. Dessa forma, são tipos de agentes o agressivo (destemido, explosivo e fisicamente mais forte; o passivo (de baixa autoestima, infeliz e inseguro); e a vítima (ex-vítima de agressão, fisicamente fraco, mais forte que sua vítima). (SANTANA, 2018, p. 22/23).

A vítima do bullying, normalmente é uma pessoa mais franzina, que se diferencia da maior parte do meio em que se encontra, seja por ser mais, ou menos inteligente, ter dificuldade de socialização, ser inseguro etc., ou ainda, possuir condições físicas diferenciadas, como um cabelo ruivo, sardas, voz grossa ou fina demais.

Uma evidência comum da prática de bullying surge dos apelidos como “magrela”, “rolha de poço”, “quatro olhos”, “nareba” etc. No entanto, vale destacar, que a ocorrência ou não da prática de bullying está na intenção de ofender. Assim, se uma pessoa se identifica com a forma pela qual ela é chamada, e não se ofende ou se sente diminuída ou menosprezada, não há que se falar em bullying.

Os efeitos do bullying podem ser significativos e duradouros para os indivíduos envolvidos, principalmente quando vítima. Esta pode sofrer lesões físicas, sofrimento emocional, diminuição da autoestima, ansiedade, depressão, dificuldades acadêmicas e até pensamentos ou ações suicidas em casos graves. Também pode ter um impacto negativo no clima geral de uma comunidade ou organização.

Assim, da mesma forma que ocorre o bullying, outra prática que vem se tornando muito preocupante é a do cyberbullying, que embora possua as mesmas características do bullying, suas ações são potencializadas, tendo em vista a velocidade com que a informação se propaga no ambiente virtual.

O cyberbullying refere-se ao ato de usar ferramentas de comunicação digital, como mídias sociais, fóruns online ou mensagens de texto, para assediar, intimidar ou humilhar alguém. Envolve as mesmas características do bullying tradicional, mas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado, a evolução tecnológica possui crescimento exponencial e, paralelo a ela, a ocorrência de crimes praticados nos mais diversos ambientes virtuais e meios eletrônicos. No Brasil, o cyberbullying, pode ter diversas consequências jurídicas para os envolvidos. Embora não exista uma legislação específica que trate exclusivamente do cyberbullying, algumas leis e dispositivos legais podem ser aplicados para lidar com esse tipo de conduta.

Aplica-se a Responsabilidade civil, onde o agressor pode ser responsabilizado civilmente pelos danos causados à vítima, incluindo danos morais e materiais. A vítima do cyberbullying pode buscar reparação por meio de uma ação judicial, requerendo indenização pelos prejuízos sofridos. Cabe ainda Responsabilidade penal, pois em certos casos, o cyberbullying pode configurar crimes previstos no Código Penal brasileiro, como calúnia, difamação, injúria, ameaça, entre outros. Sendo aplicado ao caso concreto as sanções e penalidades da lei penal.

Pode ainda as sanções recaírem sobre terceiros pois o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) é uma lei que estabelece os princípios, direitos e deveres para o

uso da internet no Brasil. Essa lei busca garantir a privacidade, a liberdade de expressão e a segurança dos usuários, podendo então ser utilizada para responsabilizar provedores de serviços online que não tomem as medidas necessárias para coibir o cyberbullying em suas plataformas.

E ainda se aplicar as previsões do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pois o cyberbullying envolve principalmente crianças e adolescentes. Assim, o ECA estabelece medidas protetivas para garantir a integridade e o bem-estar das crianças e adolescentes, podendo ser aplicado para combater o cyberbullying que afete essa faixa etária.

Além das consequências jurídicas, é importante destacar que a prevenção e a conscientização são fundamentais para combater o cyberbullying. É essencial que as pessoas estejam cientes das implicações legais desse tipo de conduta e que sejam promovidas ações educativas para disseminar o respeito, a ética e a responsabilidade no uso da internet.

O cyberbullying tem sido então, uma das piores práticas ocorridas nesse ambiente, pois crianças e adolescentes cada vez mais, ficam expostas a toda espécie de conteúdo desses ambientes. Assim, embora não ocorra somente com menores, esses são em sua maioria os mais atingidos, e por isso, é de suma importância o acompanhamento dos pais à vida dos filhos, através de conversa, monitoramento e orientação sobre a ocorrência do cyberbullying, bem como aconselhamento sobre as consequências dessa prática, que pode inclusive, ceifar a vida de um menor, abalado com toda instabilidade emocional causada pelo cyberbullying.

REFERÊNCIAS

FAVERO, Altamiro de Oliveira; FAVERO, Bruno de Oliveira. **Cibercriminologia: os meios eletrônicos e o policiamento em ambientes digitais**. São Paulo: Paco Editorial, 2021.

FRAIDENRAICH, Verônica. Pais brasileiros temem que filhos pratiquem cyberbullying, diz estudo. **Canguru News**, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://cangurunews.com.br/pais-brasileiros-temem-que-filhos-pratiquem-cyberbullying-diz-estudo/>. Acesso em: 30 mai. 2023.

GOMES, Lucas Ananias. Novo relatório global de cyberbullying da McAfee revela que as crianças agora enfrentam regularmente ameaças de racismo e danos físicos via Internet. **Sala da Notícia**, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://saladanoticia.com.br/noticia/33672/novo-relatorio-global-de-cyberbullying-da-mcafee-revela-que-as-criancas-agora-enfrentam-regularmente-ameacas-de-racismo-e-danos-fisicos-via-internet>. Acesso em: 30 mai. 2023.

GONÇALVES, Victor Hugo Pereira. **Marco civil da internet comentado**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte especial**. 16. ed. Niterói: Impetus, 2019. v. 2.

MALDONADO, Maria Tereza. **Bullying e cyberbullying: o que fazemos com o que fazem**

conosco? 1. ed. São Paulo: Moderna, 2011.

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito de informática**: comercialização e desenvolvimento internacional do software. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito Digital**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

RIBEIRO, Thiago de Lima. **O direito aplicado ao cyberbullying**: honra e imagem nas redes sociais. Curitiba: InterSaberes, 2013.

SANTANA, Edésio T. **Bullying e cyberbullying**: agressões presenciais e a distância. São Paulo: Edicon, 2018.

VIEIRA, Alexandre Pires. **Direito autoral na sociedade digital**. 1. ed. São Paulo: Montecristo, 2011.

OS LUTOS NA PSICOLOGIA: UMA PERSPECTIVA DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL

Atílio Francischetto Netto, Augusto Vinícius Alves de Sá, Natalia Poleze Parma¹, Daniela Bello de Carvalho², Kirlla Cristhine Almeida Dornelas³, Felipe Fernandes Moça Matos³, Gabriela Vieira de Abreu³, Priscilla de Aquino Martins³, Roberta Coelho Trancoso de Castro³

¹Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

²Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

³Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

RESUMO

O presente estudo investiga as perspectivas da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) no processo de luto, destacando técnicas, protocolos, postura profissional e a relação terapêutica nesse contexto. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, buscou explorar fontes no Google Acadêmico e na SciELO no período de 2004 a 2023, com os descritores: psicologia, TCC, luto e suas variações. A TCC incentiva a avaliação de pensamentos e crenças disfuncionais associados à perda, com destaque para a psicoeducação, o Registro de Pensamentos Disfuncionais (RPD), o role-play, a descoberta guiada e a dessensibilização sistemática. Além disso, a complexidade do luto também é abordada, considerando distorções cognitivas, como a minimização e a maximização, e a importância de reconhecer e validar o luto não reconhecido, vinculado a perdas simbólicas. O trabalho explora a relação entre os conceitos da TCC, como as distorções cognitivas, pensamentos automáticos e seus efeitos na experiência de luto. Esse estudo apresenta contribuições significativas da TCC para o processode luto.

Palavras-chave: Luto, Luto não reconhecido, Psicologia, Teoria cognitivo-comportamental.

INTRODUÇÃO

Compreende-se que o luto é uma reação individual, particular e singular de cada sujeito para lidar com a morte de um ente querido ou de relações significativas. Diversos estudos apontam e concluem que a influência da cultura, sociedade, ambiente familiar, religião e outras questões socioculturais também influenciam na forma como cada indivíduo digere aquela ausência importante (ALCÂNTARA, SILVA, 2021).

Diante desse cenário, destaca-se que o luto não se define apenas como a morte humana, mas sim como toda e qualquer perda significativa para o indivíduo, estabelecendo-se desde a morte de um animal de estimação, por exemplo, até o fim de um relacionamento ou fases específicas da vida conforme a cultura e subjetividade do indivíduo. Tais acontecimentos quando não validados pela sociedade, tendem a não receber atenção pelo próprio sujeito, o qual devido a seu caráter silencioso, solidifica-se em um enorme adoecimento mental (CASELLATO, 2020).

De acordo com Msawa et al. (2022) o processo de enfrentamento do luto pode trazer uma série de consequências adoecedoras ao indivíduo, tanto no campo biológico quanto nos campos psicológicos e sociais, entendendo que o ser humano é um sujeito biopsicossocial. Partindo desse pressuposto, a psicologia se mostra aliada nessa fase, compreendendo e validando o sofrimento da pessoa que busca ajuda profissional.

Com base nas Estatísticas do Registro Civil conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observou-se que, em 2021, cerca de 1,8 milhão de brasileiros faleceram, marcando um recorde na série histórica iniciada em 1974, durante o auge da pandemia de covid-19 (IBGE, 2021). Apesar de uma redução de quase 20% nos óbitos em 2022, com aproximadamente 1,5 milhão de mortes, conforme dados do Portal da Transparência, essa cifra destaca a significativa quantidade de pessoas que perdem a vida anualmente (BRASIL, 2022). Nesse cenário, o número de pessoas enlutadas no Brasil se revela incalculável e imensurável. Sob essa perspectiva, informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2017 apontam que, nos casos de morte por suicídio, em média, seis indivíduos ligados à vítima enfrentam impactos significativos, abrangendo aspectos sociais, emocionais e econômicos (FEIJOO, 2021; OMS, 2017). Dessa forma, os óbitos exercem uma influência considerável sobre familiares e indivíduos próximos, desencadeando processos de luto notáveis (ROCHA, LIMA, 2019).

O tema abordado nesse trabalho se revela de suma importância para orientar estudantes, futuros psicólogos e especialistas já estabelecidos a abordarem de maneira mais abrangente e descomplicada essa temática. A existência do tabu na sociedade se reflete na formação acadêmica, levando, por exemplo, à evitação de discutir, lidar ou manejar situações relacionadas à morte e ao luto, elementos frequentes na prática clínica e no processo de psicoterapia (CARLOS, BERGAMASCHI, 2018). Esse estudo propõe-se a preparar o profissional de psicologia, tanto em nível acadêmico quanto pessoal, para enfrentar e elaborar suas próprias concepções e tabus internos relacionados ao luto. Isso, por sua vez, terá impacto significativo na capacidade do psicólogo em lidar com essas questões quando surgirem em sua prática diária (PORTES, 2022).

Nesse contexto, a psicologia com ênfase na abordagem da Teoria Cognitiva Comportamental (TCC) vem ganhando cada vez mais notoriedade e reconhecimento, sendo a base teórica utilizada no presente trabalho.

Um dos intuitos principais da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) é expandir as crenças relacionadas à tríade cognitiva (pensamentos automáticos (PAs), crenças intermediárias e crenças centrais), ou seja, isso envolve não apenas fortalecer a interpretação funcional do ambiente, mas também aprimorar a compreensão dele, em outras palavras, essa abordagem visa capacitar o indivíduo a desenvolver estratégias mais eficientes de adaptação e enfrentamento diante das situações desafiadoras (FERREIRA et al., 2022). Desse modo, surge a hipótese de que a TCC possui técnicas e ferramentas úteis que podem amenizar o processo de sofrimento para uma pessoa enlutada.

Vale ressaltar que embora o vigente trabalho primordialmente discorra sobre o luto na ótica da TCC, outras áreas da psicologia buscam estudar e intervir nessa temática, a fim de respeitar, ouvir e propor reflexões bem como dispor de técnicas para o enlutado conseguir seguir um curso de vida de forma saudável, evitando assim, um luto prolongado (SILVA, BARBOSAE COELHO, 2023).

Sendo assim, o presente trabalho contará com o objetivo geral de explorar os lutos na psicologia, considerando uma perspectiva da TCC, a fim de contribuir para a produção

de conhecimentos em relação à temática. Por sua vez, os objetivos específicos são: apresentar e explicar o conceito do luto, abordar o que significa um processo de luto não reconhecido, apresentar o que é a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) e por fim, investigar a intersecção entre os conceitos de luto e essa abordagem psicoterapêutica, considerando seus benefícios para o processo de elaboração de uma perda.

MATERIAL E MÉTODO

O presente trabalho organiza-se na perspectiva de ser uma pesquisa básica. Nesse sentido, o objetivo é produzir conhecimentos que sejam relevantes para o progresso científico, mesmo sem uma utilidade prática imediata. Sendo assim, essa forma de investigação abarca princípios fundamentais e interesses universais. (SILVA, MENEZES, 2005). Desse modo, trata-se da produção de conhecimento científico a respeito do luto na perspectiva da terapia cognitivo-comportamental, uma vez que, essa questão é pautada na busca de vínculos entre esses assuntos por um viés conceitual.

Ademais, a abordagem da temática é qualitativa. A partir disso, esse modelo de pesquisa reconhece a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, ou seja, uma conexão inseparável em torno do mundo objetivo e a subjetividade do indivíduo, que não pode ser reduzida a números, conseqüentemente, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados desempenham um papel fundamental (SILVA, MENEZES, 2005).

Com efeito, os objetivos do estudo estão fundamentados na pesquisa exploratória. Com base nesse método, o planejamento, a construção e a realização de abordagens ao fenômeno empírico, sob diferentes perspectivas são relevantes para o problema ou objeto em questão (BONIN, 2009). Além disso, o procedimento utilizado durante o trabalho é a pesquisa bibliográfica, sendo assim, a mesma se refere à captação de produções científicas anteriores, presentes em livros, jornais, revistas, artigos digitais entre outros, assim, permitindo uma diversidade de conhecimentos, formulações, contrapontos e união dos assuntos abordados na temática presente nesse trabalho. Foram utilizados como base de dados, o Google Acadêmico e a SciELO, abrangendo o período de 2004 a 2023, com os seguintes descritores de busca: psicologia; teoria cognitivo-comportamental; luto e TCC; luto não reconhecido; contribuições da TCC para luto.

DESENVOLVIMENTO

Conceito de luto:

Entende-se como luto um processo baseado na perda de uma pessoa, objeto, relação ou qualquer situação em que tenha vínculo afetivo e significativo para alguém, vivenciado por cada pessoa de maneira singular e única (ALCÂNTARA, SILVA, 2021). Apesar de diversos estudos mostrarem que existem fases ou etapas que o sofrimento do luto percorre, como demonstra a psiquiatra suíça Elizabeth Kübler-Ross em seu

livro “Sobre a morte e o morrer” no qual ela retrata como sendo 5 estágios por onde o enlutado percorre, cada ser humano lidar de modo subjetivo e particular as perdas de sua vida. Isto posto, muitas vezes não segue uma linearidade ou até mesmo fases bem estabelecidas, tendo o sujeito também suas próprias formas de enfrentar e lidar com aquela situação e ausência da pessoa/objeto que se foi (LEAL, 2020; KÜBLER-ROSS, 2017).

As cinco fases do luto, propostas por Kübler-Ross, abrangem: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. No início, a reação inicial à notícia de um diagnóstico terminal ou perda é marcada pela não aceitação e negação da realidade. A negação é substituída por sentimentos de raiva, revolta, ressentimento e inveja na segunda fase. O terceiro momento envolve tentativas de negociação da perda, por comportamentos religiosos, apelos a figuras espirituais ou mudanças no estilo de vida. A depressão se instala no quarto estágio, quando o paciente reconhece a impossibilidade de negar o diagnóstico, seja diante de uma intervenção médica, hospitalização ou agravamento de sintomas. Nesse ponto, a raiva e a revolta cedem lugar ao sentimento de grande perda. A quinta etapa, a aceitação, é alcançada por aqueles que tiveram tempo para processar o diagnóstico com o devido apoio. Nesse estágio, não há mais sentimentos de depressão ou raiva em relação à condição. Vale ressaltar que esses estágios não seguem uma ordem rígida, podendo variar ou até mesmo ocorrer o retorno a algum deles (NUNES, DINIZ, 2023).

Para além disso, o tabu existente na sociedade sobre a morte e o luto, transforma esse assunto ainda mais difícil de lidar, de discutir e digerir, influenciando também diretamente no processamento da morte e na dificuldade em entender a mesma de forma mais natural atrelado a finitude da própria vida (BASSO, WAINER, 2011). Vinculado a isso, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V-TR) demonstra que o luto também pode ser confundido com o transtorno depressivo maior, assim, é necessário atentar-se aos sintomas e comportamentos que o enlutado enfrenta (APA, 2023). Ao longo do Manual citado, o mesmo propõe uma relação de contrapontos entre o luto e em episódio depressivo maior (EDM)

[...] no luto o afeto predominante são os sentimentos de vazio e perda, enquanto no EDM é o humor deprimido persistente e a incapacidade de antecipar a felicidade ou o prazer. A disforia no luto tende a diminuir de intensidade ao longo de dias a semana e ocorre em ondas, as chamadas dores do luto. Essas ondas tendem a estar associadas a pensamentos ou lembranças do falecido. O humor deprimido de um EDM é mais persistente e não está ligado a pensamentos ou preocupações específicas. A dor do luto pode ser acompanhada por emoções positivas e humor que não são característicos da infelicidade e miséria generalizadas características de um EDM. O conteúdo do pensamento associado ao luto geralmente apresenta uma preocupação compensatória e memórias do falecido, em vez das ruminações autocríticas ou pessimistas vistas em um EDM. No luto, a autoestima é geralmente preservada, enquanto em um EDM, sentimentos de inutilidade e auto-aversão são comuns (APA, 2023. p. 176)

É de extrema importância observar quando o processo de luto é considerado ‘normal’

equando ele se torna prolongado, pois a principal característica que difere os dois conceitos é o tempo cronológico de sintomas que enlutado apresenta. Enquanto o luto normal pode ser classificado como um processo em que a pessoa se reajusta resilientemente mesmo após a perda, o luto prolongado possui influência de outras variáveis, como o histórico de outros transtornos psicológicos, físicos e ligados a questões sociais, bem como a forma e intensidade em que ocorreu a perda (PENNETA, 2022).

Deve-se observar diante do exposto, se os indícios ainda são evidentes mesmo após 12 meses (ou 6 meses para crianças e adolescentes) do falecimento do ente querido ou de algumas sintomatologias, como também a saudade intensa, a preocupação excessiva sobre o óbito do falecido, a evitação do enlutado para falar acerca da morte e/ou do falecido, a dificuldade de retornar a rotina, as interações sociais prejudicadas e a dificuldade de se projetar em um futuro, entre outros sintomas de alerta. Eles devem estar presentes em quase todos os dias na vida do enlutado durante 1 (um) mês para começar uma análise mais aprofundada a respeito do luto prolongado, além das questões subjetivas, como aspectos culturais, sociais, religiosos e familiares do indivíduo. Faz-se necessário, portanto, uma observação geral e integrativa da vida do sujeito (APA, 2023).

Além do que se propõe o DSM-V-TR, diversos autores demonstram ideias e estudos sobre o luto e abordam como as faixas etárias interpretam a perda de algo ou alguém querido. Durante a infância, por exemplo, a população infantil tende a observar como seus familiares compreendem e reagem quando entram em contato com esse sofrimento, e para além da perspectiva de que a criança é um ser totalmente incapaz de compreender o mundo ao seu redor, ela aprende com um formato moldado e modelado pelos exemplos obtidos em casa e baseados na cultura (MARCO et al., 2012). Engana-se que a criança deva ser privada de rituais de despedida, de ver o falecido ou até mesmo de não tocar no assunto perto dela, como forma de protegê-la da situação, impedindo que ela desenvolva mecanismos emocionais e psicossociais para lidar com a perda, acarretando consequências prejudiciais na vida adulta (CAMPOS et al., 2023).

A respeito do luto na fase da adolescência, além da identidade e a autoestima estarem em desenvolvimento, o desejo de pertencimento em um grupo impacta a vida de um adolescente, somando-se à suas questões hormonais atreladas à puberdade. A perda de alguém ou de algum amigo no que tange a relação criada, impacta significativamente a vida e perspectiva de futuro de um jovem, pois o mesmo pode se deparar com sua vulnerabilidade e experienciar uma dificuldade para criar novas relações além de mudanças em como o adolescente lidará com a ausência do ente/objeto querido e organizar-se a partir dessa perda (SILVA, 2018).

Ademais, as sensações de um luto podem transcender para além de indícios emocionais, havendo outras formas de observar o enlutado e as consequências da perda, como a existência e manifestação de sintomas físicos, cognitivos e comportamentais. De sinais físicos, o enlutado é capaz apresentar falta de apetite, fraqueza, energia diminuída, dor de cabeça, náusea, entre outros. Já em relação aos sintomas cognitivos, pode-se destacar a sensação de desesperança, de preocupação

com o futuro sem aquele ente e/ou objeto querido e a confusão mental. Por fim, comportamentos também são perceptíveis, como se isolar, chorar, ter dificuldade para dormir ou até mesmo insônia, agitação, entre outros (LEAL, 2020).

Além disso, é de suma importância ressaltar também, que a construção de um significado e da resignificação frente a perda de alguém ou algo querido, tem papel fundamental para que o enlutado lide com o processo de luto, observando-se enquanto ser vulnerável e entrando em contato com sua própria mortalidade, como exemplifica Mazorra (2009, p. 13)

Elaborar a perda significa defrontar-se com a imponente, com limites, com o fato de que o mundo e, principalmente, nosso objeto de amor não está sob nosso controle, porque é separado de nós. Em última instância, significa depararmos com a possibilidade do limite total, a morte.

Sendo assim, entendendo o processo do luto e reconhecendo que o mesmo é interpretado de formas singulares e subjetivas, além da influência cultural no qual o indivíduo está inserido, Casellato (2020) propõe uma reflexão acerca do que de fato é considerado um luto no qual, segundo a autora, vai muito além da perda física de um ente querido, mas também abrange toda e qualquer perda importante para o indivíduo. Como citado anteriormente, respostas físicas e comportamentais também são modificadas e observadas durante um processo de luto, e muitas dessas respostas são influenciadas pela forma em que o enlutado lida com a perda, como aprendeu ao longo da vida, observando a família em que viveu, e seu padrão de lidar com a ausência de alguém ou algo querido. Para além disso, o indivíduo também terá seus mecanismos de enfrentamento no âmbito biológico, e sendo muito influenciados pelo tempo e sociedade que regem o sujeito além de suas crenças regentes (RIBEIRO et al., 2022).

O Luto não Reconhecido

De início, é fundamental evidenciar o conceito de luto não reconhecido e sua diferenciação em relação ao luto por morte. A sociedade atual, como dito anteriormente, ainda percorre de forma muito dificultada a necessidade de falar, entender a morte e o processo de perda. Isso se acentua ainda mais nos contextos de lutos simbólicos, caracterizados também, muitas das vezes, como um luto não reconhecido. O luto simbólico compreende o sofrimento do enlutado, como por exemplo, relações rompidas (como amizades, casamentos, namoros), falecimentos de não humanos (como em casos de animais de estimação) ou até de atravessamentos sociais como questões de gênero, orientação sexual, transtornos psicológicos, entre outros (CASELLATO, 2020).

De acordo com Casellato (2015) esse tipo de luto se refere a uma perda que várias vezes não é expressa pelo enlutado, mascarado em certo nível por um medo de julgamento e retaliação pela sociedade, na qual são estabelecidas “normas” e/ou ideias do que seria um luto “aceito” ou até mesmo passível de sofrimento. Nessa perspectiva, a autora discorre sobre os diversos tipos de luto existentes e amplia o debate acerca

da subjetividade que permeia os variados processos de perdas, os quais muitas vezes por sua negligência são acometidos por uma espécie de “sofrimento silenciado” ou adicional. O enlutado que passa por essa sensação pode se ver muitas vezes sem suporte psicológico, sem amparo em seu momento de fragilidade psíquica e emocional.

Conforme Braz e Franco (2017), o luto não reconhecido pode ser entendido como um processo em que não há a validação social em relação a determinada perda significativa para o sujeito, ou seja, a ausência de valorização da dor, considerando a própria ou a de outrem leva a uma perda de empatia e como consequência, isso impede o enlutado de vivenciar plenamente sua perda. Quando o próprio enlutado não reconhece sua situação de luto, está de fato, se defendendo dela. Além disso, questões de gênero desempenham um papel importante nesse contexto, como a pressão social que sugere que os homens não devem demonstrar tristeza, o que limita sua expressão emocional (BRAZ, FRANCO, 2017). Logo, é pertinente ressaltar que a tentativa de evitar o sofrimento pode intensificá-lo, já que impossibilita uma readaptação saudável, uma vez que não há o reconhecimento do seu luto singular. Ainda, segundo Casellato (2015), embora o luto seja uma experiência muitas vezes relacional, envolvendo aspectos psicossociais, sua resolução passa por questões particulares vivenciadas individualmente por cada um. Dessa forma, cria-se margem para a ignorância ou o desprezo frente a sofrimentos específicos, muitas vezes simbólicos e não tão concretos, sendo esses alvos de maior julgamento por seu caráter abstrato. Não falar sobre ou ser julgado a respeito de seu sofrimento frente a uma perda significativa, acarreta negar, negligenciar e camuflar tal angústia, podendo gerar consequências a longo prazo na vida do enlutado.

Entende-se, em vista disso, que o sofrimento proveniente dessa categoria de luto de fato traga diversas consequências psicológicas ao sujeito, tais como: angústia, estresse, sensação de culpa ou fracasso, entre outros (DIAS, 2023). Além disso, conforme os estudos de Lapa e Nogueira (2022) a respeito do luto em relação a animais domésticos, a forma como a sociedade encara esse luto, não reconhecendo como algo importante ou não tão relevante, implica no modo como os indivíduos vão reagir, tomar decisões e realizar suas atividades. Dessa forma, assinala-se que o luto não reconhecido envolve uma baixa capacidade empática das pessoas em relação às circunstâncias diversas, resultando em uma maior intensidade de sofrimento, frustração e isolamento do sujeito enlutado.

Princípios e fundamentos da terapia cognitivo-comportamental (tcc)

A Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) foi desenvolvida por Aaron Beck como uma abordagem terapêutica destinada ao tratamento da depressão, mas ao longo do tempo expandiu-se para abranger o tratamento de diversos outros transtornos (BECK, 2014). Nessa perspectiva, o modelo cognitivo proposto por Beck parte do pressuposto de que as cognições, comportamentos e sentimentos de um indivíduo são influenciados pelas percepções que ele possui em relação a uma determinada situação. Desse modo, compreende-se que a maneira como o indivíduo interpreta um evento desempenha um papel determinante na forma como experiencia seus

sentimentos (BECK, 2014).

Ademais, Beck, originalmente um psicanalista, propôs uma abordagem de interação que se baseia no presente e é fundamentada de modo empírico, sendo moldada por meio de um processo de pesquisa colaborativa (KOCH, 2022). Nesse sentido, a TCC busca identificar e modificar crenças disfuncionais, substituindo-as por modelos mais adaptativas e funcionais (ALMEIDA, SARTES, SOUZA, 2022). Sob tal raciocínio, observa-se que é uma psicoterapia que incentiva o trabalho em conjunto entre o paciente e o psicoterapeuta, sendo importante explicitar que a TCC está fundamentada na psicoeducação e trabalho colaborativo, considerando o monitoramento e identificação de pensamentos automáticos, reconhecimento das relações entre a cognitividade, a afetividade e os comportamentos, análise da validade dos pensamentos automáticos e crenças nucleares, alteração de conceitualizações tendenciosas por meio da substituição de pensamentos distorcidos por cognições mais realistas e a identificação e alteração de crenças, pressupostos ou esquemas vinculados com padrões disfuncionais de pensamentos (KNAPP, BECK, 2008).

Ressalta-se que a fase inicial da TCC se concentra na ampliação da consciência, por parte do paciente, em relação aos seus pensamentos automáticos, sendo que uma etapa posterior se concentra nas crenças centrais e subjacentes (KNAPP, BECK, 2008). Nesse ínterim, o tratamento pode ter início com a identificação e questionamento dos pensamentos automáticos, sendo que o terapeuta orienta o indivíduo a avaliar esses pensamentos, especialmente quando há excitação emocional durante o atendimento (KNAPP, BECK, 2008). Portanto, é válido pontuar que essa abordagem proporciona ao paciente uma compreensão organizada de como seus pensamentos influenciam suas emoções e comportamentos, possibilitando a adoção de estratégias mais adaptativas e saudáveis para lidar com os desafios do cotidiano.

Por conseguinte, considerando a importância da psicoeducação para o processo psicoterapêutico, ao realizar intervenções, os terapeutas cognitivo-comportamentais visam reduzir o sofrimento por meio de uma compreensão abrangente da subjetividade humana, a qual se baseia na interação recíproca entre crenças, emoções, comportamentos, fisiologia e ambiente (SOUZA, PADOVANI, 2015). Nesse contexto, é fundamental reconhecer e questionar o conjunto de crenças pessoais do paciente, pois essas desempenham um papel central no manejo do seu sofrimento. Além disso, é essencial compreender a relação entre as crenças, emoções, comportamentos, fisiologia, ambiente e os problemas apresentados pelo cliente, sendo necessário desenvolver a habilidade de fazer a conceitualização do caso (SOUZA, PADOVANI, 2015). Assim sendo, percebe-se que na TCC, a formulação cognitiva desempenha um papel fundamental na elaboração e implementação de uma intervenção apropriada. Essa etapa pode ser denominada de diferentes maneiras, como conceitualização, formulação ou enquadramento cognitivo do caso, todas elas enfatizando a compreensão intelectual do paciente (NEUFELD, CAVENAGE, 2010).

Nesse sentido, a respeito dessa abordagem psicoterapêutica, evidencia-se o uso de diversas técnicas, como o questionamento socrático, “solução de problemas”, relaxamento, exposição gradual, dramatização, cartões de enfrentamento, manejo da

fissura, treinamento de assertividade, treinamento de habilidades sociais, agendamento de atividades e tarefas de casa (KNAPP, BECK, 2008). Por outro lado, é pertinente enfatizar que antes de aplicar técnicas específicas, torna-se necessário conseguir descrever e compreender as dificuldades do paciente, considerando não apenas os aspectos psicológicos, mas também o contexto social no qual ele está inserido, ou seja, sem essa compreensão abrangente, corre-se o risco de adotar uma abordagem técnica desvinculada do cuidado integral (SOUSA; PADOVANI, 2015).

Outrossim, considera-se a interação complexa entre os fatores individuais e sociais que influenciam o bem-estar do paciente, a fim de oferecer um cuidado verdadeiramente abrangente e efetivo, pois ao reconhecer a importância dessa perspectiva mais ampla, os terapeutas cognitivo-comportamentais podem garantir que as técnicas e intervenções sejam aplicadas de forma contextualizada e significativa, levando em conta tanto as necessidades individuais quanto os aspectos socioculturais relevantes para o processo terapêutico (SOUSA; PADOVANI, 2015). Portanto, a abordagem da TCC não se limita ao uso de técnicas isoladas, mas busca promover uma compreensão profunda e integrada do paciente, visando oferecer um cuidado adaptado às suas necessidades específicas.

Além disso, a partir da abordagem da TCC, o ensino acerca da incorporação dos pontos fortes, ou seja, a identificação dos recursos atuais do cliente, como habilidades e capacidades que podem ser mobilizadas para lidar com as problemáticas vivenciadas pelo paciente (NEUFELD; CAVENAGE, 2010). Com isso, é possível elaborar estratégias de ação e promover o enfrentamento dos desafios enfrentados pelo cliente. No entanto, ressalta-se que as intervenções clínicas devem ter como objetivo principal o estímulo ao crescimento pessoal e social dos indivíduos, considerando todas as estruturas sociais essenciais para abordar o problema em questão (SOUSA; PADOVANI, 2015). Nessa perspectiva, os terapeutas cognitivos reconhecem que os sintomas cognitivos, emocionais, comportamentais e fisiológicos não surgem de forma isolada, mas estão intrinsecamente ligados ao contexto interpessoal e ao ambiente em que ocorrem (SOUSA; PADOVANI, 2015). Logo, observa-se que as intervenções e o uso de técnicas são adaptados de acordo com cada contexto, visando atender às necessidades individuais.

Também, nessa discussão, torna-se adequado pontuar a necessidade de aprofundar as relações entre o luto e a TCC. A partir desse raciocínio, conforme preconizado por essa abordagem, em certos momentos, o indivíduo pode adotar uma perspectiva distorcida ou inadequada ao interpretar os eventos, exercendo influência direta sobre suas emoções e ações, ou seja, a maneira como uma pessoa percebe situações particulares exerce um impacto significativo sobre seus sentimentos, nível de motivação e comportamento (SILVEIRA et al., 2023).

Análise da Literatura

A psicologia teve um papel crucial no que diz respeito a ampliação do conceito de luto ao considerar os diversos processos de adoecimento que vão além da morte. Sendo assim, estudos já pressupõem efeitos positivos da Terapia Cognitivo Comportamental, os quais se dão por meio do acolhimento das emoções e sentimentos do sujeito

enlutado e da escuta ativa e empática pelo profissional (RIBEIRO et al., 2022). Ademais, formas particulares de intervenção para o enfrentamento do luto são necessárias diante de cada caso específico (CORREIA, VIEIRA, 2022).

Diante do exposto acerca da Teoria Cognitiva Comportamental (TCC) e atrelando-a sobre o processo de luto e do enlutado, a mesma demonstra interessantes contribuições no que tange às estratégias, protocolos e técnicas que auxiliam em sofrimentos desse tipo. Como apresentado em tópicos anteriores, a pessoa que enfrenta algum tipo de luto, pode apresentar sintomas físicos, cognitivos, emocionais e comportamentais, muito associado com suas crenças, e pensamentos disfuncionais (LEAL, 2020).

O processo do luto é subjetivo, singular e diferente para cada ser humano. Partindo desse pressuposto, a análise desse fenômeno deve se concentrar na avaliação dos recursos de enfrentamento individuais, ou seja, isso permite avaliar se esses recursos auxiliam ou dificultam o ajuste e a adaptação à perda. (MARTÍNEZ-ESQUIVEL, MUÑOZ-ROJAS, GARCÍA-HERNÁNDEZ, 2023). Nesse contexto, o princípio essencial da TCC é que a forma como os indivíduos percebem e processam a realidade terá impacto sobre seus sentimentos e comportamentos (KNAPP, BECK, 2008). Em vista disso, compreende-se que ao levar em consideração a singularidade de cada pessoa e sua forma de processar a realidade, os profissionais de saúde mental podem adaptar suas intervenções de maneira mais eficaz, promovendo um processo de adaptação saudável e um ajuste emocional humanizado.

Aliada a esses aspectos, a sensação de acolhimento e segurança na psicoterapia contribui para o processo, pois suas dimensões estão intrinsecamente ligadas à interação terapeuta-paciente. Esse vínculo, não linear, revela a importância da adaptação durante o processo e torna-se evidente, destacando a necessidade do psicoterapeuta se ajustar às demandas individuais e lidar com a imprevisibilidade da relação terapêutica. Assim, a qualidade da relação terapêutica, baseada em acolhimento, empatia e segurança, desempenha papel central, possibilitando transformações eficazes e significativas para o paciente (MARTINS, 2018).

Acrescenta-se nessa discussão, o conceito de manutenção de vínculos. A manutenção de vínculos (MV) é a continuidade do relacionamento com o ente querido que faleceu, mesmo na ausência física, isso se traduz em um envolvimento constante com lembranças e imagens do falecido, não se limitando apenas a pensamentos ou sentimentos, sendo dividida em duas dimensões distintas: a interna, que cria representações mentais que auxiliam na aceitação da morte, e a externa, que pode envolver percepções equivocadas sobre a realidade da morte, levando a conflitos. Adicionalmente, a contribuição relativa dessas dimensões no processo de luto é complexa de determinar, sendo essencial considerar o contexto social, cultural, político e religioso para uma compreensão completa dessa conexão. Assim, entende-se que a maneira como o indivíduo mantém a MV pode ser adoecedora ou contribuir para o curso de um luto saudável (MARTÍNEZ-ESQUIVEL, MUÑOZ-ROJAS, GARCÍA-HERNÁNDEZ, 2023).

Nesse sentido, relaciona-se o conceito de MV com os pensamentos automáticos na TCC. Dessa forma, as crenças centrais básicas são avaliações gerais sobre si mesmo,

o outro e a relação com o mundo que o cerca, geralmente, essas crenças não são notadas pelos indivíduos, mas sob certas circunstâncias, elas afetam a percepção da realidade e se manifestam como pensamentos automáticos específicos para uma situação. Como consequência, os mesmos podem surgir de distorções cognitivas e estão intrinsecamente ligados às crenças (SILVA, SERRA, 2004).

Ainda, durante o processo de psicoterapia, pode-se realizar o Registro de Pensamentos Disfuncionais (RPD), sendo necessário que o paciente esteja atento às situações que vivencia e identifique os pensamentos automáticos, emoções e seus comportamentos, relacionando essas anotações sequenciais dos eventos, sobretudo quando surgem emoções ou comportamentos problemáticos. Por fim, o terapeuta instrui o paciente a questionar e estruturar cognitivamente as percepções anotadas (POWELL, 2008). Assim, pode-se observar que a abordagem da TCC oferece ferramentas valiosas para compreender e lidar com o de luto, uma vez que, por meio da identificação e reavaliação dos pensamentos automáticos e crenças centrais, os indivíduos podem encontrar um caminho para a adaptação e o ajuste emocional diante da perda, tornando o processo de luto mais acessível e gerenciável (RODRIGUES et al., 2018).

Além disso, como citado inicialmente, existem diferentes tipos de luto como o não reconhecido e o não autorizado. A sociedade muitas vezes não reconhece esse sofrimento advindo de uma perda simbólica e tal recusa, traz consequências prejudiciais à vida do enlutado e a forma como ele enfrenta tal angústia. Portanto, em relação à postura ética do profissional, nesse viés, é de extrema importância que o psicólogo não menospreze essa dor, sendo seu papel oferecer acolhimento, validação e auxiliar o enlutado a ver seu sofrimento com mais compaixão, menos cobrança e mais paciência, evitando desmerecer e perpetuar ainda mais tabus referente a lutos não reconhecidos socialmente (SILVA, BARBOSA E COELHO, 2023).

Nesse sentido, a falta de reconhecimento da própria dor ou alheia leva à diminuição da empatia e impede que a pessoa viva o seu processo de luto, pois quando alguém enlutado não reconhece a sua perda, está na realidade, protegendo-se da invalidação do seu processo de luto (BRAZ, FRANCO, 2017). Sob essa lógica, um exemplo é o aborto espontâneo, pois a morte do feto ocorre antes do reconhecimento social da vida, ademais, casos de adultério também podem levar ao luto não autorizado, já que muitas vezes a relação é rompida, gerando possível sofrimento pela ausência do cônjuge e do papel do mesmo na vida do outro e geralmente não é aceito como luto pela sociedade (KOVÁCS, 2008). Portanto, é evidente que o luto não reconhecido ou não autorizado tem a capacidade de ocorrer em várias circunstâncias e se torna um desafio adicional para aqueles que vivenciam essas experiências, pois, a falta de reconhecimento da própria dor ou alheia podem ter impactos emocionais significativos e complicar ainda mais o processo de enfrentamento e adaptação diante da perda (CASELLATO, 2020).

Com efeito, o luto não reconhecido atrela-se às distorções cognitivas. Partindo desse pressuposto, as distorções cognitivas são interpretações tendenciosas da realidade que podem causar sofrimento ao indivíduo, desempenham um papel vital na origem e na perpetuação do estresse, sendo um dos principais alvos das intervenções

direcionadas ao seu gerenciamento (PACHECO, MALAGRIS, 2020). Dessa forma, torna-se explícito que esse conceito influencia a percepção da realidade e afeta o processo de enfrentamento e adaptação diante da perda, sendo alvo nas intervenções terapêuticas direcionadas ao luto não reconhecido (RIBEIRO et al., 2022).

De acordo com o cenário evidenciado, o Questionário de Distorções Cognitivas (CD-Quest) tem como objetivo a avaliação de distorções cognitivas, uma vez que, esse instrumento consiste em quinze itens, cada um relacionado a uma distorção cognitiva específica. Sendo assim, as quinze distorções avaliadas incluem: comparações injustas, questionamentos "e se", culpabilização, conclusões precipitadas, afirmações do tipo "deveria", personalização, generalização, leitura mental, abstração seletiva, ampliação/minimização, rotulação, raciocínio emocional, desqualificação de aspectos positivos, previsão do futuro e pensamento dicotômico. Cada distorção é pontuada em uma escala de 0 a 5 pontos (PACHECO, MALAGRIS, 2020).

Uma das distorções cognitivas é conhecida como minimização e maximização. Elas envolvem a redução da importância das características e experiências positivas em si mesmo, no outro ou nas situações, ao mesmo tempo que amplificam o negativo, por exemplo, alguém pode dizer: "Embora eu tenha um ótimo emprego, todo mundo tem um igual" ou "O fato de eu obter boas notas não significa que sou inteligente, pois outras pessoas conseguem notas ainda melhores do que eu" (KNAPP, BECK, 2008). A partir desse raciocínio, nota-se que no caso de luto não reconhecido, as pessoas muitas vezes minimizam suas próprias emoções ou as emoções alheias, desvalorizando o impacto da perda, isso pode se manifestar na negação do luto, no qual o indivíduo tenta proteger-se da dor ao minimizar a importância do que está sentindo (BRAZ, FRANCO, 2017).

Segundo Carvalheira (2023), a incorporação de atividades de escrita terapêutica estruturadas fundamentadas na TCC se destaca como uma ferramenta terapêutica no contexto do luto. Ao abordar as circunstâncias da perda, especialmente as memórias desafiadoras e dolorosas, é possível incentivar os enlutados a se dedicarem à escrita, seja elaborando uma carta de aconselhamento a um amigo hipotético ou redigindo uma mensagem direcionada a uma pessoa significativa, como o indivíduo falecido, para expressar lembranças importantes relacionadas ao luto.

As intervenções incluem tarefas de escrita expressiva e/ou cartas que se apresentam como uma abordagem promissora para oferecer suporte àqueles que enfrentam o luto, contribuindo para a redução de repercussões negativas em sua saúde mental após a experiência de perda. Dessa forma, espera-se que promovam o confronto emocional, a reavaliação cognitiva, aceitação, restauração/integração e reconstrução de significado em relação à perda (CARVALHEIRA, 2023).

Além disso, por parte do profissional, é necessária a organização do tratamento psicoterapêutico do enlutado como forma de trazer benefícios e avanços. Sendo assim, de acordo com Basso e Wainer (2011), o psicólogo pode dispor de técnicas e competências em sua prática para auxiliar o processo de luto pelo paciente. Os autores ainda citam técnicas que podem ser utilizadas, sendo as mais conhecidas: a psicoeducação, o role-play, a descoberta guiada, e a dessensibilização sistemática. Nesse cenário, a psicoeducação é geralmente usada nas sessões iniciais como forma

deexplicar para o paciente como funcionará as sessões, do que se trata a prática da TCC, além de explicar como as fases e processos de luto são singulares e individuais, priorizando também o estabelecimento do vínculo (BASSO, WAINER, 2011). Em outras palavras, é uma forma de orientar o paciente sobre o serviço psicoterapêutico e possibilitar que ele compreenda suas questões internas e percepções da realidade em consonância com os repertórios teóricos da TCC. Assim, o enlutado pode adquirir novos posicionamentos a respeito do seu processo de luto.

O role-play, por sua vez, promove a reflexão e a recriação de situações vivenciadas pelo sujeito, pois essa técnica busca identificar comportamentos e pensamentos disfuncionais, utilizando simulações das experiências passadas, ou seja, o seu propósito é permitir que tanto o terapeuta quanto o paciente compreendam essas disfunções de maneira mais aprofundada. (BASSO, WAINER, 2011). Nesse ínterim, ao simularem os eventos ocorridos, o terapeuta e o paciente colaboram para explorar formas mais funcionais de lidar com as questões emocionais relacionadas ao luto. Essa estratégia facilita uma compreensão prática das dinâmicas envolvidas, possibilitando a busca por alternativas mais adaptativas no enfrentamento do processo de luto.

Outrossim, a descoberta guiada envolve questionamentos direcionados pelo terapeuta, visando a identificação e exploração das crenças do paciente. Essa abordagem busca conduzir o indivíduo a reflexões mais profundas, permitindo uma análise crítica de seus próprios pensamentos, comportamentos e reações diante das situações, visando promover uma compreensão mais ampla e consciente das percepções e padrões cognitivos do paciente, favorecendo assim, um maior entendimento sobre sua maneira de enfrentar as circunstâncias (BASSO, WAINER, 2011). Logo, ao induzir questionamentos específicos acerca do luto, o psicólogo da abordagem TCC pode guiar o indivíduo a refletir profundamente a respeito das suas concepções, examinando como ele percebe, lida e reage diante da ausência do que foi perdido, propiciando uma investigação mais personalizada das emoções, pensamentos e interpretações associadas à perda.

Além disso, na Dessensibilização Sistemática, o paciente e terapeuta trabalham juntos para identificar situações que desencadeiam sensações desconfortáveis no contexto do luto. Essas sensações podem incluir sentimentos de desesperança, tristeza profunda e dificuldade em lidar com a perda e a ausência do ente querido, uma vez que a técnica consiste em apresentar gradualmente essas situações ao paciente, permitindo uma exposição controlada e progressiva (BASSO, WAINER, 2011). Desse modo, o objetivo é melhorar as estratégias de enfrentamento e reduzir os desconfortos associados ao luto, capacitando o enlutado a lidar com as emoções de maneira mais adaptativa e gerenciável ao longo do processo terapêutico.

Outro aspecto importante, conforme salienta Rodrigues et. al (2018), é a realização de um diagnóstico preciso acerca do luto prolongado, a fim de que se fortaleça a aplicação de medidas mais efetivas na prática profissional. Escalas para avaliação de ansiedade e depressão como o Inventário de Ansiedade de Beck (BAI) e Inventário de Depressão de Beck (BDI) são instrumentos úteis nesse processo, segundo o autor, para a análise da intensidade dos sintomas, a conscientização de quais aspectos

podem dificultar a readaptação, e conseqüentemente, a aplicação de estratégias e técnicas mais adaptadas para cada caso. Apesar disso, é preciso tomar cuidado ao fornecer diagnósticos apenas com base nas escalas já que elas por si só não produzem esse tipo de resultado (RODRIGUES et al., 2018).

Segundo Souza e Silva (2022), observa-se uma diminuição de sintomas psicopatológicos e psicossomáticos para os enlutados que se submeteram a psicoterapia de abordagem cognitivo-comportamental. Esses resultados dão indícios da eficácia dessas práticas e intervenções já que permitiram a identificação e resolução de aspectos adocedores e possibilitaram que novas emoções e sentimentos emergissem na psique do sujeito, como, por exemplo, a esperança, a autocompaixão e a autoestima. Nesse sentido, acredita-se que essa abordagem tem potencial para proporcionar contribuições a indivíduos enlutados, pois ela possibilita que a pessoa obtenha uma nova compreensão de seus pensamentos e crenças disfuncionais em relação ao luto que estão vivenciando (SILVA, BARBOSA, COELHO, 2023).

Sendo assim, pode-se inferir que a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) apresenta bases sólidas, carregadas de técnicas e estratégias que auxiliam no processo de readaptação em casos de pessoas enlutadas. De acordo com Rodrigues et. al (2018), a TCC pode favorecer significativamente o modo como o indivíduo reage e sintomatiza o luto dado o seu caráter objetivo, estruturado e direcionado a essa demanda. Contudo, não existe uma fórmula única e rígida para atuar diante dessa temática, cabendo ao profissional ser flexível e estar atento às circunstâncias e as realidades pessoais e específicas de cada indivíduo, bem como a sua forma particular de vivenciar a experiência de perda. Essa concepção aliada às técnicas e estratégias mencionadas anteriormente e também a características básicas de um psicoterapeuta como a escuta ativa e acolhimento indicam ótimos resultados referentes ao bem-estar e a diminuição de sintomas de depressão e ansiedade para pessoas que passaram pelo processo de luto (RODRIGUES et. al, 2018).

Em vista do nível de particularidades existentes nas etapas do luto, Hayasida et. al (2014) conclui em sua pesquisa, que a formulação de protocolos dentro dessa abordagem terapêutica possui relevância na medida em que atua sobre os pensamentos, as emoções e os comportamentos do sujeito, resultando na elaboração cognitiva de crenças disfuncionais a respeito da morte.

Nessa conjuntura, as ferramentas disponibilizadas pela Terapia Cognitivo-Comportamental, por meio de um protocolo com três etapas, podem auxiliar consideravelmente na elaboração do luto, uma vez que proporcionam o acolhimento necessário, a reorganização cognitiva, por intermédio do questionamento de crenças distorcidas, a readaptação da rotina com base no contexto particular de cada indivíduo e conseqüentemente, reduz o sentimento de culpa e o sofrimento causados pelo luto (ZWIELEWSKI, SANT'ANA 2016).

Por fim, ainda de acordo com os estudos de Zwielewski e Sant'ana (2016) acerca do protocolo mencionado, evidencia-se que num primeiro momento, é realizada a medição de sintomas de ansiedade e depressão, risco de suicídio e identificação das distorções cognitivas presentes. Sobretudo, como citado anteriormente, é importante que ocorra o acolhimento da pessoa enlutada por parte do profissional, seja por meio

do estímulo de medidas como a partilhadas emoções com conhecidos ou mediante rituais simbólicos de despedida bem como com técnicas pertinentes a psicoterapia como, por exemplo, proporcionar um ambiente onde o sujeito possa verbalizar o que gostaria de dizer a pessoa falecida caso ainda estivesse viva.

A próxima etapa, segundo as autoras Zwielewski e Sant'ana (2016), possui um foco maior na psicoeducação, no questionamento dos pensamentos disfuncionais, na resolução de problemas e na definição de uma pessoa próxima a qual terá a função de auxiliar nos momentos em que a pessoa enlutada precisar desabafar ou precisar de uma intervenção emergencial. Além disso, nessa fase é importante o contato com familiares para reorganização de atividades a serem cumpridas, com o intuito de amenizar os impactos provenientes do luto. Desse modo, na terceira e última etapa do protocolo, espera-se que o profissional invista em estratégias que proporcionem a readaptação do indivíduo na sua vida cotidiana, organizando suas tarefas e repensando novas atividades, conexões e formas alternativas de interpretar as crenças distorcidas que foram trabalhadas ao longo do processo (ZWIELEWSKI, SANT'ANA 2016).

Diante do que foi apresentado, nota-se que a TCC pode auxiliar na readaptação das pessoas enlutadas ajudando-as a lidar com os desafios emocionais e comportamentais associados ao luto. Portanto, esta abordagem se apresenta como uma aliada valiosa no processo de reorganização emocional diante da ausência, além de promover uma transformação positiva nos padrões de pensamento e comportamento dos enlutados, proporcionando alívio e auxílio na reconstrução de suas vidas após a perda (BASSO, WAINER, 2011).

CONCLUSÃO

Diante dos objetivos propostos por esse estudo, observa-se que a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) se configura como uma abordagem segura e confiável para lidar com o luto em suas diversas manifestações e contextos. Sua natureza prática e funcional na contemporaneidade, respaldada por recursos teóricos e experienciais, posiciona a TCC como uma ferramenta eficaz no processo de readaptação do indivíduo diante das significativas perdas vivenciadas.

Observa-se que a TCC se revela não apenas como uma intervenção terapêutica, mas como um suporte que visa proporcionar uma compreensão renovada dos pensamentos e crenças disfuncionais associados ao luto. Nesse sentido, a abordagem oferece benefícios tangíveis, promovendo uma reorganização cognitiva que facilita a adaptação do enlutado e contribui para a construção de estratégias mais saudáveis de enfrentamento. Esse estudo destaca, portanto, a relevância da TCC como uma ferramenta valiosa na esfera contemporânea da psicoterapia, capaz de oferecer suporte prático e funcional, promovendo a resignificação e a adaptação diante das complexidades do luto.

Durante a elaboração desse projeto, algumas limitações se destacaram, incluindo a escassez de estudos de longo prazo que exploram a relação entre a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e o luto. Além disso, observou-se uma falta de

diversidade na autoria de pesquisas sobre essa interação, indicando a necessidade de uma maior variedade de perspectivas acadêmicas. A carência de estudos mais específicos, especialmente relacionados a demandas complexas como o luto não reconhecido, sugere uma lacuna na compreensão da aplicação efetiva da TCC nessas situações. Essas limitações apontam para a importância de futuras pesquisas abordarem esses hiatos, contribuindo para um entendimento mais abrangente e aprimorado do papel da TCC no manejo do luto, bem como destacando a necessidade de estratégias terapêuticas mais direcionadas e adaptadas a diversas demandas na área da saúde mental.

Dessa forma, embora a TCC forneça diversas técnicas e conceitos úteis para o processo do luto, deve-se atentar para questões relacionadas ao vínculo terapêutico e a personalização dos atendimentos de acordo com cada contexto. Diante da complexidade inerente à experiência humana, portanto, é imperativo reconhecer e respeitar a singularidade de cada indivíduo no contexto do processo de luto. Ao considerar a diversidade de histórias, valores, e formas de lidar com as perdas, os profissionais de saúde mental se deparam com a necessidade de adotar abordagens flexíveis.

Por fim, é importante ressaltar que essa pesquisa representa uma abordagem inicial para explorar a temática em questão e que estudos posteriores podem complementar e aprofundar ainda mais a conjuntura exposta, sendo importante destacar que as pessoas beneficiadas com essa pesquisa incluem profissionais da saúde mental, acadêmicos e estudantes de psicologia ou áreas relacionadas, profissionais de diferentes áreas que lidam diretamente com pessoas, assim como pacientes e indivíduos com experiências em saúde mental e outros grupos populacionais.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, M. L. P., SILVA, P. A. S. O luto através de perspectivas da psicologia: uma revisão literária. **VII SEMINÁRIO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE PSICOLOGIA – UNIEVANGÉLICA**, 2021. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/18836>. Acesso em: 01 out. 2023.

ALMEIDA, É. A. S. DE., SARTES, L. M. A., SOUZA, K. S. S. DE. Inserção das Estratégias Cognitivo-Comportamentais no CAPS Álcool e Drogas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. e239448, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/SWqKwjNPYqVm7THwWKKCVcm/#>. Acesso em: 31 out. 2023.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION — APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V TR**. Trad.: Daniel Vieira, Marcos Viola Cardoso, Sandra Maria Mallmann da Rosa. 5. ed., rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BASSO, L. A., WAINER, R. Luto e perdas repentinas: contribuições da Terapia Cognitivo-Comportamental. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-43, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872011000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 nov. 2023.

BECK, J. S. **Terapia cognitivo-comportamental: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BONIN, J. A. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 15, n. 37, p. 121–127, 2009. DOI: 10.15448/1980-3729.2008.37.4809. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/4809>. Acesso em: 21 nov. 2023.

BRAZ, M. S., FRANCO, M. H. P.. Profissionais Paliativistas e suas Contribuições na Prevenção de Luto Complicado. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 1, p. 90–105, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ksrv46KYyzK4xtYN4cp5Fk/?lang=pt#>. Acesso em: 31 out. 2023.

CAMPOS, F. P., et al. Os Impactos da Pandemia para a Elaboração do Luto Infantil: Uma Revisão de Literatura. Vínculo - **Revista do NESME**. 2023, 20(1), 66-72. ISSN: 1806-2490. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1394/139475320008/139475320008.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

CARLOS, L. B., BERGAMASCHI, R. D. **Importância do tema morte no curso de psicologia**. 2018. Disponível em: https://www.unifacvest.edu.br/assets/uploads/files/arquivos/58268-lizele-boeira-carlos--_aimportancia-do-tema-morte-no-curso-de-psicologia-2018.pdf. Acesso em: 28 set. 2023.

CARVALHEIRA, E. G. **Programa online de autoajuda no luto – um estudo de viabilidade “Escrita no luto”**. Orientador: Batista, João. Gonçalves, Miguel M. 2023. Dissertação de mestrado (Psicologia Clínica e Psicoterapia de Adultos) - Universidade do Minho, [S. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/86177>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CASELLATO, G. **LUTOS POR PERDAS NÃO LEGITIMADAS NA ATUALIDADE**. São Paulo: Summus Editorial, 2020.

CASELLATO, G. **O RESGATE DA EMPATIA**: Suporte psicológico ao luto não reconhecido. SP: Summus Editorial, 2015. ISBN 978-85-323-1009-5. Disponível em: <https://dokumen.pub/o-resgate-da-empatia-suporte-psicologico-ao-luto-nao-reconhecido.html>. Acesso em: 21 out. 2023.

CORREIA, G. T., VIEIRA, V. M. DE. O. **CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA AO PACIENTE EM LUTO SOB A PERSPECTIVA DA TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) - UNIUBE – UNIVERSIDADE DE UBERABA, [S. l.], 2022. Disponível em: <http://dspace.uniube.br:8080/jspui/handle/123456789/2114>. Acesso em: 20 out. 2023.

SILVA, E. B. P. DA., BARBOSA, R. S., COELHO, C. K. **CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA COGNITIVA-COMPORTAMENTAL DIANTE DE PACIENTES ENLUTADOS**. **Revista Saberes FAP Pimenta**, v. 1, n. 1, 2023. <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/saberesfappimentabueno/article/view/1691>. Acesso em: 05 nov. 2023.

DIAS, J. R. S., **PROFISSIONAIS DE SAÚDE E A EXPERIÊNCIA DE UM LUTO NÃO RECONHECIDO**. **Revista Cathedral**, [s. l.], v. 5, n. 3, 2023. Disponível em: <http://cathedral.ojs.galoa.com.br/index.php/cathedral/article/view/668/202>. Acesso em: 2 out. 2023.

FEIJOO, A. M. L. C. DE. **SITUAÇÕES DE SUICÍDIO: ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JUNTO A PAIS ENLUTADOS**. **Psicologia em Estudo**, v. 26, p. e644427, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/qxhP9NhBk9wQcJPnjkgCZJq/#> Acesso em 18 nov. 2023.

FERREIRA, I. M. F. et al. DO AUTOCONHECIMENTO AO AUTOCONCEITO: REVISÃO SOBRE CONSTRUTOS E INSTRUMENTOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES. **Psicologia em Estudo**, v. 27, p. e49076, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/XQrsmHHnN7g7SSkYgpcPjqb/#>. Acesso em: 14 nov. 2023.

HAYASIDA, N. M. A. et al. Morte e luto: competências dos profissionais. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 112-121, dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872014000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 nov. 2023. <http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20140017>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, **Estatísticas do Registro Civil 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2021_v48_informativo.pdf. Acesso em: 18 nov. 2023.

KNAPP, P., BECK, A. T.. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 30, p. s54–s64, out. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/HLpWbYk4bJHY39sfJfRjwtn/#>. Acesso em 7 nov. 2023.

KOCH, U. A relação terapêutica: surgimento, obscurecimento e transformações de uma tecnologia social. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 29, p. 123–142, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/x8STQxxmQyQxmjvvr9CxGPp/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 19 out. 2023.

KOVÁCS, M. J.. Desenvolvimento da Tanatologia: estudos sobre a morte e o morrer. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 18, n. 41, p. 457–468, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/jQrBZXqtr35w7Y8pqCFcTJH/#>. Acesso em 7 nov. 2023. KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. 10. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes. 2017.

LAPA, D. M. K., NOGUEIRA, M. T. D. O luto não reconhecido pela morte do animal de estimação: Um estudo com tutoras de animais na cidade de Canguçu-RS. **Psicologia Revista, [S. l.]**, v. 31, n. 1, p. 251–270, 2022. DOI: 10.23925/2594-3871.2022v31i1p251-270. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/52336>. Acesso em: 16 out. 2023.

LEAL, S. G. DE M. TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL NO PROCESSO DE RESOLUÇÃO DO LUTO. **Pretextos - Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 5, n. 9, p. 683-697, 8 set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/24413>. Acesso em: 21 nov. 2023.

MARCO, M. A. D. et al. **Psicologia Médica: Abordagem integral do processo saúde-doença**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

MARTÍNEZ-ESQUIVEL, D., MUÑOZ-ROJAS, D., GARCÍA-HERNÁNDEZ, A. M. Manutenção de vínculos em homens em luto por um ente querido. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 31, p. e4010, jan. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/xBBg3JrpXFNTBXWgkYJWGLw/?lang=pt#>. Acesso em 7 nov. 2023.

MARTINS, J. S. et al. Empatia e relação terapêutica na psicoterapia cognitiva: uma revisão sistemática. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 50-56, jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872018000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 dez. 2023.

MAZORRA, L. **A construção de significados atribuídos à morte de um ente querido e o processo de luto**. 2009. 265f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15837>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MSAWA, Caio Satoshi et al. OS EFEITOS DO LUTO NO CÉREBRO. **Revista Simbio-Logias: Revista Eletrônica de Educação, Filosofia e Nutrição**, v. 14, n. 20, 2022. Disponível em: <https://simbiologias.ibb.unesp.br/index.php/files/article/view/262/12>. Acesso em: 14 nov. 2023.

NEUFELD, C. B., CAVENAGE, C. C. Conceitualização cognitiva de caso: uma proposta de sistematização a partir da prática clínica e da formação de terapeutas cognitivo-comportamentais. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 3-36, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872010000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 nov. 2023.

NUNES, L. K. V., DINIZ, D. M. O PAPEL DA PSICOLOGIA NO CUIDADO PALIATIVO: reflexões acerca do luto. **Psicologia e Saúde em debate**, [S. l.], v. 9, n. 1, p.337–353, 2023. DOI: 10.22289/2446-922X.V9N1A23. Disponível em: <http://www.psicodebate.dpgpsifpm.com.br/index.php/periodico/article/view/964>. Acesso em: 21 nov. 2023.

Organização Mundial de Saúde [OMS]. (2017). **World health statistics data visualizations dashboard: suicide**. Disponível em: <http://apps.who.int/gho/data/node.sdg.3-4-viz2?lang=en>. Acesso em 18 nov. 2023.

PACHECO, D. DOS S. G.; MALAGRIS, L. E. N.. Relações entre Estresse, Distorções Cognitivas e Otimismo em Pacientes com Hipertensão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.40, p. e186605, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/YFn68yKwSxHMht5943dDWzC/#>. Acesso em 7 nov. 2023.

PENNETTA, G. A. **O QUE VULNERABILIZA OS ENLUTADOS A MAIS SOFRIMENTO?: VARIÁVEIS ASSOCIADAS A MAIOR INTENSIDADE DE LUTO DENTRO DO CONTEXTO PANDÊMICO**. Orientador: Patrícia Pascoal. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, [S. l.], 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/13723>. Acesso em: 12 out. 2023.

PORTES, Rosimeire Sementino. **TANATOLOGIA: OS DESAFIOS DE FALAR SOBRE A MORTE COMO PARTE DA VIDA**. Trabalho de conclusão de curso. Sinop/MT, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unifasipe.com.br:8080/xmlui/handle/123456789/532>. Acesso em: 6 nov. 2023.

POWELL, V. B. et al. Terapia cognitivo-comportamental da depressão. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 30, p. s73–s80, out. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/XD3SXdNxQPMwj6gc4WRjqSB/?lang=pt#>. Acesso em 7 nov. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil); CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO -CGU. Portal da Transparência do Governo Federal, Convênios por Estado/Município: banco de dados. 2022. Disponível em: <https://transparencia.registrocivil.org.br/registros>. Acesso em: 19

nov. 2023.

RIBEIRO, et al. Diferentes processos de luto e o luto não reconhecido: formas de elaboração e estratégias dentro da psicologia da saúde e da terapia cognitivo-comportamental / Different grief processes and unrecognized grief: forms of elaboration and strategies within health psychology and cognitive-behavioral therapy. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v.8, n. 4, p. 30599–30614, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n4-508. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/47048>. Acesso em: 02 nov. 2023.

RODRIGUES, et al. Contribuições da terapia cognitivo-comportamental para a compreensão do luto. **Revista Ciências em Saúde (RCS)**, v. 8, n. 4, p. 19-24, 2018 Tradução. Disponível em: <https://doi.org/10.21876/rcsfmit.v8i4.832>. Acesso em: 20 set. 2023.

SILVA, C. J. DA .; SERRA, A. M.. Terapias Cognitiva e Cognitivo-Comportamental em dependência química. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 26, p. 33–39, maio 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/mZVcWyLvifsWZDm4gYqqKhy/?lang=pt#>. Acesso em 7 nov. 2023.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 4a. edição, v. 123, 2005. Disponível em: <https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SILVA, J. C. G. **O LUTO NO ADOLESCENTE DIANTE DA PERDA POR MORTE DE UMA PESSOA QUERIDA**. Orientador: Roberto Assis Ferreira. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Pós-Graduação em Saúde do Adolescente) - Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, [S. l.], 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-BCEHYD>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SILVEIRA, et. al. A aplicação da Terapia Cognitivo-Comportamental, no contexto hospitalar, com pacientes em processo de amputação. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 12, n. 6, p. e5512641919, 2023. DOI: 10.33448/rsd-v12i6.41919. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/41919>. Acesso em: 31 oct. 2023.

SOUZA, A. N. A. ; SILVA, D. S. **CONTRIBUIÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL PARA COMPREENSÃO DO LUTO POR MORTE: ANÁLISE NARRATIVA DA LITERATURA DE CASOS CLÍNICOS**. 2022. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) - Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, [S.l.], 2022. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/29937/1/AYANA%20TCC%20PDF.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

SOUSA, C. R. DE .; PADOVANI, R. DA C.. Supervisão em Terapias Cognitivo-Comportamentais: Trilhando outros Caminhos Além do Serviço-Escola. **Psico-USF**, v. 20, n. 3, p. 461–470, set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/w5RS7nqKBRxmsSB9qjn6scP/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 21 nov. 2023.

ZWIELEWSKI, G.; SANT'ANA, V.. Detalhes de protocolo de luto e a terapia cognitivo-comportamental. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro , v. 12, n. 1, p. 27-34, jun. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872016000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 nov. 2023. <http://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20160005>.

KLÍNICA PSICODÉLICA: POTENCIALIDADES TERAPÊUTICAS COM A EXPERIÊNCIA PSICODÉLICA

Bernardo Rodrigues Giacomo de Oliveira¹, Davi Salezze Gama¹, Salatiel Vinícius da Vitória¹, Thiago de Sousa Freitas Lima², Soo Yang Lee³, Priscila Alves Balista³, Clauder Oliveira Ramalho³, Laêmecy Emanuelle Gonçalves Martins³, Tammer Ferreira Zogheib³

¹Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

²Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

³Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

RESUMO

O presente artigo contextualiza o uso histórico da psilocibina e aponta para uma tendência do renascimento psicodélico contemporâneo. Esse estudo envolve uma revisão integrativa da literatura, propondo revisar o uso terapêutico da psilocibina visando integrar a perspectiva esquizoanalítica à compreensão da experiência psicodélica. Enfatizando a importância de uma abordagem integrativa no campo terapêutico, o artigo apresenta em dois blocos de sentido as contribuições da esquizoanálise na compreensão dos processos de subjetivação e dos modos conscienciais relacionados ao uso de psicodélicos. Demonstramos que a psilocibina pode ser um dispositivo facilitador de processos transformadores no sujeito, proporcionando sentimentos de aceitação e conexão que são valiosos ao trabalho analítico.

Palavras-chave: Esquizoanálise, Psilocibina, Psicodélicos, Terapia

INTRODUÇÃO

Os psicodélicos estão entre as “substâncias psicoativas”, termo que faz menção às drogas que alteram o funcionamento do Sistema Nervoso Central (SNC), principalmente a consciência, as funções cognitivas, o afeto e a percepção sensório-motor-espacial. (Oliveira, 2008) Holmes (1997) classifica os psicoativos em quatro classes de acordo com seu efeito no SNC: as depressoras, com efeitos sedativos, as narcóticas com efeitos entorpecentes, os estimulantes com efeitos de êxtase e por último, as perturbadoras, com efeitos de distorcer as experiências sensoriais. As substâncias psicodélicas se destacam na quarta classe.

Segundo Henrique Carneiro (2005) podemos nomear essas substâncias de outras formas: alucinógenos, psicodélicos e enteógenos. O primeiro termo remete ao conceito de “alucinação”, que denota um sentido patologizante e reducionista, tendo em vista que os fenômenos alucinatórios não são os únicos presentes na experiência psicodélica.

O segundo termo foi adotado pelo movimento político-cultural dos anos 1960 (Leary, 1999), e por último, o termo que deriva das palavras gregas *entheos* que significa “Deus dentro” e *gen* que remete a “tornar-se”, conferindo o sentido de “aquilo que gera experiência interna do divino” é adotado quando essas substâncias são administradas como instrumentos sagrados em contexto ritualístico.

Adotaremos aqui o termo psicodélico, que tem origem no neologismo de duas palavras gregas *psique* (mente) e *delos* (manifestação), ou seja, manifestação da mente, sendo

o mais adequado para nossa pesquisa em comparação aos anteriores que demarcam um caráter patológico ou muito próxima a dimensão espiritual.

O uso dessas substâncias data desde épocas remotas da civilização (Schultes; Hofmann; Rátsch, 2001). Em especial nesse artigo, iremos abordar uso do cogumelo enteógeno *Psilocybe Cubensis*, popularmente conhecido como “cogumelo mágico”.

Foram bastante utilizados pelos xamãs Astecas em rituais de diversas aldeias da América Latina, conhecido entre eles por *Teonanacati* que significa “Carne de Deus” e com a finalidade de cura através de sensações e experiências de contato como divino (Schultes, 1963).

O início das pesquisas com psicodélicos ocorre por causa de uma investigação feita por Stanislav Grof (1931 – até hoje) com a administração de LSD em pacientes terminais que proporcionou o contato com as experiências do tipo espiritual, levantando conceitos ainda não examinados pela psicologia daquela época.

Com o movimento New Age, de contracultura que fomentou o uso recreacional, instaura-se na sociedade um estigma equivocado e que foi reforçado com a campanha de “Guerra às Drogas” fizeram com que os estudos com psicodélicos fossem praticamente extintos com a proibição dessas substâncias nos EUA (Diniz, 1999).

Em paralelo com esse movimento histórico contracultural, nasce na França a esquizoanálise como proposta terapêutica, ética, estética, política, buscando alternativas de compreensão da subjetividade de uma maneira intrincada com os processos culturais e sociais de sua época (Baremlitt, 2003).

Atualmente vivemos na época chamada “Nova Renascença Psicodélica” inaugurada pelos trabalhos de Rick Strassman (1952 – até hoje) sobre os efeitos da substância psicodélica DMT (Dimetiltriptamina) em humanos na universidade do Novo México no início da década de 1990 (Strassman, 1996, 2001; Strassman et al., 1994, 1996).

A pesquisa sobre o uso da psilocibina em uma configuração terapêutica tem crescido significativamente nos últimos anos, despertando interesse devido a resultados promissores em estudos clínicos iniciais como por exemplo os feitos por Albert Garcia-Romeu, Alan K. Davis e Matthew W. Johnson (2019).

No entanto, a eficácia, segurança e potencial aplicação clínica com psilocibina em relação a uma variedade de transtornos psicológicos ainda são tópicos de investigação ativa e debate.

Esta revisão integrativa da literatura procura consolidar as evidências disponíveis sobre a psilocibina, avaliar sua eficácia no tratamento de transtornos psicológicos e compreender melhor os riscos e benefícios associados, bem como propor uma integração paradigmática a partir da perspectiva esquizoanalítica.

Também buscamos contribuir para a compreensão da psilocibina e esquizoanálise como ferramenta terapêutica potencial. Nesse sentido, investigamos a possibilidade de integração e interpretação dos estudos em ambos os campos.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, que se entende por um método que possibilita a síntese de conhecimento e a manifestação da aplicabilidade de resultados

de estudos significativos na prática (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Nessa pesquisa utilizamos as seguintes estratégias de busca para consolidação da revisão integrativa: artigos de metanálise em inglês, publicados nos últimos cinco anos (2019 – 2023) que apresentassem em sua discussão o uso da psilocibina como procedimento psicoterapêutico, indexados nas bases de dados PubMed e PsycInfo. Como estratégia de busca para a Esquizoanálise, por não se tratar de uma clínica ancorada em evidências, procuramos na literatura cinzenta alguns trabalhos sobre a clínica esquizoanalítica.

Dentre eles, encontramos 7 artigos e 2 dissertações de mestrado que apresentam referências teóricas e instrumentos conceituais para este artigo, que serão tratados a partir da elaboração de blocos de sentido evidenciando principais pontos de convergência com o objetivo desta pesquisa.

Para a realização da busca com psilocibina, foram utilizadas a seguinte estratégia de busca, utilizando palavras-chave consideradas descritores no DeCS (Descritores em Ciência de Saúde) / MeSH (*Medical Subject Headings*): (*Psilocybin*) AND (*Therapy*). Foram analisados 26 artigos, dentre estes 13 foram selecionados para o estudo. Houve a exclusão de 13 artigos devido à inacessibilidade dos estudos, incompatibilidade com os critérios de avaliação e duplicatas.

Os dados serão apresentados da seguinte forma, sendo: um fluxograma (apêndice A) apontando o processo de seleção dos artigos, uma tabela para apresentar os resultados obtidos da metanálise (apêndice B), os blocos de sentidos da esquizoanálise e a integração dos dois.

Percebemos que no contexto dos últimos cinco anos, a pesquisa ainda é bem limitada a resultados heterogêneos e com pequenas amostras. Como consequência, observa-se poucos estudos incluídos nas metanálises, e ainda estudos bem diversos entre si (diferentes métodos e diagnósticos). Dessa forma, conclui-se que apesar de evidências positivas, há necessidade de efetuar estudos mais homogêneos.

DESENVOLVIMENTO

Uso histórico da psilocibina

Há referências históricas do uso de fungos com propriedades psicodélicas na Grécia antiga, Índia e Mesoamérica, a utilização mais descrita até o presente provém das culturas indígenas mexicanas, o uso pelos habitantes desse local foi amplamente investigado desde a colonização espanhola (Stamets, 2000).

Segundo Diniz (1999), acredita-se que o Xamanismo, a tradição de cura e o contato com o divino do qual elas fazem parte tenha 20.000 a 30.000 anos. Foi verificada no sul do México a presença de cerimônias sagradas que teriam por finalidade a veneração mística pelo divino sob os efeitos dos cogumelos sagrados.

Os estudos com *Psilocybe Cubensis* iniciaram com Gordon Wasson (1898 – 1986) e Valentina Pavlovna (1901 – 1958) que, ao descobrirem o uso ritualístico, foram ao México ao encontro de Maria Sabina (1894 – 1985), uma Xamã Mazateca que viveu na Sierra Mazateca no sul do México.

Sabina confidenciou um ritual com a promessa de que não contaria a ninguém o

acontecido, porém foi publicado em 1980 o livro “The Wondrous Mushroom: Mycolatry in Mesoamerica” acerca do rito realizado por ela (Allen, 1987; Wasson, 1972). Gordon Wasson e Roger Heim se associam ao laboratório Sandoz, no qual Albert Hofmann faz o estudo das propriedades químicas dos cogumelos, se deparando com as substâncias Psilocibina e Psilocina, a primeira em maior concentração (Hofmann *et al.*, 1958).

Depois da sintetização, os laboratórios Sandoz passaram a disponibilizar a substância para novas frentes de pesquisas, principalmente nas áreas da Psiquiatria e Neurologia (Hofmann *et al.*, 1958).

Com o passar do tempo essas substâncias adquiriram novos fins, como recreacional e terapêutico (Nunes; Jóluskin, 2007). Os efeitos esperados pela ingestão de cogumelos são de euforia e lucidez calma, sem perder a coerência e clareza de pensamento, as alucinações que são percebidas de olhos fechados são coloridas e bem definidas, podem possuir estruturas geométricas, visões de paisagens fantásticas (Diniz, 1999).

De acordo com Diniz (1999), a dose mínima necessária para produzir efeitos psicodélicos são de 4 a 10 mg, doses menores resultariam, em geral, em alterações de humor e sensação de bem-estar. Doses altas da substância provocam intensas distorções visuais e sensoriais.

A absorção das substâncias ocorre entre 15 e 40 minutos, o pico do efeito dura entre 1 e 3 horas e costuma ter duração total entre 2 e 8 horas, outras sensações relatadas dizem sobre uma maior empatia e conexão com o Todo (Escobar, 2008).

Os fatores que devem ser levados em consideração na experiência psicodélica se encontram nos conceitos de *set* e *setting*. O *Set* advém na palavra inglesa *mindset*, e possui o sentido de “estado mental”.

Pode ser compreendido como tudo aquilo que diz respeito ao estado interno de um sujeito, incluindo sua personalidade, sua preparação para a experiência, suas intenções e expectativas em relação a experiência que está por vir, seu estado afetivo atual, medos e desejos (Metzner e Leary, 1967).

O *Setting* é o ambiente externo em que a experiência ocorre, não apenas os aspectos do ambiente físico como o tamanho, decoração, nível de conforto, música, mas também do ambiente socioemocional que se estabelece entre os participantes ou acompanhantes.

O ambiente cultural que o indivíduo se encontra é crucial na manifestação psicodélica vivenciada, pois é nela que se localizam as ideias e crenças predominantes na sociedade no qual ela pertence (Metzner e Leary, 1967).

Todos esses fatores influenciam radicalmente o modo como a experiência será sentida, observada e elaborada posteriormente. Bonnie e Pahnke (1972) são ainda mais sensíveis em relação ao *set* e *setting*, atribuindo ao primeiro a habilidade para confiar e renunciar ao controle, bem como a apreciação estética, e escolha cuidadosa da música e da arte, e ao segundo a importância da atmosfera emocional e psicológicas de todos ali presentes.

Klínica e clínica

A clínica com K é uma invenção de Gregório Barenblitt (1998), terminologia derivada do grego *Klínamen*, que significa desvio. A clínica é um encontro que produz a diferença, é uma colisão de corpos que altera uma trajetória, é efetuada na criação de novas realidades, novos mundos, novas subjetividades.

Essa proposição se distancia de um tipo de clínica psicológica ou psiquiátrica que opera em prol da reprodução de subjetividades pré-moldadas, da manutenção do *status quo* e da repetição de normas pré-estabelecidas.

É nesse mesmo desvio que se encontra o cerne da aposta esquizoanalítica, que consiste em pensar a potência do desejo como produção singular e performativada realidade.

A esquizoanálise foi inaugurada pelos autores franceses Gilles Deleuze (1925- 1975) e Félix Guattari (1930 - 1992), com a publicação dos livros *Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia* (1972), *Mil platôs* (1980) e *Kafka: por uma literatura menor* (1975). No Brasil, existem alguns núcleos acadêmicos que concentram importantes autoras dessa linha, espalhadas por diferentes estados.

Análise da Literatura

Blocos de Sentido da Esquizoanálise

Os resultados da esquizoanálise foram organizados em dois blocos de sentido, que se dividem entre: subjetividade e modos conscienciais. No primeiro bloco, analisamos os processos de subjetivação e a possível conexão entre a psilocibina e clínica.

A esquizoanálise é utilizada como uma ferramenta conceitual para compreender como o corpo, a consciência e a subjetividade se constituem, especialmente no contexto da interação com substâncias psicodélicas.

Na transição para o segundo bloco, mencionamos a discussão histórica sobre estados alterados de consciência e logo partimos para os cinco modos conscienciais conforme propostos por Domenico Hur (2020). Apontamos a psilocibina como um dispositivo catalisador que facilita a transição entre os modos conscienciais, permitindo a experimentação intensiva de um processo terapêutico.

Também acentuamos a necessidade da integração da experiência psicodélica, assim como a importância do modo consciencial plural para a transformação pessoal e social.

Esquizoanálise e subjetividade

Para fundamentar esta parte do artigo, utilizaremos alguns conceitos- ferramentas da Esquizoanálise, apresentando como se constituem os processos de subjetivação ancorados na obra de Deleuze (1925 – 1995) e Guattari (1930 – 1992). Nos tópicos seguintes, tentaremos elaborar as questões: o que pode uma clínica psicodélica? Por qual via ela opera?

Em primeiro lugar, é necessário nos aproximarmos da ótica espinosista do corpo, este entendido enquanto potência de conservação ou expansão da vida, presente na proporção entre movimento e repouso, nas forças da natureza, nos afetos e nos acontecimentos (Espinosa, 2015).

A partir dos encontros com outros corpos, individuais ou coletivos, materiais ou

imateriais, este corpo intensifica ou diminui sua potência de agir, pensar e existir (Moraes, 2017). Essa concepção, diferentemente do modelo cartesiano dualista, restitui o lugar da sensibilidade da consciência, permitindo avaliar qualitativamente a variação do movimento em oposição a uma identidade fixa das coisas.

Ou seja, há uma relação entre afeto - grau de variabilidade do corpo - e consciência, que organiza nosso self e nossa mente. As drogas perturbadoras do cérebro alteram o funcionamento da consciência e abrem caminho para discutirmos sobre os estados conscienciais no próximo bloco de sentido.

A partir desse prisma, passamos a valorizar os fluxos nômades, corpos singulares, inventores de realidade, em uma filosofia da diferença. É deste ponto que Deleuze e Guattari (2011), em *O Anti-Édipo*, partem para cunhar o conceito das máquinas desejanças, que realizam a conversão de forças entre o plano externo e o interno, sempre coexistentes e co(i)mplicadas.

Na clínica, acompanha-se a potência de um corpo para diferenciar-se, mapeando os afetos conscientes e/ou inconscientes, compreendendo os atravessamentos político-sociais, liberando os bloqueios energéticos, e experimentando modos outros de funcionamento dessas sínteses (Deleuze, Guattari, 2011).

Em segundo lugar, passamos para as duas tarefas fundamentais da Esquizoanálise: a destrutiva e a criativa. A primeira tarefa é o lugar da crítica, da raspagem de configurações sociais e subjetivas que impeçam o desejo de se converter em ato. A segunda tarefa é a positiva, de apostar na produção de novos modos de ser no mundo, da reinvenção de si (Donhauser, 2023).

Lidar com essa Ética experimental requer um grau de abertura para o estranhamento, para o surgimento de algo novo, de reconhecer a mudança que se efetuou em determinado sistema. Para isso, os filósofos nos recomendam ousadia para romper com os padrões pré-estabelecidos, mas também prudência para explorar o caos que pode advir do desconhecido (Melo, 2020).

Retornaremos, então, à noção dos fluxos para pensarmos a subjetividade enquanto um processo formado por segmentos e estratificações, em diferentes níveis de aceleração e estabilização. A partir da composição e decomposição desses arranjos, cristalizam-se identidades, normas, pensamentos e hábitos.

A subjetividade é um território existencial, a organização de um organismo, uma codificação, um fechamento da ordem da repetição, daquilo que nos define e nos ordena no tecido social: nome, sexo, raça, classe, função, religião (Cassiano, Furlan, 2013).

Porém, ao analisarmos a constituição dos modos de subjetivação no plano da imanência, percebemos que coexistem forças virtuais, são os vetores desterritorializantes. A desterritorialização é o sem-fundo, o sem nome, a anomalia. Intensidades não codificadas, afetos não nomeados, lugares ainda não mapeados, que apontam para novas possibilidades de existência (Moraes 2017).

A esquizoanálise, então, pensa o sujeito como sendo composto por linhas: duras, maleáveis e de fuga (Guimaraes; Ribeiro, 2016). As linhas duras capturam os fluxos da vida em um modelo, organizam uma identidade, definem um modo de existência que corresponde à territorialização.

As linhas maleáveis estão em um maior nível de indeterminação, com abertura à variação e à possibilidade de conexões inéditas. As linhas de fuga, por sua vez, são os vetores de desorganização, rupturas desterritorializantes, expressões coletivas que propiciam os processos de criação.

Neste paradigma, as experiências psicodélicas podem ser vistas como ferramenta de acesso a linhas de fuga e produção de novas subjetividades, servindo como possível matéria-prima para a clínica.

Modos Conscienciais

Na literatura psicodélica, desde Aldous Huxley até os tempos atuais, sempre se discutiram os chamados estados alterados de consciência e seus efeitos catárticos. De acordo com Palma (2016):

Utilizando a filosofia do francês Henri Bergson, Huxley argumenta, em *The Doors of Perception* (o relato da sua primeira experiência com mesalina), que o cérebro funciona como uma válvula redutora da consciência, limitando-a a um estado dito normal, da realidade do dia-a-dia. Os enteógenos, por sua vez, abrem a consciência humana a novas experiências, tendo, portanto, grande potencialidade de elevação espiritual e intelectual. (Palma, 2016, p.19).

Nesta seção, introduziremos uma proposta alternativa de compreensão desses fenômenos de percepção, construída com base na esquizoanálise. Buscamos compreender também de que forma a droga se insere nesta gramática. Com isso, partimos para explorar as variedades de funcionamento da consciência.

A primeira questão diz respeito à definição de consciência. Conforme Domenico Hur (2022), a consciência é caracterizada por seu mecanismo de seleção e operação da realidade. É composta por planos de divisão e expansão de imagens-movimento, posições dinâmicas e coexistentes virtualmente.

Esses planos são classificados em dois eixos: coeficientes de produção e antiprodução cognitiva/afetiva, e coeficientes de desterritorialização e territorialização. A noção de modos conscienciais nos ajuda a pensar em lógicas distintas de apreensão e criação da vida, que não estão subjugadas à ideia de que existe um modelo de funcionamento padrão da consciência e outros estados que são desviantes desta norma.

Alguns desses modos conscienciais são mais adaptados para o cotidiano, enquanto outros são alcançados por meio de técnicas como o esquizodrama de Baremblyt (1936 - 2021) e a respiração holotrófica de Grof (1931 - até hoje), podendo possuir potencial desestabilizador ou terapêutico para o sujeito, a depender do contexto (Hur, 2022).

A segunda questão refere-se aos cinco modos conscienciais propostos pelo autor (Hur, 2022): I. dicotômico, II. plural, III. cósmico, IV. caótico e V. cronificado. Para os fins desse artigo, abordaremos somente o II., III., IV. e V., pois acreditamos que estes modos atravessam aquilo que definimos como experiência psicodélica.

É importante salientar que nenhuma dessas posições é permanente, e que o manejo de seus efeitos deve ser realizado com cautela. Nesse sentido, escrever sobre uma

clínica psicodélica implica pensar em uma intervenção que proporcione a transição segura entre diferentes modos conscienciais, articulando a posição subjetiva com vetores de desterritorialização que sirvam para afirmar a vida.

Dessa forma, entendemos que a psilocibina opera como um dispositivo catalisador, que fomenta a experimentação de intensidades mais elevadas de consciência, com um pico de aceleração radical e instantânea.

Esse plano seria denominado por Hur (2022) como modo consciencial caótico, composto por um alto coeficiente de desterritorialização e antiprodução, uma posição limítrofe que não se sustenta por muito tempo, mas que pode dar lugar a um processo criativo e potencializador.

Para não cairmos no esvaziamento do corpo drogado, na loucura do modo consciencial V. cronificado, é preciso atingir a superfície, dar pé, integrar as forças e profundidades do corpo sem órgãos a uma máquina desejante.

O desafio da clínica está em saber fazer o corpo vibrar em altas frequências e depois encontrar um território seguro para recomposição. Estar à altura do acontecimento é caminhar pela margem sem cair no abismo, e se cair, ter uma rede de proteção.

O modo consciencial intermediário dessa transição é o III. caósmico, onde exercemos a prudência e produzimos novos sentidos com os afetos emergentes. Reterritorialização, de acordo com Haesbaert e Glauco (2002), é o cultivo do movimento de estabilização, de recomposição, acomodação de significados, agora abarcando as novas descobertas em uma nova terra.

Retornamos ao ponto de partida da jornada, porém transformados, munidos de novos afetos e possibilidades. Precisamos nos ancorar em um universo de referências e valores, fazendo enodamentos com as linhas de fuga encontradas, para conseguirmos direcionar um novo entendimento das relações e do nosso próprio autoconhecimento.

Por fim, a posição que mais se aproxima da finalidade da clínica psicodélica é o II. modo consciencial plural, da multiplicidade, ecosófico, que focaliza as relações sociais e o ambiente em que estamos inseridos, permitindo estabelecer relações mais saudáveis com os outros e com nós mesmos.

Esse é o modo consciencial que atualiza o que a Esquizoanálise denomina paradigma ético-estético-político, pois é propício aos processos poiéticos e de criação, na produção de relações de simpatia e solidariedade entre as distintas pessoas que ocupam determinado ethos, bem como um agenciamento de forças que pode transformar o poder em potência. (Hur, 2022, p. 461).

Este modo consciencial abre espaço para pensarmos o cogumelo como espécie companheira (Tsing, 2015), permitindo um agenciamento com um campo de conexões ancestrais, miceliais e rizomáticas.

O diálogo com o cogumelo revela a possibilidade da composição de uma política intersubjetiva interespecífica, pautada na diversidade biológica, com trocas de saberes entre vegetais, fungos e humanos, sob uma ética ecosófica do mutualismo.

Integração

A psilocibina tem se revelado um recurso psicoterapêutico promissor, pois proporciona aos participantes sentimentos de aceitação e conexão que mudam a forma como os participantes lidam com a sua condição clínica (Crowe *et al.*, 2023).

No setting terapêutico, ao valer-se da psilocibina como recurso facilitador, o psicólogo avalia e situa o paciente no ambiente, instigando a reflexão e servindo como um acompanhante de viagem (Guss.; Krause; Slosower, 2020). Muitas vezes, em seu funcionamento ordinário, o paciente encontra-se capturado por um *loop* de hábitos, pensamentos, sintomas, estruturas neuróticas e disfuncionais.

Tanto nas sessões de preparação quanto no trabalho de elaboração, o sentido da análise seria de restaurar a potência adormecida, esgotada e esvaziada do sujeito. (Moraes, 2017).

A esquizoanálise tem como pressuposto a potência esquizo da subjetividade (Moraes, 2017). Atribuição que os psicodélicos atualizam a partir da recuperação de um grau de indeterminação, que representa uma abertura para o lado de Fora, para um campo de intensidades.

A aposta nos psicodélicos seria uma maneira de somar ao trabalho analítico um olhar interdisciplinar, acrescentando a este outras três dimensões: uma dimensão científica, dimensão antropológica e uma dimensão ecológica.

Após o levantamento dos artigos (apêndice A), podemos observar no apêndice B, que os estudos analisados apresentaram uma redução dos sintomas associados a transtornos como: depressão maior, ansiedade, melhoria no humor de pessoas com transtorno de humor e uma redução no consumo de álcool. Bem como uma diminuição nos efeitos colaterais quando comparado aos medicamentos tradicionais.

Conforme o apêndice B, que em certos grupos de pacientes, a redução de sintomas e o bem-estar obtido com essas terapias inovadoras se mantiveram por um período prolongado, variando de seis meses a um ano após a conclusão do tratamento, superando assim a duração dos efeitos proporcionados pelos usuais medicamentos utilizados habitualmente para essas condições.

Em uma das metanálises é apresentado a intensificação de respostas emocionais, classificadas como: aceitação, conexão e transformação. Aquele é descrito como a aceitação da condição clínica, motivação para mudança, apreciação de si e das outras pessoas. Esse apresentou experiências como reconexão com a vida, parte de um universo mais amplo, pensamento mais claro e sentimentos de separação para interconexão. Este expõe: mudança de percepção, recuperação de presença, sensação de bem-estar e significado. Essas experiências facilitam o processo terapêutico (Crowe *et al.*, 2023).

CONCLUSÃO

Este artigo conclui que, apesar de existirem evidências positivas sobre o uso da psilocibina como procedimento psicoterapêutico, ainda há uma necessidade de realizar estudos mais homogêneos e padronizados sobre o tema. Os estudos analisados apresentaram resultados variados e utilizaram amostras pequenas e diferentes métodos e diagnósticos.

Portanto, é preciso aprofundar as pesquisas para confirmar a eficácia, a segurança e o potencial clínico da psilocibina em relação a diversos transtornos psicológicos. No que diz respeito ao potencial clínico, entende-se que o uso de psicodélicos, quando em diálogo com a esquizoanálise, oferece uma via sólida para construção de processos de subjetivação no contexto terapêutico.

REFERÊNCIAS

BAREMBLITT, G. **Introdução à Esquizoanálise** 2.ed, Belo Horizonte: Biblioteca Instituto Félix Guattari, 2003, 138p

CARNEIRO, H. (2005). **A odisséia psiconáutica: A História de um século e meio de pesquisas sobre plantas e substâncias psicoativas**. In: Labate, B. C.; Goulart, S. L. O uso ritual das plantas depoder. Campinas: Mercado das Letras: Fapesp.

CASSIANO, M.; FURLAN, R. O processo de subjetivação segundo a esquizoanálise. **Psicologia & Sociedade**, 25(2), 373–378. Publicado em 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dgLDtXKSwqS85RSQSJpRrZP/>. Acesso em 10/10/2023

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia** (2ª ed.). São Paulo: Editora34. 2011.

DINIZ, Omar Geraldo. **Usos, Bioquímica e Atividade Farmacológica do Psilocybe spp.** 1999. 76f. Monografia para obtenção de título de especialista em Fitoterapia. 1999.

DONHAUSER, L. J.; BONAMIGO, I. S.. De uma viagem esquizo à esquizoanálise: passeando pela história da revista psicologia & sociedade. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e220326, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Qg9tx5658c9JVNfhHMQRdmk/#>

ESCOBAR, J. A. C. (2008). **Observação e exploração da percepção visual e do tempo em indivíduos sob o estado ampliado de consciência após o consumo de cogumelos “mágicos”**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Recife, 158 f, 2008.

ESPINOSA, B. **Ética**. Tradução: Grupo de Estudos Espinosanos. São Paulo: Edusp, 2015. GARCIA-ROMEY, A.; DAVIS, A.K.; EROWID, F.; EROWID, E.; GRIFFITHS, R.R.; JOHNSON, M.W. Cessation and reduction in alcohol consumption and misuse after psychedelic use. **J Psychopharmacol**. Oxford. 33(9), p. 1088–1101, 2019. Disponível em: [<Cessation and reduction in alcohol consumption and misuse after psychedelic use - PubMed \(nih.gov\)>](https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34811111/).

GUATTARI, F; ROLNIK, S. 1996 **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes

GUIMARAES, Ivo Venerotti; RIBEIRO, Viviana. Notas para pensar o sujeito: geografia humanista com Deleuze e Guattari. **Rev. abordagem gestalt.**, Goiânia: v. 22, n. 2, p. 156-161, dez. 2016 . Acesso em 15 nov. 2023

GUSS, J.; KRAUSE, R.; SLOSHOWER, J. **The Yale Manual for Psilocybin-Assisted Therapy of Depression**. PsyArXiv: ago. 2020. p. 79. Disponível em: [<osf.io/preprints/psyarxiv/u6v9y>](https://osf.io/preprints/psyarxiv/u6v9y/). Acesso em 21 nov. 2023.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4,n.7,p.7-22,21 set. 2002. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13419/8619>. Acesso em 21 nov. 2023

HEIM, R & WASSON, R. G. (1972). **A loucura dos Kumas. In Mandala: a experiência alucinógena**, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 251-271

HOFMANN, A., FREY, A., OTT, H., PETRZILKA, T. & TROXLER, F. Elucidation of the structure and the synthesis of psilocybin. **Experientia**, Alemanha, 15, 14(11), p. 9-397. Nov. 1958. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1007/bf02160424>>.

HOFMANN, A., HEIM, R., BRACK, A. & KOBEL, H. (1958). Psilocybin, a psychotropic substance from the Mexican mushroom *Psilocybe mexicana*. **Experientia**. Alemanha, 15, 14(3): p. 9-107, Mar. 1958. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1007/bf02159243>.

HOLMES, D. S. (1997). **Psicologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed.

HUR, D. Cartografia das intensidades: pesquisa e método em esquizoanálise. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 46, p. 275-292, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v17i46.8392.

Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8392>. Acesso em: 21 nov. 2023.

LEARY, T. (1999). **Flashbacks “surfando no caos”: uma autobiografia**. São Paulo: Beca Produções Culturais.

MELO, D. **Experimentação e prudência no pensamento rizomático de Deleuze e Guattari**. Texto Digital, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 3-19, jan./jul. 2020.2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-9288.2020v16n1p3> Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/textodigital/article/view/1807-9288.2020v16n1p3>. Acesso em 20 nov. 2023

METZNER R and Leary T (1967) **On programming psychedelic experiences. *Psychedelic Review* 9: 5–19**

MORAES, J, A, P, de. **Cartografias do inconsciente**. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 200. 2017. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/20601> Acesso em 15/10/2023.

NUNES, L. M; JÓLLUSKIN, G. O Uso de Drogas: Breve Análise Histórica e Social. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. 2007.

OLIVEIRA, C. L. (2008). Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**, v. 2, n. 3, p. 1-16. e-ISSN 1982-5935. Cascavel: UNIOESTE.

PALMA, J. M. G. P. **Aplicações Psicológicas e Psiquiátricas da Ayahuasca**. Trabalho Final do Curso de Mestrado Integrado em Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa, 2016. 82p. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/28957>. Acesso em 21/11/2023

SOUZA, M. T. de; SILVA, M. D. da; CARVALHO, R. de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **einstein** (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>

SCHULTES, Richard E. **Botanical Sources of the New World Narcotics. *The Psychedelic Review***. Vol. 1, n.2: p. 145-166, 1963.

SCHULTES, R.E.; HOFMANN, A.; RÄTSCH, C. *Plants of the Gods: Their Sacred, Healing, and Hallucinogenic Powers*. Revised Edition. Rochester, VT: **Healing Arts Press**; 2001.

STAMETS, Paul. *Growing Gourmet & Medicinal Mushrooms*. 3TM ed. EUA: **Ten Speed Press**. 2000.

STRASSMAN, R. **DMT - the spirit molecule: a doctor's revolutionary research into the biology of near-death and mystical experiences**. Rochester: Park Street, 2001.

STRASSMAN, R. J.; QUALLS, C. R.; UHLENHUTH, E. H.; KELLNER, R. *Dose-Response Study of N,N-*

Dimethyltryptamine in Humans: II. Subjective Effects and Preliminary Results of a New Rating Scale. **Arch Gen Psychiatry**. n. 51(2). p. 98-108. Fev. 1994. Disponível em: < [Dose-response study of N,N- dimethyltryptamine in humans. II. Subjective effects and preliminary results of a new rating scale - PubMed \(nih.gov\)](#)>. Acesso em 15 nov. 2023.

STRASSMAN, R. J.; QUALLS, C. R.; UHLENHUTH, E. H.; KELLNER, R. **Dose-Response Study of N,N-Dimethyltryptamine in Humans: II. Subjective Effects and Preliminary Results of a New Rating Scale**. **Arch Gen Psychiatry**. 51(2):98–108. 1994. doi:10.1001/archpsyc.1994.03950020022002. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180968672016000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 nov. 2023.

STRASSMAN, R.; QUALLS, C. R.; BERG, L. M. **Differential tolerance to biological and subjective effects of four closely spaced doses of N,N-dimethyltryptamine in humans**. **BIOL PSYCHIATRY**, v. 39, pp. 784-795, 1996.

TSING, A. *Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras*. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177–201, 2015. DOI: 10.5007/2175-8034.2015v17n1p177. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n1p177>. Acesso em: 20 nov. 2023.

TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL COMO TRATAMENTO PARA ADOLESCENTES DEPENDENTES DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

Brenda Casotto Forechi¹Palloma Oliveira Daher¹ Uliana Coutinho dos Santos¹Letícia Garcia de Oliveira², Priscila Alves Balista³, Clauder Oliveira Ramalho³, Barbara Ribeiro Malacarne Paiva³, Ketene Werneck Saick Corti³, Roberta Coelho Trancoso de Castro³

¹Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

²Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

³Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar formas de prevenção e tratamento da dependência química em jovens através das técnicas da Terapia Cognitivo-Comportamental. Diante disso, buscou-se compreender os fatores externos e internos que compõem o período de desenvolvimento da adolescência, a busca por substâncias químicas e possíveis modos de aplicação das medidas preventivas, bem como formas de tratamento da dependência química dentro da Teoria Cognitivo-Comportamental. Buscou-se unificar dados a fim de obter possíveis formas de resolução dos problemas encontrados como consequência do uso de substâncias químicas na adolescência, sendo necessário a aplicabilidade e confirmação dos dados obtidos. Com as informações e análises realizadas, percebeu-se a necessidade de ampliar o campo de pesquisa em busca de respostas às limitações referenciais encontradas dentro do objetivo de estudo.

Palavras-Chave: Adolescência, Dependência química, Terapia Cognitivo-Comportamental.

INTRODUÇÃO

A adolescência é fase transitória do desenvolvimento humano onde o indivíduo está sujeito a inúmeras mudanças físicas, emocionais e sociais, sendo marcada por revoluções subjetivas, onde as influências sociais invocam novos comportamentos ao sujeito (Moreira et al., 2020). Nesse período, os jovens estão expostos a fatores de risco que os tornam propensos ao consumo de substâncias químicas, como o uso de drogas, resultando com que nessa etapa do desenvolvimento, devido à busca pela identidade e autonomia, adotem comportamentos e estilos de vida que são determinantes na vida adulta (Ministério da Saúde, 2001).

A Terapia Cognitivo-comportamental é uma abordagem do tipo estruturada ou semiestruturada, de curta duração, voltada para o presente, direcionada para solução dos problemas atuais, modificação de pensamentos negativos sobre si mesmos, seu mundo e seu futuro e comportamentos disfuncionais (Beck, 2013).

Segundo Soratto (2016) e Silva (2015) devido ao aumento nos casos de dependentes químicos, surge o dever de diminuir sua incidência, tornando-se necessário os trabalhos preventivos em conjunto ao tratamento. Contudo, o uso de substâncias químicas no período da adolescência está relacionado ao desejo em obter prazer, podendo resultar em uma dependência química e também no comprometimento biológico, social e psíquico, de forma com que o indivíduo desenvolva deficiências na realização de tarefas, papéis sociais, e na aquisição de habilidades e competência

(Schenker; Minayo, 2005).

Conforme Oliveira et al. (2020), o vício em substâncias químicas intensifica a vulnerabilidade dos adolescentes, afetando sua saúde física e mental, podendo ocorrer também colapsos escolares, familiares e a delinquência. Sabendo que a utilização das substâncias químicas é considerada um problema de saúde pública, por sua vez, na adolescência, entre 12 e 18 anos de acordo com o estatuto da criança e do adolescente (ECA), a falta de autocontrole é uma das chaves para o desenvolvimento de uma dependência.

Este estudo refere-se a uma revisão bibliográfica narrativa com o objetivo de verificar a relevância da psicologia, em particular da abordagem cognitivo-comportamental, na prevenção e no tratamento do uso de substâncias químicas por adolescentes. Com a finalidade de compreender melhor o tema, para a coleta de dados, foram exploradas pesquisas recentes com base em artigos científicos que obtivessem conceitos teóricos dessa abordagem, bem como estudos empíricos que analisam sua aplicação e resultados, e livros na abordagem comportamental e em psicologia do desenvolvimento. Foram utilizadas neste estudo as palavras-chave que incluem "psicologia cognitivo-comportamental", "adolescentes", "adolescência", "dependência química" e "dependentes químicos". A seleção dessas palavras-chave visa direcionar a pesquisa para fontes relevantes e atuais que abordam e desenvolvem o tema proposto, delimitando-se a abordar a relevância da intervenção psicológica utilizando a abordagem cognitivista como tratamento e medida preventiva para o uso de substâncias químicas em adolescentes.

O presente estudo é relevante à medida que permite conhecimento ao leitor sobre a dependência química e proporciona conhecimento à respeito da Terapia cognitivo-comportamental, uma abordagem na área da Psicologia que vem crescendo e auxiliando de forma positiva, obtendo bons resultados à prevenção e ao tratamento do uso dependência das substâncias químicas (Knapp; Luz Junior; Baldisserotto, 2008). Além disso, buscou-se discutir a importância da psicologia como tratamento e agente preventivo ao uso de substâncias químicas de forma compulsiva na adolescência através de táticas e métodos da terapia cognitiva-comportamental como tratamento. De acordo com Zanelatto e Laranjeira (2013), considerando os fatores biopsicossociais, o uso de substâncias químicas torna o indivíduo vulnerável a desenvolver transtornos mentais. Diante disso, levanta-se a questão, junto aos autores pesquisados de: como a intervenção psicológica da abordagem cognitivista comportamental pode atender às necessidades específicas no tratamento de adolescentes com dependência química?

Tendo como base pesquisas realizadas anteriormente, tem-se como hipótese a positiva relevância da terapia cognitivo-comportamental como uma das abordagens promissoras para a prevenção e tratamento do uso abusivo de substâncias em adolescentes, pois atua auxiliando na identificação do pensamento disfuncional, e foca em avaliar os mesmos pelo próprio indivíduo de uma forma adaptativa e realista, fornecendo uma melhora significativa dos sentimentos e comportamentos do indivíduo (Beck, 2013, Wright; Basco; These, 2008). Além disso, busca-se compreender como a Terapia Cognitivo-Comportamental pode contribuir para a

conscientização dos adolescentes sobre os riscos e consequências do uso de substâncias químicas, bem como para a promoção de um estilo de vida saudável e equilibrado.

Desta forma, buscou-se verificar a positiva relevância da Terapia Cognitivo-Comportamental como abordagem para o tratamento e prevenção do uso de substâncias químicas por adolescentes. Além disso, também buscou-se descrever o que é a Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) e identificar os principais fatores de risco e seus prejuízos associados ao uso de substâncias químicas em adolescentes.

MATERIAL E MÉTODO

Metodologicamente este estudo configura-se por uma pesquisa de natureza básica e qualitativa a partir de uma revisão bibliográfica narrativa, de caráter descritivo e exploratório que, segundo Gil (2008), se trata de uma pesquisa realizada com materiais já elaborados, sendo livros, teses, artigos científicos e dissertações, à partir dos quais o pesquisador analisará e verificará as possibilidades de incoerências para que não ocorram equívocos que possam comprometer a qualidade da pesquisa. Já uma pesquisa exploratória é identificada quando o tema escolhido é pouco explorado, apresentando dificuldades na formulação e operacionalização de hipóteses (Oliveira, 2018).

O estudo em questão foi composto por livros e artigos científicos disponíveis em duas bases de dados: Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Na primeira fase deste estudo, as pesquisadoras, de forma independente, utilizaram para coleta de dados as seguintes palavras-chave: “psicologia cognitivo comportamental”, “adolescentes”, “adolescência”, “uso de substâncias”, “jovens” e “dependência química”. Os artigos foram organizados em pastas para melhor identificação do tema.

Na segunda fase, foram utilizados como critério de inclusão os artigos que abordavam, em seus títulos e resumos, os temas “Terapia Cognitivo Comportamental”, “adolescentes e uso de substâncias químicas”, “TCC como prevenção e tratamento para usuários de psicoativos”, e “drogas e seus efeitos”. Assim, foram encontrados 54 artigos, e desses, foi selecionado 01 artigo, de língua inglesa, contendo especificamente o assunto relacionado ao tratamento de jovens dependentes químicos com métodos e técnicas da TCC. Devido a pouca quantidade de referências encontradas, na terceira fase, a pesquisa foi novamente ampliada para a correlação entre duas palavras-chaves, tais como “‘Adolescência’ e ‘uso de substâncias’”, “‘adolescentes’ e ‘Terapia Cognitivo-Comportamental’” e “‘Terapia Cognitivo-Comportamental’ e ‘Dependência química’”, a fim de se obter mais referências pertinentes ao tema da pesquisa. Nesta fase foram encontrados 07 artigos, aumentando a possibilidade de pesquisa e estudo sobre o tema escolhido. Dos 07 artigos encontrados, apenas 04 passaram nos critérios de inclusão, sendo escolhidos através de leitura em busca de dados relevantes para o desenvolvimento deste estudo.

DESENVOLVIMENTO

A terapia cognitivo-comportamental (tcc)

A TCC tem como objetivo estudar e compreender o modelo cognitivo, o qual interpreta a relação entre pensamentos, emoções e comportamentos. Dessa forma, a maneira como a pessoa se comporta e se sente está diretamente associada à sua capacidade de processar e estruturar a realidade por meio de suas cognições. Nesse sentido, o modo como o indivíduo interpreta as situações vivenciadas influenciará seus sentimentos e suas ações, mais do que na própria situação em si (Beck & Alford, 2011). As técnicas utilizadas tem o objetivo de provocar mudanças a longo prazo nos padrões de pensamento e comportamento em um número limitado de sessões (Beck, 2022). Além disso, essa abordagem permite trabalhar com o sujeito suas crenças, pensamentos e comportamentos disfuncionais, procurando auxiliar o mesmo a desenvolver sua autonomia e controle.

“As Crenças Centrais (CC) e intermediárias (CI) disfuncionais são o que direcionam o início das intervenções, por apresentarem características de baixa tolerância à frustração, o que pode estar relacionado com a ocorrência do desenvolvimento de transtornos aditivos. As CC possuem cognições rígidas, gerais e transituacionais, estando presentes as crenças de desamparo e desamor. Já as CI estão relacionadas os pressupostos criados pelo sujeito, como regras, suposições, atitudes”. (Rangé et al 2008, p. 333).

Beck apresentou seu modelo cognitivo de abuso de substâncias na década de 90, para que o indivíduo obtenha um modo de vida saudável e assuma, frequentemente, decisões que modifiquem positivamente o funcionamento do processo de dependência (Knapp; Luz Junior, 2014, p. 282).

De acordo com Silva e Serra (2013), pacientes que frequentam psicoterapia cognitivo-comportamental desenvolvem a habilidade de serem seu próprio terapeuta, ou seja, aprendem a questionar os seus pensamentos disfuncionais e reestruturá-los para pensamentos funcionais. No entanto, para que isso aconteça, o terapeuta comportamental faz um mapeamento junto ao paciente sobre, por exemplo, situações, lugares ou companhias, que podem estar relacionadas ao uso da droga para que o paciente reconheça estes sinalizadores e adquira novos comportamentos, visando distanciar alguns estímulos que se vinculam ao uso da droga. O terapeuta também deve fornecer orientações ao paciente a respeito de monitoramentos dos pensamentos automáticos, indicando que o indivíduo faça anotações a respeito dos pensamentos e das situações de risco. Além disso, são repassadas para o indivíduo as informações sobre a relação entre pensamento, afeto e comportamento, realização de reestruturação cognitiva, resolução de problemas e identificação de crenças distorcidas.

“Entretanto bons resultados se apresentam por meio da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), com o uso de técnicas e estratégias realizadas cujo foco é a mudança de crenças e pensamentos disfuncionais sobre o uso de substâncias em favor dos pensamentos e crenças funcionais” (Kolling; Petry;

Melo, p. 9, 2011).

É importante destacar que há uma necessidade de maior atenção das instituições de ensino em relação à aplicação e desenvolvimento de técnicas no conceito social e atendimento em grupo (Almeida; Sartes, 2021).

“Uma das tarefas do psicólogo durante o tratamento é tentar estabelecer, na relação terapêutica com o dependente químico, uma aliança terapêutica de empatia e confiança. Posteriormente, possíveis intervenções podem ser pensadas e planejadas através de técnicas cognitiva-comportamentais. Cabe também ao psicólogo identificar que, mais importante do que a situação vivenciada, são as cognições associadas a elas. São as formas de percepções e avaliações do usuário frente à situação específica que influenciam suas emoções e comportamentos”. (Buzzo; Reis, p. 2, 2015).

Pode-se afirmar que a técnica de intervenção por meio da psicoeducação colabora com a TCC direcionando o terapeuta a explicar para o paciente questões de como trabalhar com suas demandas, estabelecendo um vínculo de relação terapeuta-paciente, esclarecendo dúvidas sobre o processo de tratamento. Por meio da psicoeducação é possível visualizar como a dependência das substâncias prejudicam a vida do usuário e de seus familiares, assim, junto com o terapeuta, o paciente analisa estratégias de enfrentamento possíveis, para aplicação também após a sua alta (Wright, 2008).

Contudo, a partir da análise de pesquisas realizadas desde nossos antepassados, dentro de diversas culturas e religiões, teve-se como resultado um aumento significativo de estudos teóricos e técnicas utilizáveis em dependentes químicos. Desta forma, a TCC vem destacando-se quanto à eficácia na redução de sintomas e taxa de recorrência no tratamento, desenvolvendo no paciente a capacidade de enfrentamento e reestabilização cognitiva com resultados comprovados cientificamente (Ávila; Soratto, 2020).

A TCC em dependência química dá início mediante a compreensão e conceituação das crenças, pensamentos e dos comportamentos. A função do terapeuta para o paciente propenso ao uso de substâncias é auxiliá-lo para obter uma mudança cognitiva, o que se constitui em uma transformação do pensamento que está distorcido e de suas crenças, o qual gera uma alteração emocional e comportamental duradoura na vida do indivíduo. Essa teoria é sugerida para todas as pessoas, independente de renda, idade, níveis de escolaridade, podendo ser trabalhada das seguintes formas: em grupo, individual, familiar e casal (Beck, 2013).

Adolescência e Dependência Química

A Organização Mundial da Saúde, em 2003 realizou um estudo sobre a carga global de doenças (OMS), no qual considera o abuso de drogas uma doença crônica e recidivante. Para esta instituição, o uso de drogas é um problema de saúde pública que ultrapassou todas as fronteiras sociais, emocionais, políticas e nacionais e afeta toda a sociedade (Andretta; Oliveira, 2011).

De acordo com Zanelatto (2018), os fatores biológicos, psicológicos e sociais são especificamente uns dentre outros vários fatores que contribuem para o desenvolvimento da dependência química. O ser humano vive constantemente em busca do prazer, o que explica por que o sistema de recompensa do cérebro faz com que adictos se relacionam com os comportamentos repetitivos para que assim atenda às suas necessidades. Isso é possível por causa da liberação da dopamina, neurotransmissor responsável pelas sensações de prazer no sistema de recompensa cerebral.

De acordo com Papalia (2022), a adolescência “é o período de transição no desenvolvimento entre a infância e a vida adulta que impõe grandes mudanças físicas, cognitivas e psicossociais” (p. 321), sendo o ciclo da vida que oferece grandes oportunidades de crescimento, trazendo a possibilidade de autonomia, intimidade e autoestima. Todavia, também se trata de um período que apresenta riscos, tanto para o bem-estar físico quanto para o bem-estar psicológico.

Em relação ao desenvolvimento cognitivo, os adolescentes tornam-se mais flexíveis em manipular informações, sendo capazes de compreender termos do que *poderia ser*, imaginar possibilidades e pensar de forma abstrata, sabendo desenvolver, formular e testar hipóteses. Apesar de se tornarem mais complexos, os pensamentos adolescentes também mostram-se estranhamente imaturos, pois são tão estranhos para eles quanto às mudanças corporais envolvidas no processo evolutivo do indivíduo (Papalia, 2022).

Os adolescentes tendem a praticar certos comportamentos, demonstrando maior inclinação à impulsividade, comportamentos de risco e imprudência, buscando sensações de excitação e novidades (Papalia, 2022). Além disso, os adolescentes lidam com mudanças de identidade e sentimentos de autoconsciência, acreditando que não estão sujeitos às regras que governam o resto do mundo e que suas experiências são únicas. Além de atitudes egocêntricas, que referem-se ao conjunto de atitudes ou comportamentos indicando que um indivíduo se refere essencialmente a si mesmo (Oxford Languages, 2023), os adolescentes normalmente são influenciados por relações sociais e por seus pares (Papalia, 2022).

Em relação à adolescência, Chaim, Bandeira e Andrade (2015), Soratto (2016) e Silva et al. (2016), versam ser um período caracterizado por descobertas e busca de identidade, no qual, geralmente, ocorrem as primeiras experimentações de substâncias lícitas e ilícitas. Quanto mais cedo o adolescente começa a consumir algum tipo de droga, maior será a probabilidade de se tornar um hábito frequente e, tende também a aumentar as chances do uso da droga (Wong et al., 2006).

No que tange o contexto familiar Chaim; Bandeira, Andrade (2015) afirmam ainda, que a averiguação é imprescindível, uma vez que os transtornos por uso de substâncias são, particularmente, considerados hereditários. O uso e abuso das substâncias psicoativas envolvem questões que ultrapassam a subjetividade do indivíduo e que são marcadas por influências sociais, culturais, econômicas e políticas.

“É importante assinalar que o adolescente é extremamente vulnerável aos apelos oriundos do mundo das drogas em virtude das modificações pelas

quais passa o seu mundo interno. Todas as transformações, tanto ao nível psíquico quanto corporal, o levam, com facilidade, a ser cooptado pelo mundo fascinante e mortífero das drogas. Podemos afirmar que o adolescente, em virtude do particular momento que atravessa, não só pode tornar-se um consumidor contumaz de drogas, como também, em casos mais complexos, participar ativamente do comércio ilegal desses produtos” (Freitas, p. 18, 2002).

O ingresso no crime e tráfico de drogas podem ocorrer mediante a identidade de crianças com traficantes, em busca de adrenalina e poder, no qual está inserido consumo de bens, dinheiro, fama e prestígio, e muitas das vezes, como um meio facilitador de ajudar a família (Silva et al., 2016).

Seguindo pelo aspecto social, segundo Oliveira, Santos e Guerra (2019) a reinserção psicossocial do dependente químico através do trabalho, em algumas circunstâncias é prejudicada, pelo fato de o consumo afetar o desempenho e outras atividades de rotina. Não se elimina a possibilidade de recaída, por achar que possui controle sobre o consumo da droga. O consumo de substâncias pelo indivíduo é denunciado em função de atitudes ou comportamentos que vão de encontro às normas estabelecidas no ambiente laboral devido a problemas como: faltas, quedas, embriaguez e até mesmo agressões.

Anacleto e Fonseca (2021, p. 03) salientam que a experiência adolescente não se restringe às alterações biológicas do corpo, mas é produto do discurso social que pode levar "a impasses e sofrimentos psíquicos”.

Conta-se também que as mulheres são mais propensas a ter recaídas do que os homens, pois vivenciam as emoções negativas como um fator predisponente (Oveisi S, et al., 2020).

De acordo com Papalia (2022), nos Estados Unidos, em 2012, 34,1% dos adolescentes entre 15 e 19 anos, em todo o mundo, relataram consumir álcool atualmente e cerca de 12% disseram ter consumido álcool no passado. Já em relação ao uso da maconha, cerca de 1 em cada 17 alunos do terceiro ano do ensino médio fazem uso diário da substância.

A partir do abuso de substâncias, surge também a síndrome de abstinência, sendo essa a maior evidência da presença da dependência. A abstinência se caracteriza por sintomas físicos e psíquicos de desconforto após a redução ou interrupção do consumo. Uma possibilidade de intervenção frente a essas questões pode ser encontrada com o acompanhamento psicológico baseado na TCC. (Almeida; Sartes, 2021).

Tratamento e técnicas de prevenção

A abordagem das técnicas de prevenção apresenta vasta importância quanto à promoção e prevenção de saúde. Visando promover melhoria na qualidade de vida populacional, não tem como objetivo findar o uso de substâncias químicas, mas sim fazer com que, dentro da TCC, que o sujeito dependente se disponha a trabalhar o que lhe coloca em posição de vulnerabilidade a essas substâncias. Contudo, é sabido que os jovens e adolescentes estão, ou deveriam estar, inseridos em um contexto

escolar. O que nos leva a identificar então um local a ser trabalhado as estratégias de prevenção e promoção de saúde, uma vez que o ambiente escolar por si só, é um ambiente de ensino, transmissão de informação e orientação, tanto quanto um local com regras e punições, facilitando o enfrentamento de questões dadas no cotidiano que coloca esse jovem num lugar vulnerável (Zeferino; Fermo, 2012).

Para que haja imposição de regras, a fim de diminuir danos emocionais, considerar promoção de saúde vem como uma variável de também incentivo a fazer com que a população envolva busque e entenda sobre a importância da saúde e de promovê-la de forma coletiva, melhorando a qualidade de vida e fazendo com que mais famílias sejam alcançadas e impulsionadas a estar à frente a chegada de doenças, não só apenas impedindo como também prevendo toda consequência do uso de substâncias químicas, visto que o uso dessas substâncias é problema social, cultural, familiar, pessoal. (Buchele; Coelho e Lindner, 2006).

A Terapia cognitivo-comportamental utiliza as cognições e comportamentos oriundos do uso de substâncias para desenvolver técnicas tais como a evitação de situações de risco (Williams; Meyer; Pechansky, 2007).

A TCC também justifica o fenômeno da adição e da recaída se referindo às experiências ocorridas na infância, as quais contribuíram para a formação de esquemas, crenças centrais e de crenças intermediárias. Esquemas são regras adquiridas durante o desenvolvimento infantil do indivíduo, estão ligadas às crenças centrais, e intermediárias. As crenças centrais ou nucleares são as interpretações críticas que o indivíduo possui a respeito de si mesmo, dos outros e do mundo. Crenças condicionais ou intermediárias dizem com respeito às crenças desenvolvidas do tipo "se, então", como por exemplo: "se eu não for suficiente para agradar aos outros, serei rejeitado" (Beck, 2013, p. 219; Rangé; Marllat, 2008, Wright; Basco; Thase, 2008, p. 23).

Farias et al. (2009) apresenta, baseado em dados empíricos, eventos que possibilitam riscos para a ocorrência de recaídas. Sendo esses: intrapessoais (estados emocionais negativos e positivos; estados físicos negativos; teste de controle pessoal; desejos e tentações) e interpessoais (conflitos interpessoais; pressão social; estados emocionais positivos).

No entanto, descobriu-se que o apoio formal em consultório, bem como as instalações de tratamento não funcionam com a eficiência esperada em um dos estudos. Dessa forma, cabe aos profissionais de saúde instruir a família, de modo a orientá-los sobre a forma de apoio (Xiong H; Jia J, 2019).

Diante das especificidades, o tratamento, pode incluir diferentes medidas que vão desde a redução de danos, em ambulatórios especializados, à internação, nos modelos hospitalares, com o objetivo de reestruturar a vida do indivíduo entre uma recaída e outra e, promover a sua reinserção na sociedade (Miguel, 2016).

Desta forma, aplica-se algumas técnicas durante o tratamento, com o intuito de Prevenção de Recaídas (PR), que permitem prever situações suscetíveis. Podem ser aplicadas técnicas, como a Entrevista Motivacional, que implica desenvolver motivação ao paciente uma vez que os pacientes motivados possuem mais aderência ao tratamento e maior período de abstinência (Almeida; Sartes, 2021).

A técnica Prevenção de Recaídas Baseadas em Mindfulness consiste em uma variedade de estratégias, na qual a função é identificar possíveis situações de vulnerabilidade à recaídas e meios de enfrentamento, minimizando os impactos negativos (Almeida; Sartes, 2021).

Análise da Literatura

Durante a coleta de dados, foram encontrados um total de 116 artigos. Dentro da pesquisa, 28 artigos estavam escritos em língua inglesa, 04 em língua espanhola e 84 em língua portuguesa. Do total de 116 artigos, 12 foram encontrados em ambas bases de dados. Dos 104 artigos encontrados, 54 passaram pelos critérios de inclusão e, após uma minuciosa análise, foram utilizados somente 04 artigos para o desenvolvimento deste estudo.

Ao pesquisar e correlacionar o conjunto de palavras-chaves “adolescentes”, “terapia cognitivo-comportamental” e “dependência química”, foi encontrado somente um artigo. Neste artigo, Morihisa, Barroso e Scivoletto (2007), descrevem a curiosidade como o principal motivo para o jovem fazer o primeiro uso de substâncias químicas, o que caracteriza a necessidade de descobertas e sensações novas. Além disso, o jovem que busca por tratamento faz uso de polissubstâncias, e geralmente apresentam algum transtorno psiquiátrico, tais como transtorno depressivo, Transtorno de Conduta (TC), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e transtornos psíquicos.

Após a amplitude de pesquisa, foi encontrado o segundo artigo, onde Pechansky, Szobot e Scivoletto (2004) escrevem que, por mais que a lei brasileira tenha definido a venda de bebidas alcoólicas como algo ilegal para menores de 18 anos, o consumo dessa substância entre os jovens e adolescentes ocorre, muitas vezes, no ambiente domiciliar, em festividades ou em ambientes públicos.

No terceiro artigo encontrado, Acosta, Fernández e Pillon (2011), ao estudarem o assunto, descrevem que, quando se trata da percepção do uso abusivo de bebidas alcoólicas, os jovens não percebem o uso excessivo esporádicos como algo arriscado para a saúde. Além disso, concluíram que o uso excessivo episódico de substâncias psicoativas leva o adolescente a consumir outras substâncias, tanto lícitas quanto ilícitas, de forma mais recorrente e danosa.

Em relação à adesão ao tratamento, o quarto artigo, escrito por Scaduto e Barbieri (2009), diz que os adolescentes atendidos em uma instituição de saúde pública, em Ribeirão Preto, relataram que o uso de substâncias químicas envolviam a busca por alívio e a busca por prazer, no sentido de diminuir o sofrimento, lidar com limites e descobertas, como o conhecimento de si e do mundo. Além disso, o tratamento inicial busca a conscientização da dependência, seus prejuízos e a busca por autoconhecimento, fornecendo uma ampla fonte de busca por outros alívios e prazeres. Além de ser um assunto complexo, o diagnóstico para a dependência é um obstáculo. Para diagnosticar o uso abusivo de substâncias, o adolescente, no decorrer de um ano, deveria apresentar um dentre quatro sintomas estabelecidos no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), de forma recorrente. Já para o diagnóstico de dependência, o adolescente, no decorrer de um ano, deveria

apresentar três dentre sete sintomas que não se justapõem aos sintomas relativos ao abuso (Pechansky; Szobot; Scivoletto, 2004).

De acordo com Papalia (2022), Pechansky, Szobot, e Scivoletto (2004), o aumento dos casos de dependência química dentre os jovens que buscam por alívios momentâneos, experiências sociais e aceitação do grupo causam um grande impacto no desenvolvimento físico, cognitivo e comportamental dos adolescentes, levando o indivíduo a depender da substância química e conduzindo os profissionais da área da saúde a procurar meios de como tratar e prevenir o uso dessas substâncias.

Também é possível perceber que o processo preventivo relacionado ao uso de substâncias psicoativas em adolescentes é desafiador, pois exige conhecimento sobre questões particulares que norteiam a vida desse jovem, referentes aos costumes, crenças, práticas sociais, características do ambiente familiar e cultural no qual ele se encontra (Zeferino; Fermo, 2012). Se a procura por ajuda vier partir do próprio jovem ou acontecer pela família, com o consentimento do adolescente, é possível obter bons resultados, visto que o uso e dependência de substâncias químicas é um hábito adquirido.

Apesar da pouca relação entre os artigos encontrados e o tema central, identificou-se diversas técnicas utilizadas no tratamento de psicoativos que podem vir a ser úteis e aplicáveis no tratamento de jovens que fazem uso de substâncias químicas, tais como “prevenção de recaídas” (Almeida; Sartes, 2021), “redução de danos” (Raupp et al, 2021), “questionamento socrático”, “registro de pensamentos automáticos” e “distração” (Diehl; Cordeiro; Laranjeira, 2011).

A Redução de Danos (RD) é constituída por uma diversidade de práticas e como o próprio nome diz, não tem como objetivo a cessação do uso das substâncias, mas sim, reduzir os efeitos prejudiciais, também compreendendo a diversidade de danos causados pelo uso abusivo, abrangendo tanto campos físicos quanto psicossociais, assegurando dignidade e acolhimento humanizado, tendo como primazia os direitos dos usuários (Raupp et. al., 2021).

O Questionamento Socrático ou Descoberta Orientada se refere à capacidade de identificar aquilo que está sendo pensado por meio de *insigth*, trazendo as informações à consciência, organizando a cognição e a funcionalidade do pensamento do paciente (Diehl; Cordeiro; Laranjeira, 2011).

O Registro de Pensamentos Automáticos, quando feito diariamente, ajuda a auxiliar os pensamentos do adolescente de forma sistemática, além de fornecer informações necessárias para o educar do paciente, tornando-o capaz de compreender as tomadas de decisões, autocontrole e entendimento sobre suas próprias emoções em relação ao uso e à abstinência (Diehl; Cordeiro; Laranjeira, 2011).

A Distração consiste em mudar o foco central de atenção para outro, podendo envolver atividades lúdicas, ler ou cantar em voz alta, descrever o local onde se encontra, etc. É uma técnica utilizada no tratamento de dependentes de psicoativos para reduzir pensamentos e sentimentos inoportunos, mesmo que de forma temporária (Diehl; Cordeiro; Laranjeira, 2011).

Percebe-se, dessa forma, a necessidade do encontro entre o profissional de saúde com esses jovens, de forma a ser feito um trabalho preventivo e de conscientização,

a fim de que os jovens não continuem procurando esses profissionais apenas quando já estiverem num grau avançado de vulnerabilidade e dependência, causando o possível aumento do desenvolvimento de comorbidades.

Silva e Serra (2004) explicam sobre como dentro da própria experiência terapêutica o paciente consegue aprender e colocar em prática formas de aprendizado para lidar com situações que ele mesmo identifica como problema, como:

“1) Monitoramento dos pensamentos automáticos negativos. Pode ser utilizado um diário no qual o paciente registra seus pensamentos e as situações que o eliciaram; 2) Traçar as conexões entre a cognição, o afeto e o comportamento; 3) Realizar uma reestruturação cognitiva examinando os pensamentos automáticos disfuncionais e lidando com eles: procurar evidências a favor e contra (teste de realidade); desafiá-los com questões do tipo: “o que de pior vai acontecer?”, “quais são meus recursos reais para lidar com isso?”; avaliar a real importância dos pensamentos, procurando não catastrofizar, distanciar-se deles, ou enfrentá-los; 4) Mapear as cognições tendenciosas e procurar alternativas de avaliação mais orientadas na realidade, adquirindo flexibilidade cognitiva; 5) Identificar e alterar as Crenças Básicas que predispõem a fazer avaliações distorcidas de suas experiências; e, por fim, 6) Lidar com imagens disfuncionais, eliciando-as e modificando-as” (Silva; Serra, P.37, 2004).

Pode-se reconhecer que o tratamento da dependência química é bastante complexo, visto que é necessário um conhecimento interdisciplinar para combater os sintomas físicos, psíquicos e sociais da dependência química. A partir disso, surge a necessidade de uma ampla rede de apoio aos profissionais de saúde para tratar da doença, tais como a Psicologia, a Enfermagem, a Assistência Social, a Medicina, entre outros.

CONCLUSÃO

Muitos são os desafios para o tratamento na abordagem Terapia Cognitivo-Comportamental em relação a adolescentes dependentes de psicoativos. Considerando que, na maior parte das vezes, o primeiro contato com substâncias psicoativas ocorre entre a faixa etária de 12 aos 15 anos de idade (Coutinho, 2001), alerta-se a importância da detecção precoce do consumo de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas para que seja realizada uma intervenção preventiva que evite que o jovem experimentador, gradativamente, faça uso regular e abusivo, tornando-se dependente. Pois assim, então, tendo o conhecimento dos fatores de risco e de proteção para o consumo de substâncias contribui para o aumento do grau de suspeita diagnóstica em cada caso, podendo impedir a progressão do quadro.

A elaboração desse estudo possibilitou a análise de métodos e técnicas para o tratamento de dependência química em diversas idades, ou para o período transitório do desenvolvimento humano. Ainda que esses resultados sejam relevantes para a realização desse estudo, não foram encontrados conteúdos específicos para a dependência química no período da adolescência, dificultando as pesquisas que

evidenciam os benefícios do tratamento e deixando o campo de estudos fragilizado. Dessa maneira, pode-se constatar a importância do tema “adolescentes dependentes de substâncias psicoativas”, além de constatar a necessidade de abrangência pela busca por respostas não encontradas no campo da aplicação das técnicas da TCC em relação aos jovens dependentes de psicoativos.

Pelo exposto neste trabalho, ficou evidente que o tratamento de adolescentes envolvidos com drogas é uma tarefa complexa. Dessa forma, sugere-se a realização de mais pesquisas qualitativas e quantitativas relacionadas ao tema “Terapia Cognitivo-Comportamental como tratamento para adolescentes dependentes de substâncias químicas”, para assegurar uma melhor veracidade e aplicabilidade das técnicas e métodos encontrados.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, L. D.; FÉRNANDEZ, A. R.; PILLON, S. C. **Factores sociales para el uso de alcohol en adolescentes y jóvenes.** Revista Latino-Am. Enfermagem. 19 Spe No: 771-81. May-June 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692011000700015>. Acesso em 27 de setembro 2023.

ALMEIDA, E; SARTES L. **A Terapia Cognitiva Comportamental aplicada aoCAPS ad: uma revisão de escopo.** Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisa em Psicologia, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v21n2/v21n2a16.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

ANACLETO, Julia M. B.; FONSECA, Paula Fontana. **De que crise se trata na adolescência contemporânea? Algumas considerações psicanalíticas e educacionais.** Educação em Revista, v. 37, p. e24157, 30 ago. 2021. DOI 10.1590/0102-469824157.

Andretta, I., & Oliveira, M. S. (2011). **A entrevista motivacional em adolescentes usuários de droga que cometeram ato infracional.** Psicologia: Reflexão e Crítica, 24(2),218-226.

ÁVILA, G; SORATTO, M. **Terapia Cognitivo-Comportamental no tratamento da dependência química.** Criciúma: Revista Inova Saúde, 2020, vol.10, núm. 1. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/Inovasaude/article/view/3282/5345>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

Beck, A. T., & Alford, B. A. (2011). **Depressão: Causas e tratamento** (2. ed.). Porto Alegre: Artmed.

BECK, J.S. **Terapia Cognitiva: teoria e prática.** Porto Alegre: Artmed, 2013. 520 p.

BECK, J. **Terapia Cognitivo-Comportamental: teoria e prática.** Tradução de Sandra Maria Mallmann da Rosa; Revisão Técnica Paulo Knapp. 3. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2022.

BUCHELE, F.; COELHO, E. B. S.; LINDNER, S. R. **A promoção da saúde enquanto estratégia de prevenção ao uso das drogas.** Ciência e Saúde Coletiva, 14 (1): 267 - 273, 2009. Disponível em: SciELO - Brasil - A promoção da saúde enquanto estratégia de prevenção ao uso das drogas A promoção da saúde enquanto estratégia de prevenção ao uso das drogas. Acesso em: 23 de outubro 2023.

BUZZO, P. S. N.; REIS, C. E. **Conversando sobre drogas: grupo de atenção e apoio ao**

jovem e adultos no tratamento de questões sobre dependência química. In: Congresso de extensão universitária da UNESP. Universidade Estadual Paulista (UNESP), p. 1-4, 2015.

CHAIM, C. H.; BANDEIRA, K. B. P.; ANDRADE, A. G. **Fisiopatologia da dependência química.** Revista de Medicina, São Paulo, v. 94, n. 4, p. 256-262, dec. 2015.

COUTINHO, Maria de Fátima Goulart. **Adolescência: uma abordagem prática.** São Paulo: Editora Atheneu, 2001.

FARIAS, L.; SCHMITZ, C.; MANFRE, V.; ALBERTON, V. **Terapia cognitiva comportamental no tratamento da dependência química,** Cachoeira do Sul, p. 7, 2009.

FREITAS, L. A. P., **Adolescência, família e drogas: a função paterna e a questão dos limites.** - Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6º ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C., 1946- **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** – 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

KNAPP, P.; LUZ JUNIOR, E.; BALDISSEROTTO, G. V. **Terapia cognitiva no tratamento da dependência química.** In: RANGÉ, B. (org.). Psicoterapias cognitivocomportamentais: um diálogo com a psiquiatria. Porto Alegre: Artmed, 2008 p.332-350.

KOLLING, N. M.; PETRY, M.; MELO, W. V. **Outras abordagens no tratamento da dependência do crack.** Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, Porto Alegre, 2011.

MIGUEL, A. Q. et al. **Contingency management is effective in promoting abstinence and retention in treatment among crack cocaine users in Brazil: A randomized controlled trial.** Psychology of Addictive Behaviors. v. 30 (5). p. 536-43. ago. 2016.

Ministério da Saúde (2001). **Departamento de saúde de Comunidade: Repartição de saúde familiar; escolar e adolescente.** Maputo: Ministério da Saúde.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira et al. **Ambivalência da escola e adolescentes infratores.** Psicologia Escolar e Educacional, Belo Horizonte, v. 24, 2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pee/a/MWYQRM75HQRR3Nh7NBc3Km/>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

MORIHISA, R.S.; BARROSO, L. P.; SCIVOLETTO, S. **Labeling disorder - the relationship between conduct problems and drug use in adolescents.** Revista Bras Psiquiatric. 29 (4) 308-14, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006005000044>. Acesso em 27 de setembro 2023.

OLIVEIRA, Elias Barbosa de; SANTOS, Michele Borges dos; GUERRA, Oliviade Andrade. **O trabalho como estratégia de reinserção psicossocial do dependente químico sob a ótica da família.** Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental, n. 21, p. 23-30, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19131/rpesm.0234>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

OLIVEIRA, Patrícia Carvalho de et al. **“Sobrevivendo”: vulnerabilidade social vivenciada por adolescentes em uma periferia urbana.** Interface – Comunicação Saúde, Educação, Botucatu, v. 24, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/icse/a/ZcTPn95X5HZYsRFF4ScsTTR/>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

OVEISI S. et al. **The impact of motivational interviewing on relapse to substance use among women in Iran: a randomized clinical trial.** *Bmc Psychiatry*. 2020; 20(1).

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento Humano**. 14. ed. - Porto Alegre: AMGH, 2022.

PECHANSKY, F.; SZOBOT, C. M.; SCIVOLETTO, S. **Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos.** *Revista Bras Psiquiatr.* 26 (Supl I): 14-17. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462004000500005>. Acesso em 27 de setembro 2023.

PINTO, G. R. **Contribuições da teoria cognitiva comportamental na compreensão e tratamento da dependência química em jovens.** *Revista Multidisciplinar em Saúde*, ISSN: 2675-8008, v. 3, n. 3, 2022. Disponível em: [Vista do CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL NA COMPREENSÃO E TRATAMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA EM JOVENS](https://www.editoraime.com.br/CONTRIBUIÇÕES%20DA%20TEORIA%20COGNITIVA%20COMPORTAMENTAL%20NA%20COMPREENSÃO%20E%20TRATAMENTO%20DA%20DEPENDÊNCIA%20QUÍMICA%20EM%20JOVENS) (editoraime.com.br). Acesso em: 31 de maio 2023.

RANGÉ, B.; MARLATT, G. A. **Terapia cognitivo-comportamental de transtornos de abuso de álcool e drogas.** *Revista Brasileira de Psiquiatria.* 30 (Supl II). S88-95, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/Ht4t7VqdH3BwnQTVHywhSfD/>. Acesso em: 30 de maio 2023.

RAUPP, L; WEBERI, C; CONTE, M. **Memória das políticas e práticas em redução de danos: entrevista com Fátima Machado.** Rio de Janeiro: História, Ciências, Saúde - Manguinhos, 2021, vol. 28, núm. 3, pág. 839-847. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702021000300012>. Acesso em: 30 de maio 2023.

SCADUTO, A. A.; BARBIERI, V. **O discurso sobre a adesão de adolescentes ao tratamento da dependência química em uma instituição de saúde pública.** *Ciência e Saúde Coletiva*, 14 (2); 605-612, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200029>. Acesso em 27 de setembro 2023.

SCHENKER, M.; MINAYO, M.C.S. **Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, ed.3, p. 707-717, 2005.

SILVA, C. J.; SERRA, A. M. **Terapias Cognitiva e Cognitivo-Comportamental em dependência química.** *Revista Brasileira de Psiquiatria.* São Paulo, 26 (Supl I): 33-39, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/mZVcWyLvfsWZDm4gYqqKhy/>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

SILVA, C. N. L. et al. **Dependência química entre crianças e adolescentes: uma das facetas da questão social.** *Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia*, v. 3, n. 11, p. 06-19, jul. 2016.

SILVA, E. A. Família, **Abuso e Dependência de Drogas Desafios Clínicos edas Pesquisas.** In: *Anais da V Jornada de Psicologia no Hospital Municipal do Campo Limpo.* São Paulo: Editora Blucher, vol.1, num.6, p. 01-09, 2015.

SILVA, K. R. da; GOMES, F. G. C. **Dependência química: resultantes do uso abusivo de substâncias psicoativas.** *Revista UNINGÁ*, ISSN 2318-0579, v. 56, n. S1, p. 186-195, Maringá, jan./mar, 2019. Disponível em: <https://revista.uninga.br/uninga/article/view/306/1871>. Acesso em 30 de maio 2023.

SORATTO, M. T. **Assistência multiprofissional a dependentes químicos na ESF.** Saúde em Revista. Piracicaba, v. 16, n. 42, p. 13-26, jan. abr. 2016.

WILLIAMS, A. V. MEYER, E.; PECHANASKY F. **Desenvolvimento de um Jogo Terapêutico para Prevenção da Recaída e Motivação para Mudança em Jovens Usuários de Drogas.** Psicologia: Teoria e Pesquisa. Porto Alegre, out-dez V. 23 n. 4, pp. 407-414, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/Dnx8xdmCSbHxBzkxhTfJjH/?format=pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

Wong M. M., Nigg, J. T., Zucker, R. A., Puttler, Fitzgerald, H. E., Jester, J. M., Adams, K. (2006). **Behavioral control and resiliency in the onset of alcohol and illicit drug use: A prospective study from preschool to adolescence.** Child Development, 77, 1016-1033.

WRIGHT, J. H.; BASCO, M. R.; THASE, M. E **Aprendendo a terapia cognitivo-comportamental: um guia ilustrado.** (Rev. Ed.). Porto Alegre: Artmed, 2008. 224 p.

XIONG H, JIA J. **Situational Social Support and Relapse: An Exploration of Compulsory Drug Abuse Treatment Effect in China.** International journal of offender therapy and comparative criminology. 2019; 63(8): 1202-1219.

ZANELATTO, Neide A. **Prevenção de recaída.** In: DIEHL, Alessandra; CORDEIRO, Daniel Cruz; LARANJEIRA, Ronaldo. **Dependência química: prevenção, tratamento e políticas públicas.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. cap. 24, p. 264-274.

ZANELATTO, N.; LARANJEIRA, R. **O tratamento da dependência química e as terapias cognitivo-comportamentais: um guia para terapeutas.** Porto Alegre: Artmed, 2013. 568 p.

ZEFERINO, M. T.; FERMO, V. C. **Prevenção ao uso-abuso de drogas.** Proenf saúde do adulto. (2) N9-42. 2012. Disponível em: ProENF-SA_1_Prevencao-ao-uso-de-drogas-1-1.pdf (ufsc.br). Acesso em 23 de outubro 2023.

TECNOLOGIA ASSISTIVA NA TRANSFORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Aline Menezes Soares¹, Luiz Henrique Silva Pereira¹, Pedro Henrique Carvalho de Oliveira¹, Isabele Santos Eleotério², Gabriela Vieira de Abreu³, Barbara Ribeiro Malacarne Paiva³, Karine Lourenzone de Araujo Dasilio³, Fernanda Bravim³, Wakyla Cristina Amaro Corrêa³.

¹Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

²Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

³Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

RESUMO

Esta pesquisa representa uma investigação realizada por alunos do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, como parte do Trabalho de Conclusão de Curso. O trabalho concentra-se na adaptação e transformação de testes psicológicos com o auxílio de tecnologias assistivas. Além disso, a proposta envolve examinar o processo de avaliação psicológica de indivíduos com deficiência visual, avaliar as estratégias empregadas nessas avaliações, analisar as modificações efetuadas nos testes psicológicos e investigar as tecnologias assistivas que facilitam essa adaptação. Apresenta-se como metodologia de pesquisa a pesquisa bibliográfica, em consultas a bases de dados como Scielo e Google Acadêmico, mediante o uso de palavras-chave como "avaliação psicológica", "deficiência visual", "tecnologias assistivas", "Adler", "Vygotsky". Para complementar a pesquisa, foram realizadas visitas a instituições especializadas em ensino e comercialização de testes psicológicos. Além disso, o estudo aborda questões relacionadas ao emprego de tecnologias assistivas no contexto da avaliação psicológica, à adaptação de testes psicológicos e às compreensões sobre deficiência visual, fundamentadas em documentos como cartilhas do Conselho Federal de Psicologia e nas teorias dos psicólogos, Alfred Adler, com sua Psicologia Individual, e Lev Semionovitch Vygotsky, com sua teoria Sócio-histórica.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; Deficiência visual; Tecnologias assistivas.

INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica desempenha um papel crucial na compreensão do indivíduo, sendo fundamental para identificar as necessidades específicas de um indivíduo com o objetivo de criar intervenções que visem melhorar a saúde mental e a qualidade de vida. No entanto, ao avaliar indivíduos com deficiência visual, surgem desafios consideráveis relacionados à acessibilidade, que abrangem a necessidade de garantir que a avaliação seja adequadamente utilizável em indivíduos com deficiência visual. Nessa perspectiva, conforme estabelecido pela lei 13.146/2015, a acessibilidade é compreendida como os requisitos de entrada para a utilização, com autonomia e segurança, de mobiliários, equipamentos e espaços urbanos, transportes, edificações e serviços e tecnologias de comunicação e informação, sendo estes, aplicados por seres humanos com mobilidade reduzida ou deficiências (SENADO FEDERAL, 2019). Além disso, a precisão é essencial, garantindo que os resultados sejam confiáveis e adequados, independentemente da deficiência. Segundo Anastasi, a precisão dos testes psicológicos envolve a consistência dos resultados de um indivíduo ao realizar o mesmo teste em momentos diferentes (ANASTASI, 1977).

Ademais, a equidade também tem seu papel, assegurando que indivíduos com deficiência visual tenham igualdade de oportunidades e condições justas na avaliação, sem discriminação. Segundo Vasques e Silva, a equidade na organização de ensino pode ser entendida, como, o acesso ao conhecimento através de métodos para alcançar uma efetividade no desenvolvimento acadêmico e compreensão em relação às diferenças entre os estudantes como os diferentes contextos sociais (VASQUES; SILVA, 2020).

Nessa perspectiva, é fundamental estabelecer proximidade entre a equipe responsável pela criação ou ajuste de ferramentas e as pessoas com as deficiências alvo, com o objetivo de analisar o efeito das modificações feitas quanto à facilidade de uso, acessibilidade, compreensão clara das tarefas e ajustes necessários (CAMPOS, 2022). Ademais, no contexto educacional, a inclusão busca garantir a prerrogativa de cada estudante desenvolver suas habilidades, e, através da educação, proporcionar o exercício da cidadania por parte dos estudantes (FREIRE, 2008).

Diante desses desafios, é essencial entender a importância da acuidade visual, que é a habilidade do sistema visual humano em distinguir detalhes finos e nítidos em objetos ou textos a uma determinada distância expressa através de fração. Esta medição é realizada em termos de frações, onde o numerador representa a distância a que o teste é realizado e o denominador representa a menor distância em que um objeto pode ser visto com nitidez. Por exemplo, uma pessoa com uma acuidade visual de 6/12 consegue enxergar a uma distância de 6 metros aquilo que uma pessoa com visão comum consegue visualizar a 12 metros. Com isso, é possível realizar um levantamento das dificuldades existentes presentes no indivíduo deficiente visual a depender do grau de *déficit* visual (VAZ; MELO, 2022). A deficiência visual abrange um espectro que varia de baixa visão a cegueira, com categorias distintas, incluindo leve (visão inferior a 6/12), moderada (visão inferior a 6/18), severa (visão inferior a 6/60) e cegueira (visão inferior a 3/60), dependendo da distância que a pessoa consegue enxergar (VAZ; MELO, 2022).

Conforme a última edição da Classificação Internacional de Doenças (CID), a deficiência visual para longe é caracterizada pela acuidade visual inferior a 0,5 no olho com melhor visão. Em contrapartida, a cegueira é definida quando a acuidade visual é inferior a 0,05 no olho com melhor visão. Essas definições precisas de deficiência visual e cegueira são essenciais para diagnósticos médicos, tratamentos e políticas de saúde pública (OLIVEIRA et. al., 2022).

Considerando isso, este estudo tem como objetivo geral investigar o processo de avaliação psicológica de indivíduos com deficiência visual, abordando estratégias, limitações e o uso de tecnologia assistiva para melhorar a acessibilidade dessas avaliações. Para isso, os objetivos específicos incluem apreciar as estratégias utilizadas em pessoas com deficiência visual na avaliação psicológica, destacando as limitações que impactam sua precisão e acessibilidade, examinar as modificações realizadas em testes psicológicos e os métodos de implementação de tecnologia assistiva, e analisar as tecnologias assistíveis disponíveis, como leitores de telas, *softwares* de reconhecimento de voz e dispositivos hápticos a fim de identificar como essas tecnologias podem ser aplicadas para melhorar a acessibilidade de testes

psicológicos. Este estudo visa não apenas explorar as complexidades desse processo, mas também contribuir para a promoção de avaliações psicológicas mais inclusivas e equitativas para pessoas com deficiência visual.

MATERIAL E MÉTODO

Para execução deste trabalho foram adotados como método a pesquisa bibliográfica e visitas técnicas a fim de investigar o processo de avaliação psicológica de indivíduos com deficiência visual, abordando estratégias, limitações e o uso de tecnologia assistiva para melhorar a acessibilidade dessas avaliações. De acordo com Gil (2002), as pesquisas bibliográficas são elaboradas através de materiais pesquisados por outros autores, como, artigos científicos e livros.

Esta pesquisa bibliográfica envolveu uma revisão analítica e crítica da literatura existente relacionada ao nosso tema de pesquisa, através da biblioteca digital ou mecanismo virtual de livre acesso como, o Google Acadêmico, Scielo, site do Conselho Federal de Psicologia, os acervos da Universidade Federal do Espírito Santo e da Multivix Centro Universitário Vitória. Foram pesquisados materiais relativos ao período de 2000 a 2022 e utilizados os consecutivos descritores “avaliações psicológica”, “tecnologia assistivas”, “deficiência visual”, “Adler” e “Vygotsky” na busca por documentos, artigos e livros no idioma da língua portuguesa. Dentre eles, “avaliação psicológica” foi empregado em cinco artigos, “deficiência visual” em seis artigos, “tecnologia assistiva” em dois artigos, “Adler” em um artigo e “Vygotsky” em um artigo, totalizando 15 artigos na seleção.

Para complementar essa análise teórica, foram realizadas visitas técnicas à Livraria e distribuidora exclusiva de testes psicológicos, a Psicoteste, e ao Núcleo de Práticas em Psicologia (NPP) Centro Universitário Multivix Vitória para coletar dados e conhecer os testes psicológicos.

DESENVOLVIMENTO

O referencial teórico abordará determinadas áreas de conhecimento como as concepções sobre o processo de avaliação psicológica, observações sobre o processo avaliativo de pessoas com deficiência visual. Em seguida, serão examinadas diversas compreensões sobre a deficiência visual e como essas percepções influenciam no processo de avaliação psicológica. Além disso, a pesquisa abordará temas como adaptações e/ou possíveis métodos para adaptar testes psicológicos, utilização de tecnologias assistivas na avaliação psicológica de deficientes visuais, e, ademais, trata de observações sobre educação e processo de aprendizagem de pessoas com deficiência, baseando-se em teóricos da Psicologia como Adler e Vygotsky.

Em consonância com Leite, Lev Semionovitch Vygotsky, (1896-1934), foi um psicólogo russo que, em 1924, iniciou seus estudos em Psicopatologia, Psicologia Evolutiva e Educação. Vygotsky desenvolveu uma teoria denominada Sociocultural ou Histórico-Cultural do psiquismo humano (LEITE, 2021). Esta teoria buscou explicar

como se dá a conexão entre pensamento e a linguagem e o avanço cognitivo (LEITE, 2021). Além disso, segundo Leal e Massimi, Alfred Adler, (1870- 1937), foi um médico psiquiatra austríaco que realizou estudos em psicologia entre 1898 e 1937, iniciando seus estudos na área da Psicanálise, e, posteriormente desenvolveu uma teoria, denominada Psicologia Individual (LEAL; MASSIMI, 2017). A Psicologia Individual busca compreender aspectos e características únicas do sujeito, como, expressão de sua maneira de ser, conteúdos conscientes e inconscientes, e, desse modo, buscando compreender o no qual o sujeito está inserido e suas funções mentais e corporais (LEAL; MASSIMI, 2017).

Conceituações sobre avaliação psicológica e observação sobre o processo avaliativo de pessoas com deficiência visual

A avaliação psicológica é um procedimento abrangente que está associado à integração de dados oriundos de várias fontes de informação como análise de documentos, entrevistas, observações sistemáticas e testes psicológicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020). Ainda, a avaliação psicológica é compreendida como um processo de investigação de elementos psicológicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Ela é composta por técnicas, instrumentos e métodos, com a finalidade de disponibilizar dados que auxiliem no processo de decisão, em âmbito institucional, individual ou grupal (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Nos últimos anos, a avaliação psicológica experimentou notáveis avanços, fruto de uma convergência entre conhecimentos científicos e práticos. Os impactos dessa evolução têm se refletido na comunidade, promovendo a busca constante por uma compreensão abrangente dos indivíduos, através da combinação de diversas técnicas de observação e análise, incluindo a aplicação de testes. A seleção do teste apropriado requer um profundo entendimento dos objetivos da avaliação em um cenário específico, tal como a familiarização com o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) (SHUTTERSTOCK; WERNECK, 2019).

O SATEPSI foi instituído simultaneamente com a criação da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP), embora a avaliação de instrumentos submetidos ao SATEPSI represente apenas uma das responsabilidades atribuídas a CCAP. A origem do SATEPSI remonta a quase 25 anos, um período marcado por uma crise de confiança nos testes psicológicos, que se tornaram alvo de críticas e desconfiança por diversos setores da sociedade, incluindo o Poder Judiciário e até mesmo alguns profissionais da Psicologia (SHUTTERSTOCK; WERNECK, 2019). Questões como a utilização inadequada dos testes por profissionais mal preparados, a reedição e comercialização sem revisão das propriedades psicométricas, a disseminação indiscriminada em locais inadequados e sua aplicação simplificada em auditórios lotados, da mesma forma que a produção de laudos questionáveis, minaram a credibilidade das avaliações psicológicas (SHUTTERSTOCK; WERNECK, 2019). A instituição da Comissão permitiu o estabelecimento de canais de diálogo com os órgãos de regulamentação, e a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº002/2003, marcou o início da avaliação dos testes (SHUTTERSTOCK; WERNECK,

2019).

A escolha do teste deve considerar fatores como psicopatologia, histórico de desenvolvimento infanto-juvenil, idade, escolaridade e a propriedade daquilo que se almeja mensurar (HUTZ; BANDEIRA, 2018). Adicionalmente, é fundamental que os especialistas dominem os instrumentos utilizados na avaliação, pois a ausência de domínio comprometeria a compreensão aprofundada da situação. Os testes psicológicos devem estar a serviço dos objetivos dos profissionais de Psicologia, que precisam ter clareza sobre os resultados que desejam obter (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020^a). É crucial evitar a prática de instrumentos que não sejam validados, originais e que não atendam aos requisitos de um ambiente indicado para a realização dos testes. Através do SATEPSI, é possível consultar uma lista de testes não validados, destacando a ênfase na falta de ética em sua utilização na atuação profissional (HUTZ; BANDEIRA, 2018). Essas alterações simbolizam um progresso notável na flexibilização e aprimoramento das abordagens de avaliação psicológica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020^a). A transparência e a inexistência de intervenções durante o procedimento de avaliação são essenciais para uma avaliação criteriosa, eficaz e ética, demandando conhecimento técnico aprofundado (SHUTTERSTOCK; WERNECK, 2019).

Muitas vezes, ocorrem alguns equívocos em relação à sua definição, como, igualar a Avaliação com a Testagem Psicológica. A aplicação de testes é uma atribuição da Avaliação Psicológica que se encontra no meio de outros segmentos existentes, a partir deste tipo de instrumento é possível reunir indicadores comportamentais que apontam diferenças individuais (VAZ; MELO, 2022). No entanto, determinados métodos e ferramentas de avaliação, como os testes psicológicos, nem sempre são acessíveis à população com deficiência visual.

Para mais, surgiu a hipótese de realizar avaliações psicológicas *online*. Segundo os parâmetros do Conselho Federal de Psicologia, a avaliação psicológica mediante testes pode ser conduzida *online*, desde que o profissional esteja devidamente registrado em um Conselho Regional, cumpra as diretrizes estabelecidas nas resoluções em vigor e leve em consideração as características individuais dos pacientes, como, condições físicas, capacidades cognitivas, idade, contexto social e cultural, além de aspectos relacionados a tecnologia, como a utilização de equipamentos eletrônicos e condições de acesso a internet (MARASCA; et. al., 2020). Conforme o Conselho Federal de Psicologia (2020b), a pandemia trouxe interrupções no relacionamento com os clientes e dificuldades na atuação profissional. Além dos impactos do isolamento e do distanciamento social, a realização da avaliação psicológica *online*, nesse contexto, requer a prática de procedimentos computadorizados e à distância em cenários simulados antes de serem realizados em situações reais com os clientes. Somado a isso, é necessário realizar um monitoramento em relação aos recursos áudio-visuais durante todo o processo de aplicação do teste, mesmo com instrumentos autoadministráveis. Compreende-se que isso viabiliza a verificação de se o teste está efetivamente sendo preenchido pelo avaliado e não por outra pessoa, ampliando a chance de preservação da confidencialidade profissional e das condições de aplicação por parte do psicólogo

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020^a).

Além disso, não fazer esse monitoramento aumentaria o risco de violações da segurança do teste. Mediante a isso, a avaliação psicológica deve ser realizada de forma síncrona, sem gravação e os testes utilizados devem constar da lista de instrumentos reconhecidos pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) para essa condição, conforme o artigo da Resolução CFP n.º 09, de abril de 2018 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020^a).

Ademais, segundo Vieira (2018), a literatura aponta que a preocupação em relação ao processo de avaliação psicológica de pessoas com deficiência é atual. Desse modo, destaca-se que há uma ausência de testes psicológicos adaptados para pessoas com deficiência visual, pois segundo as informações provenientes do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conduzidos em 2010, indicam que cerca de aproximadamente 18,6% da população brasileira enfrenta algum tipo de deficiência visual. Desse contingente, cerca de 6,5 milhões de indivíduos sofrem com deficiência visual severa, dentre estes, aproximadamente 506 mil pessoas enfrentam uma situação ainda mais desafiadora, vivenciando a perda total da visão, o que corresponde a 0,3% da população total do Brasil. Esta limitação, precisa ser incluída por parte dos estudantes e dos profissionais de Psicologia, em relação ao conhecimento sobre avaliação psicológica. Por conseguinte, apresenta-se uma carência na existência dos materiais adaptados, apesar de existir um respaldo do CFP para a utilização de tecnologias assistivas e do modelo do Desenho Universal.

Estratégias de adaptação e inclusão na avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual

O processo de avaliação psicológica de deficientes visuais pode necessitar de modificações e adaptações em seus métodos avaliativos com o objetivo de tornar mais acessível o processo de avaliação psicológica destes indivíduos, além de contribuir com a facilitação e a autonomia na realização de atividades relacionadas a avaliação psicológica. Ademais, evidencia-se também que alguns recursos específicos, como tecnologias assistivas, podem auxiliar no processo de avaliação de deficientes visuais. Sendo assim, testes psicológicos e entrevistas que se utilizam de leitura e escrita, podem ser adaptados e aplicados através de aplicativos de leitores de tela, e/ou, por meio da transcrição de itens para a escrita Braille.

A tecnologia assistiva compreendem recursos que buscam proporcionar e expandir as competências práticas de indivíduos com deficiência (GARCIA; VIEIRA, 2018). Sendo assim, pode-se citar como instrumentos de tecnologias assistivas teclado adaptado, pranchas de comunicação, aplicativos de leitores de tela e síntese de voz, projetos arquitetônicos para a acessibilidade e próteses (NAZARI; NAZARI; GOMES, 2017). Nesse sentido, a tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental nesse contexto, permitindo uma avaliação interativa que leve em consideração as possibilidades de crescimento cognitivo do indivíduo. Ela busca identificar como e por que alguns indivíduos são mais favorecidos do que outros durante a avaliação psicológica, promovendo uma compreensão mais justa da inteligência e do funcionamento cognitivo de indivíduos com deficiência visual (HUTZ; BANDEIRA,

2018).

A utilização de tecnologias assistivas, tem como consequência trazer a integração dos indivíduos com deficiência visual, pois exhibe um novo contexto na avaliação psicológica. Isso envolve o uso de leitores de tela, a redução da complexidade de estímulos e ajustes para acompanhar o ritmo de desempenho e compreensão do indivíduo avaliado (VAZ; MELO, 2022).

Além disso, de acordo com Oliveira, Nuernberg e Nunes (2013), a técnica do Desenho Universal é um conceito que visa criar soluções abrangentes aplicáveis em diversas áreas, como arquitetura, mercado, escola, trabalho e Psicologia.

O objetivo principal é desenvolver alternativas acessíveis e adequadas para um público diversificado, evitando a necessidade de construir modelos avaliativos específicos para cada grupo. Isso implica na adaptação e elaboração de instrumentos que se adequem a diversas pessoas, incluindo aquelas com deficiência visual. Estratégias como testes em Braille, áudio, clareza auditiva nas perguntas, elementos táteis, tempo adicional, entrevistas pessoais, *feedback* verbal, documentação em áudio e acessibilidade digital são incorporadas no processo (OLIVEIRA; NUNES, 2015).

O Desenho Universal fortalece práticas inclusivas na avaliação psicológica, garantindo acessibilidade e adequação aos indivíduos com deficiência, promovendo sensibilidade às suas necessidades específicas e maior inclusão (BARRETO; BÔAS, 2021).

Em suma, a avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual requer adaptações e o uso de tecnologia assistiva para tornar os instrumentos acessíveis. A técnica do Desenho Universal e o uso de leitores de tela são abordagens que promovem a inclusão e a paridade nesse contexto. Essas estratégias e ações são fundamentais porque desempenham um papel crucial em assegurar que todos, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham a mesma oportunidade de serem avaliadas de maneira justa e equitativa no contexto da avaliação psicológica.

Diferentes compreensões sobre a deficiência visual e sua influência em relação ao processo de avaliação psicológica

É essencial elaborar uma compreensão em relação ao processo de avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual. Sendo assim, observa-se que Vygotsky estabelece uma distinção entre deficiência primária e secundária. De acordo com Nuernberg (2008), a deficiência primária é caracterizada pelos problemas orgânicos, e, a deficiência secundária abrange as consequências psicossociais decorrentes da deficiência, sendo importante mencionar que estas restrições secundárias são estabelecidas socialmente, e, com isso, indicam que o ambiente cultural é estruturado com base em um padrão de normalidade que podem gerar empecilhos físicos, atitudinais e educacionais ao desenvolvimento social e cultural da população com deficiência (NUERNBERG, 2008).

É relevante pontuar que Vygotsky também desenvolveu outras conceituações em sua abordagem teórica, denominada sócio-histórica. A teoria sócio-histórica surgiu na Europa, no começo do século XX, e, chegou ao Brasil na década de 1980 (BOCK; et.

al., 2023). Para a Psicologia Sócio-histórica, o indivíduo é constituído através de suas experiências vivenciadas, intervenção no meio em que vive, atividades instrumentais e relações interpessoais (BOCK; et. al., 2023). Sendo assim, pode-se compreender que determinadas aptidões e características do indivíduo podem ser desenvolvidas através da influência do ambiente e do contexto cultural, social e histórico do sujeito. Além disso, Vygotsky elaborou conceituações relacionadas a aprendizagem, como os conceitos de nível de desenvolvimento potencial e nível de desenvolvimento efetivo (VYGOTSKY, et. al., 2010). Segundo o autor, o nível de desenvolvimento efetivo da criança está relacionado ao grau de desenvolvimento das funções intelectuais e psicológicas, obtidos através das habilidades adquiridas pela criança, e, o nível de desenvolvimento potencial relaciona-se as atividades que a criança consegue realizar com auxílio dos adultos (VYGOTSKY et., al., 2010). Observa-se que Vygotsky, na elaboração deste conceito, estudou o desenvolvimento das crianças, no entanto, estas percepções relacionadas ao desenvolvimento humano também podem enfatizar diferentes grupos sociais, como, a população com deficiência.

Nesse sentido, nota-se que pessoas com deficiência podem necessitar de adaptações durante a realização de determinadas atividades como o processo de avaliação psicológica (HUTZ; BANDEIRA, 2018). Diante disso, a adaptação de testes psicológicos e a implementação de determinados instrumentos durante o processo de avaliação psicológica, como, as tecnologias assistivas, podem auxiliar a pessoa com deficiência a desenvolver suas habilidades, promover autonomia e inclusão do sujeito, e, assim, proporcionar o desenvolvimento efetivo do indivíduo, como enfatizado por Vygotsky.

Outrossim, a Psicologia Individual de Alfred Adler também oferece uma base teórica abrangente e perspicaz que enriquece a percepção da experiência das pessoas com deficiência visual no contexto da avaliação psicológica. Em conformidade com Fiest, Fiest e Roberts (2015), a Psicologia Individual é uma teoria psicológica que enfatiza a singularidade de cada indivíduo e a relevância de abordar a pessoa integralmente, ao invés de dividir a personalidade em partes separadas.

Adler (1957) acreditava que a personalidade é moldada por fatores sociais e culturais, bem como por fatores biológicos. Ele também enfatizou a importância da busca pela superioridade como um impulso fundamental em todo ser humano. A Psicologia Individual também enfatiza a importância do modo de vida de uma pessoa, que representa como alguém enfrenta seus sentimentos de inferioridade e busca pela superioridade (HALL, C., S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, 2009).

A teoria adleriana também enfatiza a importância do estabelecimento de metas e do comportamento compensatório na busca pela realização pessoal e superação dos sentimentos de inferioridade (FIEST; FIEST; ROBERTS, 2015).

A teoria de Adler é fundamentada no conceito central de "sentimentos de inferioridade" (HALL, C., S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, 2009). Adler argumentou que todos os indivíduos nascem com uma sensação inata de inferioridade devido às suas limitações físicas e à dependência dos cuidados dos outros durante a infância (FIEST; FIEST; ROBERTS, 2015). Essas sensações de inferioridade servem como um incentivo para alcançar a "superioridade", que é a motivação básica de todos os seres humanos, ou

seja, uma força motivadora que impulsiona as pessoas a superarem seus sentimentos de inferioridade, levando-as a superar suas deficiências percebidas e buscar objetivos significativos (FIEST; FIEST; ROBERTS, 2015). Sem aprofundar nas críticas que posteriormente seriam feitas a esse conceito, podemos considerar que, segundo Adler, esse sentimento atua como um elo entre a deficiência física e a busca por superação, estabelecendo uma relação dinâmica entre eles.

Ao contrário do que se poderia supor, este sentimento não paralisa o sujeito deficiente frente às dificuldades que ele pode encontrar, mas o impulsiona a atravessar tais limites. Logo, o sentimento de inferioridade e as aspirações psíquicas deste sujeito atuam dialeticamente, como forças motrizes capazes de levá-lo a vencer sua deficiência (MONTEIRO; MANHÃES; KASTRUP, 2007, p. 97).

Nesse sentido, é imperativo que as adaptações tecnológicas tornem as avaliações acessíveis, mas também preservem a autonomia e dignidade desses indivíduos. O processo de adaptação deve ser conduzido de forma a permitir que as pessoas com deficiência visual mantenham seu desejo inato de buscar a superioridade por meio de sua participação ativa na avaliação psicológica.

Análise da Literatura

A fim de organizar os dados obtidos, produzimos o Quadro 1, apresenta-se os dados dos artigos utilizados na pesquisa.

Quadro 1- Artigos relacionados a avaliação de pessoas com deficiência visual de 2007 a 2022

	Títulos	Autores	Ano	Bases de Dados
1	Além do psicodiagnóstico: práticas inclusivas a partir da avaliação psicológica	BARRETO, C.; VILASBOAS, L.	2021	Google Acadêmico
2	A contribuição de Vygotsky na educação especial: desenvolvimento e aprendizagem	LEITE, F. de M. M.	2021	Acervo da Universidade Federal do Espírito Santo
3	Alfred Adler (1870-1937): uma breve biografia	LEAL, D.; MASSIMI, M.	2017	Scielo
4	Avaliação psicológica online: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto a distância	MARASCA, A. R., et. al.	2020	Scielo
5	Avaliação psicológica em pessoas com deficiência: análise da literatura brasileira	VIEIRA, V	2018	Google Acadêmico
6	A avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual: uma revisão de literatura	VAZ, L.; MELO, D.	2022	Google Acadêmico
7	Avaliação da inteligência de crianças deficientes visuais: Proposta de instrumento	CAMPOS; C. R.; NAKANO; T. C. de.	2014	Scielo

8	Contribuições de Vygotsky para a educação de pessoas com deficiência visual	NUERNBERG, H. A.	2008	Scielo
9	Compensação e deficiência no pensamento de Alfred Adler (1870-1937)	LEAL, D.; ANTUNES, M. A. M	2015	Google Acadêmico
10	Deficiência visual: possibilidades e desafios em avaliação psicológica	CAMPOS, C. R.	2022	Scielo
11	Desafios contemporâneos: O uso da tecnologia assistiva como instrumento facilitador da aprendizagem	GARCIA, E. N.; VIEIRA, A. M. D. P.	2018	Google Acadêmico
12	Estratégias e desafios em prevenção à cegueira e deficiência visual	OLIVEIRA, I. P., et. al.	2022	Google Acadêmico
13	Instrumentos para avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual: tecnologias para desenvolvimento e adaptação	OLIVEIRA, C. M.; NUNES, C. H. S. da S.	2015	Scielo
14	Questões acerca da teoria da compensação no campo da deficiência visual	MONTEIRO, R. P.; MANHÃES, P. L.; KASTRUP, V.	2007	Google Acadêmico
15	Tecnologia assistiva (TA): do conceito a TA enquanto política de educação inclusiva que contribui na formação de pessoas com deficiência	NAZARI, A. C. G.; NAZARI, J.; GOMES, M. A	2017	Google Acadêmico

Fonte: Scielo, Google Acadêmico, Acervo da Universidade Federal do Espírito Santo.

Para a elaboração deste artigo, foram conduzidas duas visitas essenciais, desempenhando um papel primordial em nossa pesquisa. No contexto deste estudo, é fundamental descrever a visita à empresa Psicoteste, localizada em Vitória, Espírito Santo, realizada no dia 25 de setembro de 2023, conduzida pelos três acadêmicos autores deste artigo científico. O local é composto por sala de recepção e com a exposição de livros de diversas abordagens, materiais e jogos para manusear nas sessões e atendimentos da Psicologia, escritório, refeitório, banheiro e uma sala onde são apresentados os testes, este local contém cadeiras e mesas e um projetor de imagem. A visita foi realizada nesta empresa porque ela é a única de referência em avaliação psicológica no Estado do Espírito Santo. O objetivo da visita foi conhecer e fazer levantamento de dados sobre a avaliação e os testes psicológicos disponíveis no local e identificar os que são adaptados para o uso dos deficientes visuais.

Na visita, foi apresentado um catálogo com os testes do local, e comparando com o das pesquisas bibliográficas é possível confirmar que não há muitos recursos para os indivíduos com deficiência visual. Os testes que podem ser aplicados são: Teste de Aprendizagem Auditivo – Verbal de Rey (RAVLT) que é um teste neuropsicológico, individual, realizado em processo de avaliação demencial para os problemas de memória em crianças, adolescentes, adultos e idosos (06 a 92 anos) e o teste de autorrelato aplicado em caso de depressão, como o BDI – II (Inventário de Depressão de Beck) que é um teste aplicado individualmente e coletivamente, para casos de

depressão de pessoas pré-adolescentes até idosos.

Já a visita ao Núcleo de Práticas em Psicologia (NPP) da instituição de ensino superior Multivix - Vitória foi realizada no dia 21 de outubro de 2023 e lá confirmou-se a observação anterior: não foram encontrados testes com constructo e parâmetros psicométricos adaptados para esse público, mas determinados testes psicológicos podem ser empregados no processo de avaliação psicológica de deficientes visuais, como RAVLT e BDI – II, na qual os mesmos testes foram identificados na empresa Psicoteste.

Conforme destacado por Barros (2019), a aplicação de recursos tecnológicos na área de avaliação psicológica é limitada, uma vez que as diretrizes mais recentes do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018) mencionam o termo tecnologia apenas uma vez, relacionando-o à área de pesquisa. Com o advento da pandemia do COVID-19, o estudo e aplicação da avaliação psicológica passaram por transformações significativas, principalmente devido às medidas de distanciamento social.

Para mais, Barros (2019) também ressalta a ausência de testes psicológicos com análises de conformidade em pessoas com deficiência, tornando impossibilitada sua utilização por psicólogos. Além disso, Campos e Nakano (2014) apontam que no Brasil não existem testes psicológicos padronizados e validados para avaliação de crianças com deficiências.

Dessa forma, no processo de avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual, podem ser aplicados métodos como a análise comportamental por meio de entrevistas psicológicas e observação. Contudo, a utilização de testes psicológicos pode requerer adaptações específicas para atender a essa população (CAMPOS; NAKANO, 2014). Nesse contexto, conforme Campos, Nakano (2014), destaca-se a relevância de estudos de comprovação de dispositivos na literatura sobre avaliação psicológica, exemplificados por pesquisas como as de Schelini e Wechsler (2005) e Chiodi e Wechsler (2009), que buscam avaliar diversas habilidades de indivíduos.

Ademais, nota-se que a deficiência não influencia apenas o aspecto biológico do indivíduo, mas também sua realidade social. Dessa maneira, é crucial que o processo de avaliação psicológica adote uma perspectiva de inclusão social, evitando limitações à capacidade do avaliado. Nesse sentido, é relevante destacar a importância de recursos como as tecnologias assistivas, que podem ser incorporadas no processo de avaliação, adaptando atividades como entrevistas e testes psicológicos. Isso proporciona uma maior inclusão e facilita a avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual (NUERNBERG, 2008; FREIRE, 2008). Além disso, consoante com Vygotsky, a deficiência limita o indivíduo de certo modo, no entanto, esta limitação proporciona formas de superação das dificuldades e aquisição do desenvolvimento. Diante disso, pode-se ressaltar que a adaptação do processo de avaliação psicológica de deficientes visuais pode favorecer para evidenciar as potencialidades da pessoa avaliada, assim, buscando compreender outros aspectos do indivíduo e não apenas questões relacionadas a sua limitação (LEITE, 2021).

Conforme Alfred Adler (1957), a vida psíquica do ser humano é intrinsecamente

influenciada por seu objetivo central, que é determinado pelos impulsos e influências recebidos na infância. Esse objetivo molda a vida psíquica do indivíduo, direcionando seus movimentos e esforços para alcançar a segurança e adaptação, que são fundamentais para sua existência sob ótimas circunstâncias. Cada pensamento, desejo e sonho do homem é inerentemente vinculado a um propósito constante, que molda, direciona e ajusta essas atividades em conformidade. Essa interconexão surge da necessidade inerente de adaptação do organismo as demandas do ambiente circundante. Segundo o autor, tanto os fenômenos físicos quanto os psíquicos na experiência humana têm suas raízes nessas bases que destacamos. Para Adler (1957), não é possível conceber o processo evolutivo sem a presença constante de um objetivo, que é determinado pela dinâmica da vida. Esse objetivo pode ser percebido como mutável ou estável, dependendo das circunstâncias, mas em qualquer caso, a Psicologia Individual considera todas as manifestações da mente humana como intrinsecamente orientadas para a consecução desse propósito (ADLER, 1957).

Quanto ao processo de adaptação, de acordo com Adler, é uma etapa constante e indispensável para lidar com as desvantagens e dificuldades impostas pela condição humana. O estímulo da inferioridade e insegurança impulsiona o ser humano a buscar situações em que essas desvantagens sejam superadas ou minimizadas. Isso leva à necessidade de desenvolver técnicas e estratégias de adaptação, tanto físicas quanto psicológicas, para lidar com os desafios impostos pela natureza (ADLER, 1957).

Nesse sentido, as concepções de Adler, que destaca o papel relevante do objetivo central na vida humana e a necessidade contínua de adaptação, oferece uma perspectiva para o campo da avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual. Esta abordagem ressalta a relevância de estabelecer um objetivo ao adaptar testes para essa população, assegurando que a avaliação seja orientada para fornecer informações úteis e sensíveis às necessidades individuais (ADLER, 1957).

Além disso, o conceito de adaptação constante enfatizado por Adler se alinha com a natureza em evolução da avaliação psicológica para deficientes visuais, impulsionando a busca por estratégias e técnicas de adaptação que atendam às necessidades em constante mudança dessa população. Essas considerações fundamentais de Adler podem servir como uma diretriz valiosa para profissionais e pesquisadores engajados na contínua melhoria da avaliação psicológica inclusiva e equitativa (ADLER, 1957).

Além disso, as noções de estímulo da inferioridade e insegurança, conforme discutido por Adler (1957), encontram uma aplicação significativa no contexto da adaptação de testes para pessoas com deficiência visual. Esses estímulos podem ser vistos como fatores impulsionadores para a busca de soluções que superem as desvantagens impostas pela limitação visual.

Assim, os esforços para tornar os testes psicológicos mais acessíveis e eficazes para essa população são uma resposta a esses estímulos e uma demonstração de como a Psicologia Individual de Adler pode se traduzir em prática. A compreensão desses elementos, pode enriquecer o campo da avaliação psicológica adaptada, destacando

a necessidade de manter sua finalidade, promover a adaptação contínua e enfrentar os desafios relacionados à limitação visual, com o objetivo de proporcionar uma avaliação justa, inclusiva e sensível às necessidades específicas das pessoas com deficiência visual (ADLER, 1957).

Adicionalmente, de acordo com Leal e Antunes (2015):

Quando pensamos especificamente nas crianças com deficiência, não se pode esquecer que, desde o princípio, estas devem contar com as condições que a sociedade lhes impõe, pois nossa estrutura somática indica até que ponto o homem está relacionado com os demais. Nossos órgãos dos sentidos falam a linguagem da comunidade, sempre encontrando neles a lei superior segundo a qual vivem e se movem. Entretanto, diz Adler (1930/1959) que essa mesma sociedade que impõe condições às crianças e pessoas com deficiência é a mesma sociedade que deverá contribuir para a formação de valores que recuperem a posição destas em seus espaços e grupos, além de resgatar o sentimento de importância e de uma vida útil. (LEAL; ANTUNES, 2015, p. 29).

Nesse ínterim, a avaliação psicológica para pessoas com deficiência visual deve levar em consideração o ambiente social e cultural em que o indivíduo está inserido, bem como as condições que a sociedade lhes impõe (LEAL; ANTUNES, 2015).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou compreender questões relacionadas ao processo de avaliação psicológica com deficientes visuais. Dessa forma, discorreu-se sobre métodos para contribuir com o processo de avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual, como, tecnologias assistivas, modificações e/ou possíveis elaborações de adaptação de testes psicológicos para atender a estes indivíduos e diferentes compreensões em relação a deficiência visual e observações sobre a avaliação desta população. Assim, atingiu-se os objetivos almejados nesta pesquisa. Observa-se que há uma ausência de testes psicológicos adaptados para o uso de pessoas com deficiência visual e limitações em relação aos estudos sobre facilidades e dificuldades no processo de avaliação psicológica deste grupo de pessoas. Assim, faz-se necessário desenvolver mais pesquisas sobre os temas abordados, e, promover conhecimento para estudantes e profissionais da psicologia sobre a avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual e utilização de instrumentos para adaptar testes psicológicos, como, tecnologia assistivas. Com isso, busca-se promover a facilitação do processo de avaliação psicológica, ampliação das potencialidades de deficientes visuais e contribuir para tornar o processo de avaliação psicológica mais inclusivo e acessível.

REFERÊNCIAS

ADLER, A. **A ciência da natureza humana**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

ANASTASI, A. **Testes psicológicos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1977.

BARRETO, C.; VILAS BÔAS, L. Além do psicodiagnóstico: práticas inclusivas a partir da avaliação psicológica / Beyond psychodiagnosis: inclusive practices based on psychological assessment. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 15372–15389, fev. 2021.

BARROS, L; de O. Avaliação psicológica de pessoas com deficiência: reflexões para práticas inclusivas. In.: Conselho Federal de Psicologia. **Prêmio profissional: Avaliação psicológica direcionada a pessoas com deficiência**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 34-48.

BOCK, A. M. B.; et. al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

CAMPOS, C. R. Deficiência visual: possibilidades e desafios em avaliação psicológica. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p.1-24, jun. 2022.

CAMPOS; C. R.; NAKANO; T. C. de. Avaliação da inteligência de crianças deficientes visuais: Proposta de instrumento. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 406-419, abr./jun. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha de boas práticas para avaliação psicológica em contextos de pandemia**. Brasília: CFP, 2020^a. 37 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha avaliação psicológica**. 3. ed. Brasília: CFP, 2020^b. 70 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações**. 1. ed. Brasília: CFP, 2020. 62 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2022. Brasília: CFP, 2022.

FIEST, J; FIEST, J. G.; ROBERTS, T. Adler: Psicologia Individual. In.: FIEST, J; FIEST, J. G.; ROBERTS, T. **Teorias da Personalidade**. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 45-67.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Portugal, v. 16, n. 1, p. 5-20, 2008.

GARCIA, E. N.; VIEIRA, A. M. D. P. Desafios contemporâneos: O uso da tecnologia assistiva como instrumento facilitador da aprendizagem. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 1, n. 40, p. 269-295, set./dez. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, C., S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, J, B. **Teorias Psicológicas Sociais: Adler, Fromm, Horney e Sullivan**. In: Teorias da personalidade. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HUTZ, C.; BANDEIRA, D. **Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o->

brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html. Acesso em: 21 out. 2023.

LEAL, D.; ANTUNES, M. A. M. Compensação e deficiência no pensamento de Alfred Adler (1870-1937). **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 1, n. 29, p. 13-33, out. 2015.

LEAL, D.; MASSIMI, M. Alfred Adler (1870-1937): uma breve biografia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 796-814, 2017.

LEITE, F. de M. M. A contribuição de Vygotsky na educação especial: desenvolvimento e aprendizagem. **Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 11, p. 100-122, dez. 2021.

MARASCA, A. R.; et. al. **Avaliação psicológica online**: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto a distância. **Estudos de Psicologia**, Campinas, n. 37, 2020.

MONTEIRO, R. P.; MANHÃES, P. L.; KASTRUP, V. Questões acerca da teoria da compensação no campo da deficiência visual. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 36, p. 1-7, 2007.

NAZARI, A. C. G.; NAZARI, J.; GOMES, M. A. Tecnologia assistiva (TA): do conceito a TA enquanto política de educação inclusiva que contribui na formação de pessoas com deficiência. **Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1- 16, 2017.

NUERNBERG, H. A. Contribuições de Vygotsky para a educação de pessoas com deficiência visual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008.

OLIVEIRA, C. M.; NUNES, C. H. S. da S. Instrumentos para avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual: Tecnologias para desenvolvimento e adaptação. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, 2015, v. 35, n. 3, p. 886-899, jul./sep.2015.

OLIVEIRA, I. P. de; et. al. Estratégias e desafios em prevenção à cegueira e deficiência visual. **Revista de Medicina**, Ribeirão Preto, v. 55, n. 2, p. 96-102, 2022.

SENADO FEDERAL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. 3.ed. Brasília: Senado Federal e Coordenação de Edições Técnicas, 2019, 50 p.

SHUTTERSTOCK; WERNECK, F. **Avaliação psicológica**: área em expansão. 15.ed. n. 10. Brasília: Conselho Federal de Psicologia e Revista Diálogos, 2019, 75p.

VASQUES, R. F.; SILVA, R. R. D. da. Igualdade de oportunidades e acesso a conhecimento relevantes: estudo sobre a equidade nas políticas curriculares. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-26, jan./dez. 2020.

VAZ, L.; MELO, D. A avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual: uma revisão de literatura. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p. 267-282, jul./dez. 2022.

VIEIRA, V. Avaliação psicológica em pessoas com deficiência: análise da literatura brasileira. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, v. 1, n. 15, p. 1-14, jul./2018.

VYGOTSKY; L. S.; et. al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Pena Villalobos. 11. ed. São Paulo: ícone, 2010.

A Obscuridade do Trabalho Escravo Contemporâneo Rural: Omissões e Impactos

Natália Bleidão¹, Rayane Martins Ferreira¹, Claudia Michelly Sales de Paiva²

¹Discentes do curso de Direito do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

²Docente do Curso de Direito do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

RESUMO

Este artigo tem como propósito analisar a consequência da ausência de políticas e de fiscalizações efetivas no combate à escravidão contemporânea, diante do crescimento exponencial de casos, nos últimos 10 anos. Com o objetivo de entender como a falta de ação do Estado contribui com a persistência desta grave mazela social, principalmente em zonas rurais, analisando a correlação entre a deficiência da fiscalização adequada e o aumento da incidência de pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão na zona rural.

Palavras-Chave: trabalho análogo à escravidão; escravidão contemporânea; fiscalização ineficaz; condições degradantes; legislação brasileira.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a exploração laboral em situações análogas à escravidão é relevante para a sociedade como um todo, uma vez que envolve questões de justiça social, equidade de gênero e combate à discriminação. O Estado Mineiro tem sido destaque e está entre os estados brasileiros com um dos maiores números de resgate de trabalhadores em situação de trabalho análogo à escravidão nos últimos anos. (Brasil, 2023)

Segundo dados do MTE, até o mês de junho de 2023, foram resgatados 207 trabalhadores, no entanto, a fiscalização ainda enfrenta desafios significativos, essencialmente devido à concentração dessas realidades em áreas rurais, as quais a própria geografia territorial marcada por extensos latifúndios e afastados das zonas urbanas, impede o fácil acesso e constatação destas. (Brasil, 2023)

Conforme o levantamento feito por Anna Luíza de Faria Lima baseado no Global Slavery Index (2019), existem três padrões distintos para identificar a escravidão contemporânea ao redor do mundo, sendo, primeiramente, a volatilidade das instituições, e seu impacto na vulnerabilidade humana, afetando as garantias essenciais de sobrevivência, educação, assistência, saúde e alimentação. (Global Slavery Index, 2019)

Em segundo lugar, o trabalho forçado imposto pelo próprio Estado, abrangendo os setores como agricultura, construção civil de obras governamentais e atividades militares. E, por fim, a desproporcionalidade e desequilíbrio na cadeia de trabalho, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, onde a dignidade humana é frequentemente sacrificada em prol do enriquecimento e dos lucros astronômicos das grandes empresas (Anna Lima de Faria, 2019).

Os dados fornecidos por órgãos de fiscalização do trabalho, como o Ministério do Trabalho e Emprego, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e o Radar SIT

(Sistema de Informações de Trabalho Escravo), revelam a existência contínua de casos de trabalho forçado ou em condições semelhantes à escravidão no país, mesmo após a abolição formal da escravidão. (Brasil, 2023)

Com base em Lakatos e Marconi (2003), o método de pesquisa utilizado foi a combinação da pesquisa documental e revisão bibliográfica. A pesquisa documental permite a análise de documentos escritos relevantes para o tema, tais como livros artigos, relatórios, leis e normas. A revisão bibliográfica, por sua vez, fornece uma base teórica e conceitual sólida, abordando estudos, pesquisas e dados relevantes sobre as condições de trabalho análogo à escravidão no âmbito rural, delimitando-se ao estado de Minas Gerais nos últimos 10 anos. (Lakatos; Marconi, 2003)

Será abordado no primeiro título, a evolução histórica da herança escravagista no Brasil, desde o período colonial até o ano de 1888, quando finalmente houve a abolição oficial da escravidão. Perpassando pela dependência do país em relação a mão-de-obra escrava para a economia, que os indígenas foram inicialmente explorados e posteriormente os africanos, e que, apesar de todas as transformações sociais e leis para abolir a escravidão, as práticas escravagistas ainda perduraram após a abolição.

Em seguida, destaca-se o setor rural, que vem ganhando notoriedade em números de trabalhadores que foram resgatados em situação de trabalho análogo ao de escravo, enfatizando a indústria do café na região do estado de Minas Gerais. Conforme os dados do MTE, somente em outubro de 2023, a região mineira registrou o cadastro de mais 37 empregadores na “Lista Suja”.

Foi discutido também sobre a omissão do estado frente a tantos casos de exploração laboral, que conforme dados da Comissão Pastoral da Terra, no primeiro semestre de 2023, registrou-se o maior número dentre os últimos 10 anos, com um total de 1.048 pessoas resgatadas. (Brasil, 2023).

O que leva ao questionamento sobre por qual razão a prática da exploração de pessoas ainda é tão assustadoramente atual, quais as causas que levam a essa persistência, o porquê de as políticas públicas não conseguirem inibir e punir de forma eficaz aqueles que praticam este crime.

Pensando nisso, destacam-se algumas, das muitas razões para a persistência do trabalho escravo na zona rural no Estado de Minas Gerais, tratando sobre a vulnerabilidade do trabalhador rural, destacando a falta de fiscalização adequada, o déficit de Auditores Fiscais para que possam realizar um melhor trabalho ao combate do trabalho análogo à escravidão, e os riscos aos quais esses profissionais se submetem para realizar os resgates dos trabalhadores. E, ao final, será abordado o programa Pós Resgate, criado por um conjunto de instituições, um projeto realizado para que os trabalhadores resgatados tenham seus direitos trabalhistas devidamente respeitados, e ações que promovam a reabilitação dessas pessoas para

que não precisem voltar laborar em situação análoga à escravidão.

Traços da Escravidão: Da História à Contemporaneidade - Uma Análise do Legado Escravagista no Brasil

Os resquícios da memória escravagista do séc. XIX, e anteriores, parecem não ter ficado no passado e é essencial compreender o motivo pelo qual a escravidão tem sido uma parte intrínseca da sociedade desde os primórdios. No período Imperial, marcado pela chegada da família Real ao Brasil, deu-se início a colonização do nosso país pelos portugueses, que teve início em XVI. A economia brasileira estava centrada na exploração dos recursos naturais, principalmente na exploração do pau-brasil e, mais tarde, na produção de açúcar, tabaco e algodão. (Brasil, 2022)

Inicialmente, o escambo era utilizado pelos colonizadores, prática que se trata da realização de troca de objetos supérfluos pela força laboral indígena. A exploração dos recursos naturais se deu, no início, à custa de mão-de-obra indígena, e posteriormente, com a escassez dessa população, devido a epidemia e abusos que sofreram, a mão-de-obra foi substituída pela escravidão africana. (Brasil, 2022)

O Brasil tornou-se o maior produtor mundial de açúcar no período colonial, porém, com o avanço do século XVII, a produção de açúcar perdeu o espaço para a mineração e com isso o ciclo do ouro se tornou a principal atividade econômica para a economia do país. Vale destacar que, a evolução da produtividade mencionada só foi possível pois o desempenho da mão-de-obra escrava foi essencial para a sustentação das atividades econômicas na época. (Brasil, 2022).

Apesar de ter tido significativas transformações sociais, políticas e econômicas, o período imperial estimulou a prática da escravidão por décadas, não estabelecendo o Direito do Trabalho ou promoveu de alguma forma o processo de industrialização e urbanização. (Brasil, 2018)

A Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871, juntamente com a Lei de Eusébio de Queiroz e a Lei dos Sexagenários de 1885, foram medidas promulgadas para solucionar o problema da escravidão no Brasil. A luta contra a escravidão alcançou marco decisivo com essas leis, as quais proibiam o tráfico de escravos e estabeleciam penalidades para quem as descumprissem. (Brasil, 2018)

No entanto, considerando que o Brasil foi o último país ocidental a abolir oficialmente a escravatura, cuja formalização ocorreu em 1888, através da Lei Áurea, sancionada pela Princesa Isabel, as práticas escravagistas persistiram, mantendo aqueles que antes eram escravizados em condições de trabalho precárias e privados de seus direitos. (Brasil, 2022)

As origens da escravidão eram evidentes em vários cenários, que incluíam desde os desfechos de guerras até o não pagamento de dívidas, o que resultava na subjugação dos derrotados ou devedores como propriedade dos vencedores.

De antemão, com a finalidade de contextualizar a UF escolhida e em concordância com o que será apresentado, o estado de Minas Gerais foi a região delimitada para o presente artigo, pois, apesar de se enquadrar nos níveis satisfatórios de IDH, a nível nacional, nos últimos anos, os relatórios do Atlas do Desenvolvimento Humano dos Estados e Municípios, uma análise mais minuciosa mostra que muitos dos seus municípios estão abaixo do nível considerado satisfatório, e, além disso, concentra o maior número de resgatados de trabalho escravo nos últimos 5 anos. (Smartlab, 2022)

Jornadas Extenuantes e Condições Precárias: A face Oculta da Agricultura no Cenário Mineiro

Atualmente, a escravidão pode ser identificada através de duas formas: condições degradantes (insalubres/precárias) ou contra a vontade do trabalhador. É habitual que este tipo de crime seja mascarado em fábricas, fazendas, organizações de portas fechadas, onde se verifica a supressão dos direitos constitucionais básicos como a vida, a liberdade e a dignidade. Se na época dos navios negreiros se verificavam meios de coerção e submissão físicos, como as algemas e as correntes, a escravidão contemporânea utiliza-se do medo, da vulnerabilidade social, ou até mesmo das dívidas. (Lima, 2019)

O trabalho análogo à escravidão está definido no art. 149 do Código Penal como a prática de submeter alguém ao trabalho forçado ou a jornadas exaustivas, sujeitando os trabalhadores a condições degradantes e restringindo sua liberdade de locomoção, tal prática vem acompanhada da criação de dívidas fraudulentas relacionadas a despesas com transporte, moradia, alimentação e equipamentos de trabalho. (Brasil, 1940)

Dessa forma, os trabalhadores que, em sua grande maioria, são pessoas vulneráveis, econômica e socialmente marginalizadas, que vivem em extrema pobreza e com baixo nível de escolaridade, são atraídos pelas propostas falaciosas das oportunidades de emprego, e acabam sendo submetidos à servidão por dívidas. Segundo os dados do MTE e a Comissão Pastoral da Terra, sistematizados pela Repórter Brasil, as principais atividades com registros de casos de pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão estão, predominantemente, no estado de Minas Gerais, em lavouras como as de cana-de-açúcar e café, além da pecuária. (Brasil, 2023)

Nos últimos anos, a indústria cafeeira teve o maior registro de exploração de trabalhadores, e conforme dados da plataforma do Escravo Nem Pensar, a produção cafeeira apresenta grande demanda de mão-de-obra durante o ano todo, porém, nos meses de maio a agosto, esse número de trabalhadores aumenta, e são submetidos a jornadas extenuantes e condições precárias. (Brasil, 20xx)

De acordo com a tabela acima, o estado de Minas Gerais, um dos maiores e principais produtores de grãos do país, registrou o maior número de situações ilegais no ano de 2021, possuindo 17 dos 20 casos registrados, envolvendo um total de 179 trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão nas plantações de café. (Brasil, 2021)

Para a pesquisadora Camila Penna de Castro e a socióloga Ana Lopes, a persistência do trabalho análogo à escravidão tem relação direta com a concentração fundiária, e a discriminação racial nas políticas de acesso à terra é um fator determinante para que o problema se agrave ainda mais. Mencionam também, a falta da regulamentação da PEC do Trabalho escravo, que trata da expropriação das propriedades rurais e urbanas onde ocorre o trabalho escravo, aprovada em 2013, no entanto, ainda não foi efetivamente regulamentado por legislação específica. (Bori, 2023)

Em seu artigo sobre as relações de trabalho escravo, ao falar sobre o trabalho escravo contemporâneo rural, Philippe Gomes Jardim diz:

O primeiro momento para que o trabalhador seja submetido a uma relação de trabalho escravo contemporâneo na área rural se dá com a forma de obtenção da mão-de-obra, que possui duas características que se repetem: a contratação da mão-de-obra em lugares distantes aos locais da prestação de trabalho; e a oferta de trabalho acompanhada de promessas e expectativas de um trabalho decente e com remuneração digna, a ponto de compensar o afastamento de suas famílias por um determinado período. (Philippe, p.78, 2007)

A busca por trabalhadores que moram em outras regiões, infelizmente, ainda é uma prática comum, o trabalho escravo na zona rural está marcado por inúmeras violações aos direitos humanos e trabalhistas. E, a maioria desses trabalhadores, após serem resgatados acabam voltando para o mesmo ambiente de “trabalho” devido à de apoio que necessita do estado, e muitas vezes, por desconhecer seus direitos, ou, até mesmo por ter condições de vida que se assemelham às do ambiente que o explora, acaba aceitando por não ter outra alternativa, ou esperança de um futuro melhor.

A Omissão do Estado no Enfrentamento do Trabalho Análogo à Escravidão

O controle das condutas praticadas no trabalho forçado contemporâneo é exercido sob o teto da legislação vigente, que serve como um norteador e manual do trabalho que categoriza como trabalho análogo ao de escravidão, as situações como trabalho forçado (com cerceamento de locomoção), condições degradantes/insalubres (sem segurança e higiene), jornadas exaustivas de trabalho, desgastes físicos e mentais. Darcy Ribeiro afirma que “o Brasil, último país a acabar com a escravidão, tem uma perversidade intrínseca na sua herança, que torna a nossa classe dominante enferma de desigualdade, de descaso”. (Ribeiro, 2021)

A erradicação das formas atuais de escravidão é uma relevante questão científica, social e institucional. Apesar dos esforços da última década, a partir de 2016/17 algumas alterações políticas desmoralizaram o poder de polícia, incumbido à Administração Pública, com o intuito de assegurar a ordem pública e a manutenção do Estado de bem-estar.

Faz-se necessário destacar que apesar do poder de polícia ser imprescindível nas relações entre o Estado e o cidadão, os limites devem ser estabelecidos com o intuito de manter o equilíbrio dos vínculos estabelecidos nas sociedades e, ainda, para que a Lei seja aplicada de forma adequada, sem violar os direitos constitucionais da pessoa humana.

A implantação da portaria 1.129/2017, sancionada pelo ex-presidente Michel Temer, representou a desresponsabilização do Estado perante o combate à erradicação do trabalho escravo, onde o fluxo de fiscalização do trabalho inicia-se a partir de denúncias realizadas junto aos órgãos do Poder Público, como a CONATRAE, DETRAE, MPF e MPT liderado pela CONAETE, no exercício do Auditor-Fiscal, que ainda enfrentam desafios para erradicar a prática da exploração de mão de obra em condições análogas à escravidão. (Brasil, 2021)

Não obstante às dificuldades encontradas pelos auditores fiscais, a referida portaria trouxe alterações que prejudicaram drasticamente a classificação do que seria trabalho análogo ao de escravo, pois, anulou as "condições degradantes" como

elemento de configuração de trabalho escravo.

Na nova interpretação, esta condição só seria reconhecida como elemento para caracterizar o trabalho escravo se sobreviesse com o cerceamento de liberdade do trabalhador, fato este que contraria a própria convenção 29 da OIT. No quesito benefícios devidos oriundos do trabalho, as verbas trabalhistas, como seguro de desemprego, também ficavam reféns da condição de haver ou não cerceamento de locomoção. (ILO, 2019)

Além disso, é importante destacar que a inclusão na "lista suja" após a portaria, teria que passar pela aprovação Ministério do Trabalho, o que transforma um processo administrativo em decisão política. (Calegari, 2018)

O último governo teve grande responsabilidade pelo aumento dos casos, pois, as fiscalizações sofreram ataques severos com cortes de recursos e equipes (CUT, 2023). De acordo com o Sindicato Nacional dos Auditores fiscais (Sinait), o orçamento para as fiscalizações de trabalho análogo ao de escravo no Brasil teve uma redução de 60% somente em 2020. Ainda de acordo com o Sinait, em 2019, o orçamento já reduzido, era de R\$ 39 milhões e passou a apenas R\$24,6 milhões em 2020 (FERAESP, 2023).

É imperioso que o Estado fortaleça as instituições de combate a tais atividades, como no caso do MPT e de entidades como os sindicatos que cooperam para o combate de práticas ilegais cometidas contra os trabalhadores, os quais, estão em situação de extrema vulnerabilidade.

IMPACTOS E AS POSSÍVEIS CAUSAS PARA A PERSISTÊNCIA DO TRABALHO ESCRAVO NA ZONA RURAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Respeitando a delimitação regional escolhida, a UF de Minas Gerais, é, também, o local com menos auditores fiscais, desde o ano de 2013, há municípios que não têm 1 auditor fiscal sequer. (Sinait, 2013)

Atualmente, 45% dos cargos estão vagos, e a previsão atual para o concurso público, ainda que ofereça 900 vagas, não suprirá a demanda. Minas Gerais mantém-se líder na falta de auditores fiscais do trabalho e na lista suja de trabalho análogo à escravidão, a carência de auditores resultou em uma seletividade maior nos locais a fiscalizar, em locais como bancos, supermercados, têm de realizar ações coletivas a fim de conseguirem otimizar a quantidade de fiscalizações. (Brasil, 2023)

A proporção é de 1 auditor fiscal para cada 15 cidades, e, os dados revelam que é um dos fatores que mais contribui para a perpetuação do trabalho análogo à escravidão. (Brasil de Fato, 2023)

Como visto, a ingerência política, a impunidade ante os casos registrados e a falta de efetivo fiscal representam a maior parcela para a permanência e recorrência de trabalho análogo à escravidão. Não obstante, não se pode esquecer que o trabalho análogo à escravidão também contribui para o atraso do crescimento econômico regional, o que retroalimenta este círculo vicioso.

Levando em consideração a característica geográfica dos locais e a falta de opções dos trabalhadores, observa-se a reincidência dos casos, uma vez que não existe a criação de novos empregos regulamentados, que possam gerar melhores rendas à

população local, maior demanda por novas cadeias produtivas, que os faça sair da zona vulnerável para que, por fim, consigam impactar positivamente a economia local, gerando, também, receita em tributos, a qual é revertida em investimento para o município. Cabe salientar que todo esse processo, canalizará em maior onerosidade para o sistema previdenciário. (Costa e Silva, 2022).

O PADRÃO DE VULNERABILIDADE DO TRABALHADOR ESCRAVO RURAL

As regiões consideradas "fornecedoras" de vítimas do crime de redução à condição análoga à de escravo, são as regiões com maior nível de pobreza. Nessas regiões não há vagas de emprego suficientes para toda a população, os salários estão longe do que seria o limiar mínimo de sobrevivência e que não suprem as demandas dos trabalhadores. (Nascimento, 2017)

O êxodo escolar e a conseqüente falta de qualificação formam um quadro permanente

de desempregados, com baixa ou nenhuma alfabetização, que lhes fornece escassas oportunidades. O cenário ideal para os aliciadores, pois alguns trabalhadores são tentados por certas propostas de emprego, muitas vezes em locais longínquos, em ambientes inóspitos, sem condições de vida adequadas. (FERAESP, 2023)

A forma mais comum de trabalho escravo rural é a dívida. O trabalhador é aliciado a trabalhar e a comprar mercadorias e alimentos, o acúmulo do débito, os preços dos produtos superfaturados e sem ter pagamentos pelo seu trabalho que supram os gastos, o trabalhador sempre terá débito pendente. Cabe reforçar, novamente, que é no trabalho escravo rural, é onde o trabalhador fica mais suscetível a coerções físicas e morais, devido às condições de trabalho. (Lima, 2019)

O trabalhador rural possui uma realidade marcada pela vulnerabilidade, a qual, frequentemente, o leva a situações de trabalho análogo à escravidão, infelizmente, são muitos os obstáculos enfrentados para fugir do ciclo vicioso, e isso faz com que fiquem ainda mais suscetíveis à exploração e, conseqüentemente, privados de seus direitos.

A maioria dos trabalhadores rurais, passíveis de serem explorados, seguem o padrão de vulnerabilidade social e econômica, contato com pobreza, acesso limitado aos recursos básicos, tais como, saúde, educação, serviço de saneamento básico, água potável.

Outro fator determinante que coloca os trabalhadores em situação de vulnerabilidade é o fato de não conhecerem as leis trabalhistas, o que geralmente está ligado ao baixo nível educacional, tornando-os alvos fáceis para que sejam explorados por seus empregadores. Seguindo esse entendimento Leandro do Amaral D. Dorneles, (2021) "O trabalhador dificilmente tem condições reais de discutir, por si só, o conteúdo de seu contrato, limitando-se a aceitá-lo nas condições previamente oferecidas pelo empregador."

Ainda, conforme descreve Patrícia Trindade Maranhão Costa:

Quanto piores as condições de vida, mais dispostos estarão os trabalhadores a correrem os riscos do trabalho longe de casa. A

pobreza, nesse sentido, é o principal fator da escravidão contemporânea no Brasil, por aumentar a vulnerabilidade de significativa parcela da população, tornando-a presa fácil dos aliciadores para o trabalho escravo. (Costa, p.57, 2010)

Conforme tabela abaixo, só no ano de 2023, mais precisamente no primeiro semestre, o Brasil registrou o resgate de 1.048 pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão na zona rural:

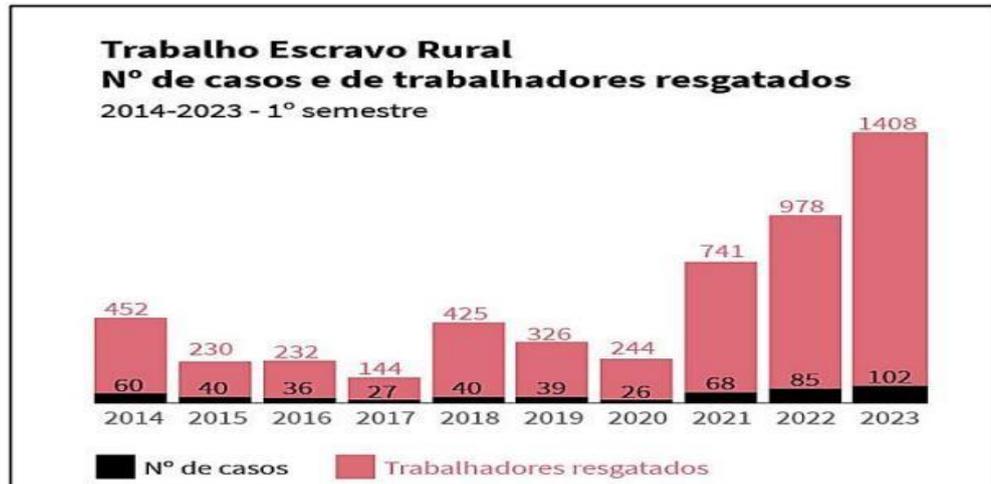


Figura 1. Extraída do site: Dados semestrais do Relatório Conflitos do Campo pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), 2023

Seria de grande valia se as ações do MTE e demais órgãos agissem com foco nos empregadores rurais, para que haja a adequação na forma de contratar e preparação das infraestruturas de trabalho, principalmente antes dos períodos que se conhecem como picos sazonais, a fim de conseguir suportar e melhor acomodar a nova demanda de trabalhadores, o que, por si só, à partida, já reduziria a probabilidade de jornada exaustiva, insalubre ou privações de direitos. (Brasil, 2019)

RISCOS, DIFICULDADES DE ACESSO E O DÉFICIT DE AUDITORES FISCAIS

Desde o último concurso para Auditor Fiscal do Trabalho, há 10 anos (2013), o quadro de servidores já apresentava indícios de insuficiência, a falta de recursos fiscais e a ausência de concursos públicos para a formação de agentes efetivos de carreira, apresentam-se como a justificativa para esse panorama.

De acordo com Paulo Moraes, procurador do Trabalho, em 2018 já existia um déficit de cerca de 30%, e a não abertura de orçamento para a realização de concursos poderá considerar - se crime de responsabilidade. (Agência Senado, 2018)

A fiscalização é um pilar essencial para combate ao trabalho análogo à escravidão, porém, há muitos desafios a serem superados nesse caminho. Alguns dos riscos e dificuldades passam pela escassa proteção oferecida aos auditores-fiscais do trabalho, que torna vulnerável a estrutura de fiscalização diante dos inúmeros casos de pessoas submetidas às condições de submissão, à falta de recursos e à resistência por parte de empregadores. (Brasil, 2022)

Reiteradamente, há a divulgação de casos em que os fiscais se deparam com ameaças de morte por parte de proprietários das terras e estabelecimentos vistoriados, bem como o impedimento das fiscalizações. O SINAIT – Sindicato

Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, reuniu em um documento intitulado “linha do tempo”, diversos casos de agressões a auditores fiscais do trabalho no exercício de suas funções, no período de 2004 a 2022, sendo o mais recente em julho do último ano, na capital do estado do Maranhão. (Brasil, 2022).

Conforme consta na “linha do tempo”, exercer o trabalho como auditor fiscal do trabalho não é uma tarefa fácil, pois, são profissionais que vivem sob a mira de ameaças, sofrendo atentados, denúncias caluniosas, agressões e assédio, ao tentarem realizar as fiscalizações. (Brasil, 2022)

Durante a segunda parte do Congresso Internacional de Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas, que aconteceu na cidade de Belo Horizonte – MG, o Sr. Gildásio Silva Meireles (2023), resgatado de condições análogas à escravidão, disse em seu depoimento:

Quando não temos de onde tirar o sustento de nossa família, colocamos-nos em situações de trabalho análogo à escravidão, uma vez que saímos da nossa zona de conforto. Quem nos escraviza não tem medo de ser abordado pela fiscalização, porque a punição é demorada e acabam pagando somente uma multa. (Brasil, 2023)

O Governo brasileiro reconheceu oficialmente a existência de trabalho em situações análogas às de escravidão apenas no ano de 1995, iniciando também as fiscalizações por meio do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Dessa forma, é possível entender que o instituto das fiscalizações ainda é jovem e não consegue se sustentar sozinho; precisa de auxílio para sua subsistência e fortalecimento. (Brasil, 2020)

LISTA DE EMPREGADORES COM PRÁTICAS DE EXPLORAÇÃO DE TRABALHO – LISTA SUJA

De forma análoga, a lista suja do MTE funciona como um SPC do Empregador, é um cadastro que visa tornar público quais os empregadores (podem ser pessoas físicas ou jurídicas) mantêm empregados sob o regime de trabalho escravo ou tenham mantido em condições análogas à de escravo.

A proposta surgiu com a portaria n.540/2004, cuja recepção fora extremamente conturbada, e objeto de uma ADI (Ação Direita de Inconstitucionalidade), a ADI n.1155-3, ajuizada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, pois ao tempo da discussão, não havia uma definição sólida acerca do que seria considerado trabalho análogo à escravidão, além disso, a inclusão no cadastro não segue os preceitos constitucionais legais para sua inclusão pois esbarra no acesso ao devido processo legal, violação à livre concorrência, direito à propriedade e à ampla defesa. (Brasil, 2012; MTE, 2014)

Vale destacar que a inclusão no cadastro impacta a atividade do empregador em várias esferas, uma vez que pode implicar em restrições de concessão de crédito bancário, dissolução de relações comerciais e até mesmo a depreciação da imagem do Empregador no mercado.

A desarmonia instaurada pela proposição da portaria n.540/2004 passa pela sobreposição de um ato administrativo à necessidade de lei que regulamente a referida restrição. No ano de 2012, 8 anos após a ADI, o STF julgou extinta a ação que questiona a Lista Suja, por perda de objetivo pois foi a portaria nº 540/2004 foi

substituída e hoje a matéria é regulamentada pela portaria Interministerial do MTE/SDH (Secretaria de Direitos Humanos) de nº 2/2011. (Brasil, 2019)

Levando em consideração a discordância da portaria revogada, cabe evidenciar que o cadastro é uma ação administrativa e que não se confunde com a esfera criminal, a inclusão ocorre após uma decisão administrativa final, referente ao auto de infração (o qual foi lavrado em decorrência de ação fiscal), que tenha constatado e identificado trabalhadores submetidos ao trabalho escravo.

Cada auto de infração resultará em um processo administrativo, o qual permite que os empregadores envolvidos tenham direito à defesa, em duas instâncias administrativas. O apontamento no cadastro permanece, em regra, por 2 anos, no entanto, há a possibilidade de acordo com o Governo e serem suspensos do cadastro. A lista deve ser atualizada semestralmente (Portaria Interministerial nº 4 de 11 de maio de 2016, do Governo Federal). (Brasil, 2019; Gedanken, 2022; CUT, 2023)

VIDA PÓS RESGATE: A TENTATIVA DE COMPENSAÇÃO

O resgate dos trabalhadores rurais em situação de trabalho análogo à escravidão é um passo importante, porém, a vida pós resgate pode ser um desafio, a falta de oportunidade de emprego dificulta a efetiva reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho.

No Brasil, existe o programa do Fluxo Nacional de Atendimento às Vítimas de Trabalho escravo, aprovado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, estabelecido pela portaria 3.484/2021, criado através da união de diversas instituições voltadas ao combate do trabalho análogo à escravidão e no oferecimento de atendimento qualificado e humanizado às vítimas. (Brasil, 2021)

Conforme cartilha disponibilizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, o primeiro passo do fluxo é a denúncia, a qual consiste no recebimento, processamento e triagem, que prosseguirá para o planejamento das operações de fiscalização. (Brasil, 2021).

O segundo passo é o resgate, sendo os órgãos responsáveis o Coetrae, Assistência Social, MPT, MPF e DPU, que tomarão as providências quanto a inspeção do trabalho, ao pagamento de verbas trabalhistas e a articulação com as instituições para que os trabalhadores tenham a devida assistência social e quaisquer outras que forem necessárias para a promoção do atendimento imediato e adequado. (Brasil, 2021)

O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) é o órgão gestor da assistência social, responsável pela mobilização da equipe ou equipamento necessário para o devido acolhimento aos resgatados. (Brasil, 2022)

Os trabalhadores serão preferencialmente inseridos no PAEFI (Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou que tiveram seus direitos violados, caso não sejam inseridos a este programa, os trabalhadores serão encaminhados para serviços locais. (Brasil, 2021)

E o terceiro passo trata-se do Pós-resgate, onde serão tomadas todas as

providências

necessárias quanto ao resgatado. O MPT e DPU, promoverão a judicialização de demandas não solucionadas administrativamente, a Assistência Social fará a triagem afim de identificar todas as necessidades dos resgatados e juntamente com o Coetrae irão encaminhá-los para seu local de origem e por fim, o Coetrae e Conatrae irão monitorar a situação dos resgatados e a implementação do fluxo. (Brasil, 2021)

Nota-se que há grande esforço por parte do Estado para agir no pós-resgate dos trabalhadores, como uma forma de compensação, mas, infelizmente, há pouca eficácia em ações preventivas dessa prática tão recorrente em nosso país, existem casos de reincidência por parte dos empregados e empregadores.

Segundo Nathália Canhedo (2015, p. 94), muitas vezes os empregados ao serem resgatados, “correm um alto risco de serem explorados novamente, uma vez que regressam para a mesma vulnerabilidade”, mesmo que haja a reabilitação, muitos deles não conseguem se realocar no mercado e acabam aceitando um trabalho mal pago e que não seguem os direitos trabalhistas.

E os empregadores voltam a explorar os trabalhadores por falta de punição mais severa. Exemplo disso é o Sr. Antério Mânica, dono da fazenda onde ocorreu o crime contra os Auditores Fiscais, que ficou conhecido como a chacina de Unaí em 2004. Em matéria disponibilizada no site Repórter Brasil por Leonardo Sakamoto e Daniel Camargos (2023), destaca-se que uma das propriedades de Mânica foi novamente alvo de fiscalização, na ocasião, foram resgatados 84 trabalhadores em condições análogas às de escravo. (Brasil, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do presente artigo, contextualizou-se a sequência histórica do que se conhece como trabalho forçado, ou análogo à escravidão no Brasil e, a evolução dos dados estatísticos, as dificuldades no enfreteamento e as consequências de sua permanência, com foco em Minas Gerais.

Restou evidente que as políticas públicas não devem limitar-se apenas a combater práticas de exploração ou condições irregulares de trabalho, uma vez que o trabalho análogo à escravidão está estreitamente ligado à vulnerabilidade dos trabalhadores, seja no âmbito financeiro ou intelectual, é importante que se reconheça a necessidade do preventivo e que investir em recursos tais como educação, infraestrutura e assistência, é essencial para a diminuição do aliciamento irregular e consequente exploração laboral.

De uma perspectiva ainda mais profunda, é imprescindível referenciar o valor constitucional do trabalho, e de como a constituição federal o coloca como pilar da dignidade humana, expressamente pautado nos art. 1º, IV; art.170, caput e art. 193. (Brasil, 1988)

A percepção de dignidade e pertencimento passa pelo trabalho. Segundo Cláudio Roberto Finati (1996, p.2), o trabalho dignifica a pessoa na medida que permite sua autoafirmação no seio da família e da sociedade, permitindo-lhe, ainda, participar integralmente da vida social". (TRT 15ª região, 1996)

Ainda no âmbito constitucional, é possível afirmar-se que como o homem tem o direito à vida, assim também é o direito ao trabalho, são indissociáveis. Os objetivos do Estado Democrático de direito são sedimentados na valorização do trabalho humano e na redução das desigualdades regionais e sociais, portanto, negar boas condições de trabalho é negar a dignidade humana e cancelar um retrocesso social junto com uma estagnação econômica.

Nas palavras de Jailton Macena de Araújo (2017, p.4), é imperioso, pois, que o verdadeiro desafio socioeconômico, que é assegurar a efetividade do valor social do trabalho, de modo a promover uma maior abrangência e um impacto social de suas acepções protetiva e geradora de oportunidades sociais, seja reconhecido e colocado como pauta principal das lutas sociais para a superação da exclusão. (Revista de Direito Brasileira, 2017)

É nesse sentido que a atuação protetiva do Estado deve ser maximizada como decorrência do pacto constitucional, exigindo que sejam firmadas verdadeiras cláusulas sociais internas, com o intuito de garantir um patamar mínimo de proteção fulcrado nos princípios base da Organização Internacional do trabalho (liberdade de organização sindical, negociação coletiva, eliminação da exploração do trabalho infantil, proibição do trabalho forçado e a não discriminação de trabalhadores, seja por raça, sexo ou qualquer outro fator). (Revista de Direito Brasileira, 2017)

A classificação deste tipo de cadeia produtiva, a irregular, no qual o trabalho análogo à escravidão se enquadra, é o registro de informalidade.

Como demonstrado no decurso do artigo, as irregularidades do trabalho forçado tendem a terminar ou na reincidência do aliciamento ou no desemprego, vez que não restam demais opções aos trabalhadores expostos a esta realidade, mas, não se pode pensar de forma separada no impacto que todo esse sistema de "emprego" terá na arrecadação e na previdência social.

Assim como ocorre no trabalho forçado, a informalidade também é sustentada por círculos viciosos, uma vez que, de forma simplista, fomenta o desemprego, diminui a arrecadação, desampara a receita pública, e desaquece o funcionamento da economia, o que, na linha final, resultará em menos investimento público revertido para os problemas sociais, o combate ao trabalho forçado e as indenizações e recursos a ele inerentes, nomeadamente. (Brasil, 2022)

Atualmente, o Brasil vive a crise da informalidade, o que vem sobrecarregando o sistema previdenciário.

REFERÊNCIAS

A Constituição de 1988 e o Direito do Trabalho - TST. www.tst.jus.br. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/memoriaviva/-/asset_publisher/LGQDwoJD0LV2/content/ev-jt-80-14>. Acesso em: 10 out. 2023

Administração Primeira República. mapa.an.gov.br. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario/administracao-primeira-republica>>. Acesso em: 11 out. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. Brasil tem o menor número de auditores fiscais do trabalho em

30 anos. Disponível em: > <https://agenciabrasil.ebc.com.br/en/node/1517555> > Acesso em: 29 out 23

ALVES, Amauri Cesar. Direito, trabalho e vulnerabilidade. Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Curitiba, v. 10, n. 103, p. 68-99, set. 2021.

ALVES, Joba. Trabalho escravo na base do “moderno” agronegócio. 2010. Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/jornal/304/destaque>>. Acesso em: 29 out 23

ALVES DA SILVA, M.; LAISE, S.; SANTOS COSTA. TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO: DISPUTA DO CONCEITO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO NO BRASIL1. [s.d.].

A inspeção do trabalho no Brasil enfrenta falta de auditores fiscais e de recursos financeiros. Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/04/03/a-inspecao-do-trabalho-no-brasil-enfrenta-falta-de-auditores-fiscais-e-de-recursos-financeiros>>. Acesso em: 06 nov. 2023.

Ajuda especializada a vítimas de trabalho escravo. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/04/ajuda-especializada-a-vitimas-de-trabalho-escravo#:~:text=O%20%C3%B3rg%C3%A3o%20respons%C3%A1vel%20pelo%20planejamento>>. Acesso em: 06 nov. 2023.

Aos 25 anos, Grupo Especial de Fiscalização Móvel do trabalho lança novo sistema para denúncias. Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/maio/aos-25-anos-grupo-especial-de-fiscalizacao-movel-do-trabalho-lanca-novo-sistema-para-denuncias>>. Acesso em: 23 out. 2023.

ARAÚJO, J. M. DE. VALOR SOCIAL DO TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DE CIDADANIA E DE RESISTÊNCIA À PRECARIZAÇÃO. *Revista de Direito Brasileira*, v. 16, n. 7, p. 115–134, 1 abr. 2017.

Atlas Brasil. www.atlasbrasil.org.br. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/ranking>>. Acesso em: 20 out. 2023.

Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos. Disponível em: <<https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social/servicos-e-programas-1/paefi#:~:text=O%20Servi%C3%A7o%20de%20Atendimento%20Especializado>>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BATISTA, Jeferson. ADI-3347: primeiro ataque à Lista Suja do Trabalho Escravo. Conectas. Disponível em: <<https://www.conectas.org/litigiopt/adi-3347-primeiro-ataque-a-lista-suja-do-trabalho-escravo#:~:text=15%2F10%2F04%20%E2%80%93%20Edi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 10 out. 2023.

BIGONHA, Geysa. Artigo: Valor social do trabalho é fundamento da República. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/artigo-valor-social-do-trabalho-e-fundamento-da-republica/>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em:

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10656942/artigo-186-da-constituicao-federal-de-1988>

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm

Café e trabalho escravo. Escravo, nem pensar! Disponível em:

<<https://escravonempensar.org.br/educarb/15-cafe-e-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 8 nov. 2023.

CALEGARI, Luiz Fernando, Jus.com. A Portaria n. 1.129/2017 do MT e o retrocesso no combate à escravidão contemporânea, 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61250/a-portaria-n-1-129-2017-dp-mt-e-o-retrocesso-nocombate-a-escravidao-contemporanea>. Acesso em: 19/06/2023

CANHEDO, Natália. A REINserÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DO EMPREGADO REDUZIDO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO COMO MEIO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. *Revista Vertentes do Direito*, v. 2, n. 2, p. 86–102, 4 dez. 2015.

CASSAR, Vólia Bomfim. *Direito do trabalho.* São Paulo: Método, 2020

Concurso AFT com 900 vagas não supre todo o déficit da carreira. *folha.qconcursos.com.* Disponível em: <<https://folha.qconcursos.com/n/concurso-aft-2023-vagas-autorizadas-nao-supre-o-deficit>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Concurso AFT: relatório apresenta déficit no quadro de servidores. *LS Ensino.* Disponível em: <<https://www.lsensino.com.br/noticia/concurso-aft-relatorio-apresenta-deficit-no-quadro-de-servidores/>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Concurso AFT com 900 vagas não supre todo o déficit da carreira. Disponível em: <<https://folha.qconcursos.com/n/concurso-aft-2023-vagas-autorizadas-nao-supre-o-deficit>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

Concurso AFT: relatório apresenta déficit no quadro de servidores. Disponível em: <<https://www.lsensino.com.br/noticia/concurso-aft-relatorio-apresenta-deficit-no-quadro-de-servidores/>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *Combatendo o trabalho escravo contemporâneo: o exemplo do Brasil.* Brasília: ILO, 2020, p. 57. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/-americas/---ro-lima/---ilo-brasil/document/publication/wcms_227300.pdf. Acesso em: 07 nov. 2023

COUTINHO JÚNIOR, José. Ruralistas querem mudar lei trabalhista para lucrar mais, diz presidente da CUT. 2013. Disponível em: < <https://sp.cut.org.br/noticias/ruralistas-querem-mudar-lei-trabalhista-para-lucrar-mais-diz-presidente-da-cut-9b14> . Acesso em: 26 out 23

DELGADO, Mauricio Godinho. *Curso de direito do trabalho.* 15. ed. São Paulo: LTr, 2016

Dicionário. *mapa.an.gov.br.* Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario>>. Acesso em: 11 out. 2023.

Diniz, A., & Dalla Corte, T. (2022). A VULNERABILIDADE DO TRABALHADOR RURAL EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVIDÃO. *Interfaces Científicas - Direito*, 9(1), 93–109. <https://doi.org/10.17564/2316-381X.2022v9n1p93-109>

Escravidão no campo: número de trabalhadores resgatados bate recorde no primeiro semestre, diz CPT. Brasil de Fato. Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/10/escravidao-no-campo-numero-de-trabalhadores-resgatados-bate-recorde-no-primeiro-semester-diz-cpt#:~:text=O%20Brasil%20resgatou%201.408%20pessoas>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, 2023.

<https://www.feraesp.org.br/relatorio-perfil-dos-resgates-de-trabalho-escravo-nomundo-brasil-e-sao-paulo/>. Acesso em: 18/06/2023. Sem autor: Relatório: perfil dos resgates de trabalho escravo no mundo, Brasil e São Paulo

GONÇALVES DE CARVALHO, A.; CARLOS, J.; MARTINS, B. O TRABALHO INFORMAL E A PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL: uma análise da uberização e seus reflexos nos direitos previdenciários do trabalhador. [s.l.: s.n.]. Disponível em:

<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/35993/1/OTrabalhoInformal.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

Governo atualiza “lista suja” do trabalho escravo, com mais de 200 nomes. CUT -

Central Única dos Trabalhadores. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/governo-atualiza-lista-suja-do-trabalho-escravo-com-mais-de-200-nomes-be46#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20do%20Trabalho%20e>>. Acesso em: 19 out. 2023.

Informalidade e maior tempo de contribuição dificultam aposentadoria. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-05/informalidade-e-maior-tempo-de-contribuicao-dificultam-aposentadoria>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

JARDIM, Philippe Gomes. Neo-escravidão: as relações de trabalho escravo contemporâneo no Brasil. **acervodigital.ufpr.br**, 2007. Disponível em:

<<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/10978>>. Acesso em: 18 out. 2023.

LAKATOS, E.M; MARCONI, M.A. Fundamentos metodologia científica. 4.ed.São Paulo: Atlas, 2003.

Lei do Ventre Livre. mapa.an.gov.br. Disponível em:

<<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/286-lei-do-ventre-livre>>. Acesso em 11 out. 2023

Lei dos Sexagenários. mapa.an.gov.br. Disponível em:

<<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/280-lei-dos-sexagenarios>>. Acesso em: 11 out. 2023

LINHA DO TEMPO. [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em:

<https://sinait.org.br/arquivos/publicacoes/Publicacao_108.pdf>. Acesso em: 19 out. 2023.

LIMA, Anna Luíza de Faria. **ESCRavidÃO CONTEMPORÂNEA NA ZONA RURAL BRASILEIRA: UM REFLEXO DE 300 ANOS DE ESCRavidÃO.** Repositório

Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em:<<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/27802/1/Escravid%C3%A3oContempor%C3%A2neaZona.pdf>>. Acesso em: 17/06/2023

LOURENÇO, E. Â. DE S.; LACAZ, F. A. DE C.; GOULART, P. M. Crise do capital e o desmonte da Previdência Social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, p. 467–486, 2017.

MARTINS¹, T. Trabalho análogo à escravidão pode ser maior do que mostram os números de 2021. Disponível em:

<<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/02/4984513-trabalho-analogo-a-escravidao-pode-ser-maior-do-que-mostram-os-numeros-de-2021.html>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/junho/mte-resgatou-1-443-trabalhadores-de-condicoes-anologas-a-escravidao-em-2023> > Acesso em: 29 out 23.

Minas Gerais tem apenas um auditor fiscal do trabalho para cada 15 cidades.

Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/05/03/minas-gerais-tem-apenas-um-auditor-fiscal-do-trabalho-para-cada-15-cidades>>. Acesso em: 05 nov. 2023.

MARÉS, Carlos Frederico. **Função social da propriedade.** In: SONDA, Claudia; TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (Org.). Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no Estado do Paraná. Curitiba: Instituto de Terras, Cartografia e Geociências, 2010. v. 1, p. 181- 198.

NASCIMENTO, Arthur Ramos do. **Trabalho escravo rural contemporâneo e o crime de redução à condição análoga a de escravo: aspectos jurídicos penais e a dignidade do trabalhador.** Revista de Estudos Jurídicos UNESP, Franca, ano 2019, n.30, p.1-21, ago-dez, 2015. Disponível em: <http://seer.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/index>. Acesso: 18/06/2023

Nova lista suja do trabalho escravo traz 190 pessoas físicas e jurídicas - MPT-MT. www.prt23.mpt.mp.br. Disponível em: <<https://www.prt23.mpt.mp.br/informe-se/noticias-do-mpt-mt/1209-nova-lista-suja-do-trabalho-escravo-traz-190-pessoas-fisicas-e-juridicas>>. Acesso em: 19 out. 2023.

OIT traça perfil de vítimas e empregadores do trabalho escravo. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2011/10/oit-traca-perfil-de-vitimas-e-empregadores-do-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

Onde Atuamos. Escravo, nem pensar! Disponível em: <<https://escravonempensar.org.br/nossas-acoess/onde-atuamos/?state=minas-gerais&city=>>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

O Trabalho Escravo no Brasil (1500 – 1888) - TST. www.tst.jus.br. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/memoriaviva/-/asset_publisher/LGQDwoJD0LV2/content/ev-jt-80-02>. Acesso em: 11 out. 2023.

O TRABALHO ESCRAVO PERDURA NO BRASIL DO SÉCULO XXI* Túlio Manoel Leles de Siqueira RESUMO.** [s.l.: s.n., s.d.]. Disponível em: <https://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_82/tulio_manoel_leles_siqueira.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

O trabalho escravo no Brasil é mais comum do que você imagina. Entenda. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/blog/o-trabalho-escravo-no-brasil-e-mais-comum-do-que-voce-imagina-entenda/#:~:text=Em%20geral%2C%20o%20trabalho%20escravo>>. Acesso em: 08 nov. 2023.

Pires, Aline de Melo. Auditores fiscais do Trabalho lançam manifesto por concurso público para novos cargos. Disponível em: <<https://www.protecao.com.br/geral/auditores-fiscais-do-trabalho-lancam-manifesto-por-concurso-publico-para-novos-cargos/>> Acesso em: 06 nov. 2023.

Por que o trabalho análogo à escravidão persiste no agronegócio brasileiro? Agência BORI. Disponível em: <<https://abori.com.br/artigos/por-que-o-trabalho-analogo-a-escravidao-persiste-no-agronegocio-brasileiro/>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

REVISTA ELETRÔNICA DO TRT-PR. Curitiba: TRT-9ª Região, v.10, n. 103, setembro, 2021. 103p. Vulnerabilidade e Hipossuficiência no Direito do Trabalho.

ROCHA, Sônia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São Paulo: R. C. Mores, 2001. P. 32 e 33.

SARAIVA, Carine Azevedo. A Portaria 1.129/2017 e o impacto na fiscalização do trabalho em condições análogas à de escravo no Brasil contemporâneo, 2021. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/cd/article/view/9946756>. Disponível em: <https://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v20n38p117-139>.

SESTREM, Thatiana. Lista Suja do Trabalho Escravo. Gedanken. Disponível em: <<https://gedanken.com.br/lista-suja-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 20 out. 2023.

SINAIT. STF extingue ação que questiona a Lista Suja. www.sinait.org.br. Disponível em: <<https://www.sinait.org.br/site/noticia-view?id=5214%2Fstf-extingue-acao-que-questiona-a-lista-suja>>. Acesso em: 20 out. 2023.

SINAIT. Disponível em: > <https://sinait.org.br/site/noticia-view?id=20694> > Acesso em: 29 out 23

SINAIT. Linha do Tempo. Disponível em: > https://sinait.org.br/arquivos/publicacoes/Publicacao_108.pdf . Acesso em 27 out 2023

SINAIT. Boletim destaca problema do déficit de AFTs. Disponível em: <<https://www.sinait.org.br/site/noticia-view?id=2754%2Fboletim-destaca-problema-do-deficit-de-afts>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SINAIT. Déficit de Auditores-Fiscais do Trabalho é destaque em jornal. Disponível em: <<https://www.sinait.org.br/site/noticia-view/?id=7455>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SINAIT. Os desafios da erradicação do trabalho escravo no Brasil. Disponível em: <<https://www.sinait.org.br/site/noticia-view?id=19721>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

SINAIT. Na mídia: Imprensa amplia cobertura do grave déficit de Auditores-Fiscais do Trabalho. Disponível em: <<https://sinait.org.br/site/noticia-view?id=20694>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

Smartlab - Promoção do Trabalho Decente. smartlabbr.org. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/31?dimensao=prioritarias>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Trabalho Escravo. InPACTO. Disponível em: <<https://inpacto.org.br/trabalho-escravo/>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Trabalho Escravo: "A educação é a principal política. Fundação Roberto Marinho. Disponível em: <<https://futura.frm.org.br/conteudo/midias-educativas/noticia/educacao-e-principal-politica-de-prevencao-ao-trabalho-escravo>>. Acesso em: 10 nov. 2023.

TRT MG: "Quem nos escraviza não tem medo de multa e a punição demora". Disponível em: <"Quem nos escraviza não tem medo de multa e a punição demora", afirma trabalhador resgatado — TRT-MG (trt3.jus.br)>. Acesso em: 02 nov. 2023.

UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA ADAPTADA PARA CRIANÇAS AUTISTAS

Juliana Mota de Souza Moncioso¹; Leonardo Louzada Meirelles¹; Rafaella Fernandes Sily de Assis¹; Bruno Eduardo Silva Ferreira²; Grasiella Oliveira Paizante³; Lara Pignaton Perim³; Clara Pacheco Santos³; Bárbara Ribeiro Marlacarne Paiva³.

¹Acadêmicos do curso de Psicologia

²Mestre em Psicologia– Docente Multivix – Vitória

³Docentes do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix - Vitória

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista abrange diversas alterações no curso do desenvolvimento, fazendo-se necessárias intervenções multiprofissionais adequadas à especificidade de cada pessoa. O presente trabalho aborda a importância da atividade física adaptada para crianças autistas, destacando eventuais benefícios para o desenvolvimento motor, cognitivo e social dessas crianças. O objetivo do estudo foi analisar a produção científica sobre o tema e identificar as principais estratégias utilizadas na prática de exercícios adaptados e seus benefícios. A metodologia adotada consistiu em uma revisão bibliográfica, com busca de artigos em bases de dados nacionais e internacionais. Crianças com autismo podem experimentar melhorias significativas ao se envolverem em atividades esportivas e exercícios físicos. Esse envolvimento, especialmente no que se refere ao desenvolvimento sensorial-motor, comunicação e interação social, ao se envolverem em atividades esportivas e exercícios físicos. Esses aspectos são essenciais para aprimorar a motivação e a autoconfiança, contribuindo assim para uma melhora nos processos de aprendizagem. Destaca-se a escassez de estudos na área da psicologia e a importância do trabalho em conjunto com outros profissionais como os da educação física. Conclui-se que a atividade física adaptada pode ser uma estratégia eficaz para promover o bem-estar e a qualidade de vida de crianças autistas, contribuindo para o seu desenvolvimento integral.

PALAVRAS-CHAVE: Autismo; Atividade Física Adaptada; Qualidade de Vida.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta alterações no desenvolvimento, acarretando desafios na comunicação, propensão ao isolamento social, respostas variáveis aos estímulos, diversidade de habilidades e déficits, além da manifestação de estereotípias e perturbações na comunicação (CARDOSO; BLANCO, 2018). Essas crianças também enfrentam desafios na interação social e expressão verbal, associados a comportamentos hiperativos, apego inadequado a objetos e padrões de rotina, juntamente com alterações nos domínios comportamentais, cognitivos e perceptivo-motores (OKUDA; MISQUIATTI; CAPELLINI, 2010).

No que diz respeito ao desenvolvimento motor, evidências indicam a presença de alterações, incluindo atrasos na marcha e déficits em controle motor fino, equilíbrio, esquema corporal, organização espacial e temporal, e movimentos oculares (LARSON et al., 2008) A gravidade do transtorno varia conforme o grau de suporte

diagnosticado, e embora não tenha cura, intervenções precoces podem atenuar sintomas (SANTOS et al., 2021; SBP, 2019). O diagnóstico do TEA segue critérios do DSM-V-TR, considerando déficits persistentes na comunicação social e comportamentos restritos e repetitivos (APA, 2023). Portanto, torna-se necessário ponderar acerca da relevância e significância da prática da atividade física adaptada para os indivíduos com Transtorno do Espectro Autista.

De acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS,2020), a atividade física refere-se aos movimentos realizados pela musculatura esquelética, que resultam em um gasto energético maior do que o repouso. A OMS recomenda que crianças e adolescentes com idades entre 5 e 17 anos exercitem pelo menos 60 minutos diários de atividade física, com intensidade moderada a vigorosa. É importante ressaltar a distinção entre "atividade física" e "exercício físico", sendo este último uma atividade planejada e estruturada, com o objetivo de preservar ou aprimorar os determinantes de saúde (OMS, 2020a). Além dos benefícios físicos amplamente conhecidos, como aumento de força muscular e resistência cardiorrespiratória, a prática regular de atividades físicas e exercícios oferece uma série de vantagens. Essas incluem a prevenção e tratamento de doenças como obesidade, diabetes e hipertensão, melhoria do humor, sono e redução de transtornos e distúrbios associados, além do combate e diminuição dos sintomas de ansiedade e depressão (MELLO, 2005). Também contribui para o desenvolvimento das funções cognitivas, como memória, atenção e raciocínio (ANTUNES, 2006). Portanto, é evidente que essas melhorias abrangem as esferas física, psicológica e cognitiva, promovendo uma melhor qualidade de vida para os indivíduos.

Nesse sentido, é consenso que a prática regular de atividades físicas e exercícios desempenha um papel importante na vida das pessoas. No entanto, em certos grupos, é necessário um foco especial devido a alterações no desenvolvimento, como é o caso do Transtorno do Espectro Autista (TEA) (DSM-V-TR,2023). Esse distúrbio do neurodesenvolvimento tem recebido destaque tanto na comunidade científica quanto no público em geral, e o número de diagnósticos tem aumentado significativamente em todo o mundo (OMS/OPAS, 2017).

Assim como em outras deficiências, a atividade física também se mostra um excelente mecanismo para o desenvolvimento global de pessoas dentro do espectro autista. A atividade física traz inúmeros benefícios para indivíduos autistas, como o aprimoramento da aptidão física, a redução de comportamentos agressivos, a

melhoria da qualidade do sono, o desenvolvimento social, físico e motor, além da redução dos níveis de ansiedade e depressão. A presença do exercício na vida das pessoas com TEA promove uma melhora significativa na concentração, desempenho acadêmico, memória e percepção de si mesmas, contribuindo para um maior desenvolvimento da saúde mental (BREMER; CROZIER; LLOYD, 2016).

A educação física adaptada, como apontado por Soares et al.(1992), não difere da educação física convencional em termos de conteúdo, mas sim nas abordagens do professor. Este adapta regras, estratégias metodológicas e aplicação de conteúdos para atender os alunos com necessidades educativas, garantindo a participação nas atividades.

1. O AUTISMO

De início, é fundamental evidenciar a necessidade de destacar o contexto histórico do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Sob essa ótica, conforme citado por Marfinati e Abrão (2014), Em 1943, o psiquiatra austríaco Leo Kanner publicou sua primeira investigação científica sobre o autismo, observando sérias dificuldades no desenvolvimento da linguagem em crianças. Ele descreveu o autismo clássico como "Distúrbios autísticos do contato afetivo". Segundo Marfinati e Abrão (2014), Kanner conduziu um estudo com onze crianças, destacando comportamentos de isolamento precoce, obstáculos nas relações afetivas, dificuldades de resposta a estímulos e restrição na expressão linguística. O entendimento das diferenças sensoriais e do processamento sensorial no autismo desempenha um papel crucial na compreensão e apoio a indivíduos com TEA.

Em 1944, o pediatra austríaco Hans Asperger descreveu quatro crianças com dificuldades de interação social, sem conhecimento da descrição de autismo infantil feita por Kanner no ano anterior. Ele chamou essa condição de "psicopatía autística". Essas crianças, embora mantivessem habilidades intelectuais, apresentavam pobreza na comunicação não-verbal, intelectualização de emoções, linguagem formal e interesses peculiares. Diferentemente dos pacientes de Kanner, elas não eram tão retraídas e desenvolviam uma linguagem gramaticalmente correta (KLIN, 2006). Logo, torna-se perceptível que os dois autores se diferenciam na interpretação do aspecto comunicativo do autismo.

A OMS (2020b) define o autismo infantil como uma síndrome presente desde o nascimento, manifestando-se antes dos 30 meses. Sintomas incluem respostas atípicas a estímulos auditivos ou visuais, dificuldades na compreensão da linguagem

falada, atrasos na fala, ecolalia, estrutura gramatical imatura, problemas com termos abstratos e pronomes inadequados. Compreender que crianças autistas têm formas distintas de comunicação e aprendizagem em relação às neurotípicas é crucial, destacando a necessidade de adaptação. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V-TR) da Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2023), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) envolve déficits na comunicação social, como dificuldades na reciprocidade sócio emocional e comportamento não verbal atípico, juntamente com comportamentos repetitivos e interesses restritos, sendo importante destacar que esses sintomas devem estar presentes desde o início do desenvolvimento e impactar significativamente o funcionamento. É necessário apontar o fato de que o TEA não é resultado de um transtorno de desenvolvimento intelectual, podendo variar em gravidade e ser acompanhado ou não de deficiência intelectual ou de linguagem, pode estar associado a condições genéticas, médicas e, ocasionalmente, à catatonia. Desse modo, o entendimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA) é fundamental para uma abordagem eficaz e apropriada, permitindo uma melhor compreensão e suporte às pessoas que vivenciam esse transtorno.

Atualmente, as pessoas autistas são compreendidas a partir do suporte necessário para sua adaptação social, o que representa uma diferença crucial para as formas anteriores de classificação da pessoa autista. Nessa lógica, no primeiro nível, "Requer apoio," observam-se desafios na comunicação não verbal, dificuldades na iniciação de interações sociais e respostas atípicas a tentativas de abertura de outros. No segundo nível, "Requer suporte substancial," surgem déficits acentuados na comunicação social, iniciação limitada de interações sociais e comportamentos restritos e repetitivos com dificuldade em lidar com mudanças. E por fim, no terceiro nível, "Exigindo suporte muito substancial," são evidenciados déficits severos na comunicação social, iniciação muito limitada de interações sociais e comportamentos restritos e repetitivos extremos, com dificuldade acentuada em lidar com a mudança e a necessidade de suporte significativo (DSM-V-TR,2023). Logo, compreender esses níveis auxilia na avaliação e no suporte adequado a indivíduos no espectro do autismo.

1.1 ASPECTOS NEUROPSICOLÓGICOS DA PESSOA AUTISTA

Adicionalmente, é importante ressaltar outra característica. De certo modo, indivíduos com Transtorno do Espectro Autista apresentam menor atividade no lobo frontal e na amígdala, e maior atividade nos giros temporais superiores em comparação com

pessoas não autistas, manifestando padrões incomuns de ativação cerebral em uma variedade de tarefas diferentes (BARON-COHEN, 1999; SCHULTZ, 2000). Além disso, podem ocorrer atrasos na comunicação, como o uso limitado de gestos sociais, como apontar para obter ou compartilhar a atenção, bem como exibição de uma variedade de comportamentos incomuns, restritos e repetitivos, apego a itens incomuns, comportamentos de girar objetos, brincadeiras estereotipadas e dificuldade em reagir a estímulos sensoriais, como sons altos (LORD, RISI, 2000; OUSLEY, CERMAK 2014).

Pode-se pontuar que as características típicas encontradas em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são diversas e estão relacionadas à idade e ao nível de desenvolvimento. Ademais, essas alterações abrangem vários aspectos do desenvolvimento infantil e podem ser categorizadas considerando sua natureza (MACHADO, 2014).

1.2 A INTEGRAÇÃO SENSORIAL DA PESSOA AUTISTA

Estudos contemporâneos sobre o déficit cognitivo em autismo têm sua base na pesquisa pioneira de Hermelin e O'Connor (1970), que foram os primeiros a investigar de forma científica como crianças autistas processam informações sensoriais ao resolver testes de habilidades de memória e motoras. Eles concluíram que essas crianças exibem déficits cognitivos específicos, como dificuldades na percepção de ordem e significado, que não podem ser atribuídas à deficiência mental. Além disso, Notaram desafios ao empregar input sensorial interno como entrada para efetuar distinções na falta de feedback de respostas motoras, e uma tendência a armazenar informações visuais utilizando um código visual, em contraste com crianças com desenvolvimento típico, que utilizam códigos verbais e/ou auditivos. É notável também a resposta intensa dessas crianças a estímulos auditivos, em contraposição à passividade geralmente demonstrada em situações envolvendo esses estímulos.

Assim, Ayres (1972) delinea o processamento sensorial como um complexo processo neurológico no qual o cérebro registra, organiza, modula e interpreta informações sensoriais provenientes do ambiente e do corpo. Essa elaboração de informações capacita os indivíduos a reagirem de forma automática e eficaz às demandas ambientais específicas.

Com o propósito de compreender o processamento sensorial, é essencial salientar a condução das informações sensoriais descritas por Ayres (1972). Os canais de recepção, conhecidos como receptores proximais, captam sensações proprioceptivas,

táteis, vestibulares, visuais, gustativas, auditivas e olfativas. Essas sensações são transformadas em impulsos e conduzidas até o córtex sensorial. No córtex sensorial, os impulsos sensoriais são integrados para interpretação e, em seguida, encaminhados ao córtex motor. Ao receber essa interpretação, o córtex motor desencadeia uma resposta motora. Por sua vez, para que a resposta ao estímulo seja apropriada, é imprescindível que o impulso siga o trajeto adequado.

Serrano (2016) observa que as Disfunções de Integração Sensorial, incluindo a Disfunção de Modulação Sensorial, surgem quando o Sistema Nervoso Central (SNC) enfrenta dificuldades no processamento das informações sensoriais do ambiente. A Disfunção de Modulação Sensorial se manifesta por respostas excessivas ou inadequadas aos estímulos, resultando em desafios para reagir adequadamente à intensidade, natureza e grau do estímulo. Os indivíduos com essa disfunção podem ser classificados como: 1) hiperresponsivos, com reações exageradas; 2) hiporresponsivos, com falta ou resposta reduzida; 3) buscadores sensoriais, procurando ativamente informações para ativar os sistemas sensoriais (SERRANO, 2016).

Nesse contexto, é incontestável que as crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), ao enfrentarem obstáculos no processamento e integração sensorial das informações provenientes dos órgãos dos sentidos, encontram dificuldades significativas para compreender as sensações corporais e interpretar o ambiente ao seu redor, incluindo, por exemplo, reações a sons altos.

1.3 A PESSOA AUTISTA E A AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM

O atraso no desenvolvimento da linguagem e a comunicação é um dos sintomas mais frequentemente relatados na pessoa autista. Por contrapartida, estudos apontam que as dificuldades no desenvolvimento social são os primeiros indícios a emergir, Embora apenas uma minoria dos pais os reconheça. Além disso, preocupações iniciais relacionadas à brincadeira, desenvolvimento motor, alimentação e sono também foram mencionadas pelos cuidadores de crianças autistas (ZANON; BACKES; BOSA, 2014).

Em um estudo com base na Autism Diagnostic Interview-Revised (ADI-R), 83,67% dos comportamentos relatados correspondiam a atraso/peculiaridade no desenvolvimento

da linguagem, problemas no comportamento social, ou comportamento estereotipado e repetitivo. Foram considerados: a) idade em meses quando os pais notaram algo errado nas áreas da linguagem, relacionamento social ou comportamento; b) primeiros sintomas de preocupação para os pais; c) percepção inicial (ZANON; BACKES; BOSA, 2014).

Zanon, Backes e Bosa (2014) destacam que cerca de 36,78% das alterações comportamentais observadas em crianças com TEA estão relacionadas ao desenvolvimento da comunicação e linguagem. Essas crianças enfrentam dificuldades não apenas na linguagem, mas também na comunicação não verbal, usando gestos de forma limitada e recorrendo a métodos não convencionais para se expressar, como movimentos corporais globais (REIS; PEREIRA; ALMEIDA, 2016). O início tardio da fala e seu desenvolvimento lento são comuns, e bebês com TEA geralmente demonstram menor receptividade à voz materna ou ao serem chamados pelo nome em comparação a outros bebês (ZANON; BACKES; BOSA, 2014). A regressão na linguagem também é uma ocorrência marcante, onde a criança deixa de adquirir novas palavras e enfrenta dificuldades comunicativas durante atividades anteriormente participadas (REIS; PEREIRA; ALMEIDA, 2016).

1.4 ASPECTOS MOTORES DA PESSOA AUTISTA

É imperativo compreender as características motoras de crianças autistas, dada a relação entre o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista e o comprometimento no neurodesenvolvimento, conforme destacado por Gallahue e Ozmun (2005). Esse transtorno provoca déficits no funcionamento cerebral, resultando em atrasos na fala, aprendizagem e aquisição de gestos motores, especialmente durante o desenvolvimento. Considerando a importância vital do movimento corporal na vida humana, o aprendizado das habilidades motoras inicia na infância, com gestos corporais simples, progredindo para formas mais complexas à medida que a criança se desenvolve (GALLAHUE; OZMUN, 2005). Desse modo, essa progressão é crucial para o desenvolvimento saudável do indivíduo.

É importante considerar que, até o presente momento, a habilidade ou execução motora não constitui critério diagnóstico para o TEA, embora estudos atuais evidenciem modificações sensório-motoras associadas ao autismo, as quais podem resultar em déficits nas aptidões sociais e comunicativas. Tais alterações motoras manifestam-se em uma gama que vai desde sutilezas até restrições mais acentuadas (LOPES; SOUZA; VICTOR, 2022).

As habilidades motoras se dividem em amplas e finas. As amplas envolvem movimentos corporais no ambiente, como locomoção, usando grandes grupos musculares (WATLING, 2013). Crianças com Transtorno do Espectro Autista frequentemente apresentam mudanças nos movimentos devido a problemas nos sistemas proprioceptivos e vestibulares. A modulação sensorial deficiente pode afetar diretamente a coordenação e o controle postural (FEITOSA; ALMEIDA; ZONTA, apud OMAIRI et al. 2014). As competências motoras finas envolvem movimentos detalhados, coordenando pequenos grupos musculares para funções que exigem sincronização precisa (WATLING, 2013). Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam atrasos na coordenação motora fina, atribuídos principalmente a comportamentos repetitivos e interesses restritos. Isso inclui movimentos estereotipados como balançar as mãos, correr de forma desordenada e focar intensamente em um único objeto, além de manifestar distúrbios sensoriais. A complexidade das alterações nas habilidades motoras, da coordenação grossa à fina, destaca a importância de uma abordagem individualizada para uma intervenção eficaz e melhoria da qualidade de vida nesses indivíduos.

O desenvolvimento motor é considerado crucial, uma vez que no processo de interação com o ambiente a criança aprimora sua linguagem através da exploração ativa e manipulação de objetos, repetição de ações, domínio do corpo, controle do esquema corporal e estabelecimento de relações no ambiente circundante (LAMÔNICA, 2004). Assim, é essencial a compreensão do comportamento motor de um determinado indivíduo, quando se pretende intervir junto ao mesmo.

Debiasi e Lubel (2020) apontam, dentre os desafios de diversas ordens enfrentados pela criança com TEA, problemas ligados ao equilíbrio, à coordenação motora grossa e fina, ao esquema corporal, ao tônus muscular e à organização espacial e temporal, assim como à resistência muscular e à conquista dos marcos motores nos primeiros anos de vida. Embora o enfrentamento destes desafios seja de grande importância por si só, é importante compreender ainda como estes desafios reverberam em outras áreas da vida da criança com TEA.

Nessa perspectiva, no contexto do comportamento motor em crianças autistas, podem surgir comprometimentos relativos ao planejamento e sequenciamento motor. Essas dificuldades, associadas ao processamento visoespacial, refletem-se em prejuízos nas capacidades de compreensão e atribuição de significado às informações visuais (SCHMIDT, 2013).

Conforme destacado por Ferreira e Thompson (2002, *apud* AZEVEDO;

GUSMÃO, 2016), pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) enfrentam desafios na compreensão global e segmentada de seus corpos, bem como na percepção do corpo em movimento, impactando diretamente o equilíbrio. A ausência de consciência de partes específicas do corpo e o desconhecimento das funções associadas a cada uma delas podem resultar em movimentos, ações e gestos pouco adaptados. Em consideração a tal aspecto, é observado que esses indivíduos têm

uma propensão a permanecerem em constante movimento, manifestando hipercinesia, um excesso de atividade motora que prejudica o equilíbrio estático, ou seja, a capacidade de permanecer em repouso (SILVA, 2012).

Algumas crianças demonstram propensão a iniciar a marcha nas pontas dos pés, adotando essa postura particularmente em momentos de euforia ou ansiedade, o que resulta em uma marcha percebida como rígida e desajeitada. Sob esse raciocínio, Fernandes (2013, apud AZEVEDO; GUSMÃO, 2016) relata que crianças com diagnóstico tardio de transtorno autista apresentam irregularidades no padrão motor da marcha, notadamente o uso da ponta dos pés. Além disso, manifestam uma postura assimétrica do braço durante a caminhada e anomalias no movimento geral. Os autores indicam que essas anormalidades no movimento do braço podem estar relacionadas ao controle do equilíbrio, sugerindo, assim, uma possível implicação do cerebelo, dadas suas funções na coordenação motora e no controle do balanço.

Azevedo e Gusmão (2016) apontam que uma quantidade significativa de crianças diagnosticadas com autismo manifestam hipotonia de intensidade moderada, frequentemente impactando a postura e propiciando o surgimento de escoliose durante a adolescência. Em algumas instâncias, é possível observar a presença de hipertonia ou mesmo flutuações na tensão do tônus muscular.

Assim, é possível constatar que crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista enfrentam desafios no âmbito do comportamento motor, uma vez que, em diversas situações, há obstáculos nas interações sociais, tornando complexa a promoção de atividades lúdicas voltadas para o estímulo desse domínio nesses indivíduos (CUNHA, 2010).

2. ATIVIDADE FÍSICA, PRÁTICA ESPORTIVA E SEUS BENEFÍCIOS

A atividade física pode ser definida como todo movimento do corpo acionado pelos músculos esqueléticos, demandando mais energia do que os níveis usuais de repouso (GUEDES; GUEDES, 1995). Por sua vez, devido à ampla gama de interpretações, definir precisamente o termo "esporte" tem sido desafiador. No entanto, recentemente, um conceito amplamente aceito na área da promoção da saúde descreve o esporte como um conjunto organizado de atividades corporais relativamente complexas, envolvendo competições institucionalmente regulamentadas que se baseiam na superação de competidores ou de

marcas/resultados anteriores estabelecidos pelos próprios atletas (GUEDES; GUEDES, 1995).

2.1 ATIVIDADE FÍSICA

A definição contemporânea de atividade física destaca seu papel crucial no dia a dia, sendo qualquer movimento corporal que gasta energia (PITANGA, 2002). A brincadeira na infância, um tipo de atividade física, vai além da diversão, impactando no desenvolvimento cognitivo e social das crianças (BARBANTI, 2006). Estimula a criatividade, a resolução de problemas e o entendimento das normas sociais, proporcionando aprendizado valioso fora do contexto estruturado do esporte. Manter um nível adequado de atividade física é essencial para executar tarefas diárias sem excessos orgânicos (PELLEGRINOTTI, 1998), promovendo não apenas saúde física, mas também qualidade de vida. A prática regular de atividades físicas não só mantém o funcionamento orgânico, mas fortalece a resistência física e mental, sendo essencial para a saúde.

2.2 PRÁTICA ESPORTIVA

Atividade física e esporte se diferenciam consideravelmente. Segundo Barbanti (2006), o esporte envolve competição organizada, enquanto as atividades físicas variam de simples exercícios a práticas mais intensas, sem o componente competitivo. Essa distinção é crucial para equilibrar saúde e competição, respeitando objetivos individuais. Há debates sobre o conceito atual de esporte na academia: para Santin (1996), o esporte perdeu sua essência lúdica, com crescente comercialização e excesso de competição. Isso levanta questões éticas e morais, desafiando a compreensão do papel contemporâneo do esporte e seus valores.

Enquanto o esporte está ligado à competição e seus aspectos, positivos e negativos, a atividade física está mais conectada à recreação, focando no prazer e relaxamento voluntário (BARBANTI, 2006). Ambos desempenham papéis distintos na saúde e bem-estar: a atividade física beneficia a saúde geral, enquanto o esporte contemporâneo vai além da atividade física, enfatizando a busca pela vitória e o melhor rendimento (AZEVEDO, 2011).

2.3 BENEFÍCIOS DA ATIVIDADE FÍSICA E DA PRÁTICA ESPORTIVA

A falta de atividade física, chamada de sedentarismo, está associada a diversos problemas de saúde, como obesidade, doenças cardíacas e diabetes. Incentivar a atividade física na infância não só cria hábitos saudáveis, mas também pode influenciar a prática esportiva na vida adulta (ALVES, 2005). Exercícios regulares não apenas melhoram a saúde física, mas também estimulam funções cognitivas, como memória e atenção (Antunes, 2006). A prática esportiva não só promove o desenvolvimento físico, mas também social e afetivo, cultivando valores como cooperação e resiliência (SANCHES, 2011; GROTBORG, 2002). Esses benefícios se estendem a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e contribuem para uma melhor qualidade de vida, independente da idade ou condição de saúde.

3. METODOLOGIA

A abordagem do problema é qualitativa, porque obtém uma ciência de viabilidade, pois não almeja uma investigação direta das implicações e conclusões, mas propõe-se a apontar para um sentido da realidade, do fenômeno ou do processo estudado (PINTO, 2004). É ainda descritiva, uma vez que intenciona sistematizar e descrever o saber já desenvolvido e divulgado nas bases de dados nacionais além de estabelecer conexões entre diferentes variáveis (SILVA; MENEZES 2005). Adicionalmente, o procedimento adotado no trabalho consiste na realização de uma pesquisa bibliográfica. Sob essa perspectiva, para assegurar a validação apropriada de uma pesquisa bibliográfica, é crucial que se estabeleça uma problemática e um objetivo alinhados, buscando informações em obras, artigos, teses e dissertações, considerando que, com o advento da internet, também é possível obter dados relevantes online (SILVA; MENEZES, 2005).

3.1 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os artigos foram buscados nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), National Library of Medicine (PubMed) e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (Pepsic). No SciELO foram utilizados os descritores “autismo” e “atividade”, com os filtros “revista brasileira de educação”; “psicologia em estudo”; e “psicologia:

reflexão e crítica” retornando seis artigos; “autismo” e “atividade física”, onde foram usados os filtros: “revista brasileira de educação”; “psicologia em estudo”; “ciências humanas”; “education”; “educational”; “multidisciplinary”; “psicologia”; retornando cinco artigos; “autismo” e “esporte”, foram usados os filtros: “revista brasileira de ciências do esporte”; “sciences” e “sport; retornando dois artigos; No PubMed foram usados os descritores “sensory integration” e “autism” com os filtros “books and documents”; “review” “systematic review”; retornando cento e doze artigos; “autism” e “motor skills” com os mesmos filtros anteriores retornando vinte e um artigos, dos quais quinze artigos foram excluídos por não discutirem as eventuais relações entre atividade física e autismo em crianças; No Pepsic foram utilizados os descritores “autismo” e “atividade física”; “autismo” e “integração sensorial”; “autismo” e “atividade” não foram encontrados artigos relacionados a estes descritores.

Após a leitura dos resumos dos artigos selecionados, foram incluídos trinta e dois artigos, que foram lidos em sua totalidade e categorizados a partir de suas similaridades e contraposições.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A CRIANÇA AUTISTA

A Educação Física Adaptada, conforme Strapasson (2002), consiste em ajustar as atividades convencionais da educação física para torná-las seguras e adequadas às capacidades funcionais de crianças com necessidades especiais. Cidade e Freitas (2002) complementam que essa adaptação envolve o uso de métodos e estratégias para organizar os conteúdos da educação física, atendendo às necessidades educativas especiais de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Alguns pontos são cruciais para estimular a participação dos estudantes com autismo nas atividades. Nesse sentido, é imprescindível que o professor planeje minuciosamente o programa de Educação Física, estabeleça uma rotina consistente nas aulas e proporcione previsibilidade quanto às atividades, a fim de tornar mínimo a ansiedade e insegurança desses alunos (NABEIRO; SILVA, 2019). Essas práticas esportivas e atividades físicas oferecem um ambiente propício para que as crianças autistas desenvolvam suas habilidades motoras, explorem diferentes estímulos sensoriais e aprimorem suas capacidades de comunicação e interação social. Além

disso, tais experiências podem fortalecer sua motivação para participar de atividades educacionais, aumentando assim suas chances de sucesso no processo de aprendizagem.

A prática regular de exercícios colabora para o avanço da qualidade física, a redução de padrões comportamentais mal adaptativos (LANCIONI; REILLY, 1998), comportamento agressivo (ALLISON; BASILE; MACDONALD et al., 1991), comportamento estereotipado (LANCIONI; REILLY, 1998; ELLIOT et al., 1994; YILMAZ et al., 2004) e comportamento antissocial (PAN, 2010).

Além disso, de acordo com Staes e De Meur (1984), o desenvolvimento intelectual está intrinsecamente ligado à atividade física. As funções motoras, que englobam o movimento, não podem ser dissociadas do desenvolvimento intelectual, que abrange aspectos como memória, atenção e raciocínio, assim como da esfera afetiva, que compreende emoções e sentimentos. Para que o processo de leitura e escrita ocorra de maneira eficaz, é essencial o domínio das habilidades a ele relacionadas, uma vez que essas habilidades representam manifestações psicomotoras fundamentais. Além dos benefícios cognitivos apontados, a prática de atividades físicas, de forma geral, proporciona benefícios de ordem sensorial, motora e social.

4.2 BENEFÍCIOS SENSORIAIS

Estudos indicam o alto índice de comportamentos atípicos interpertinentes à resposta sensorial em crianças autistas (MONTEIRO et al., 2020). A Terapia de Integração Sensorial (IS) surge como uma abordagem eficaz, considerando o processamento sensorial e a modulação sensorial como elementos fundamentais (AYRES, 1972; MOMO; SILVESTRE, 2011).

Momo e Silvestre (2011) ressaltam a importância de organizar informações sensoriais pelo ajuste do ambiente físico, das atividades em sala de aula, parque e recreação, incluindo corpo, movimento, lanche e rotinas de higiene. Estratégias sensoriais eficazes demandam compreensão profunda de cinco aspectos cruciais: demanda da situação, contexto, estímulos ambientais, reações observadas e comportamentos emitidos. Isso busca criar ambientes mais favoráveis para pessoas

com necessidades específicas, como aquelas enfrentando desafios sensoriais no espectro autista. Os componentes fundamentais do processo de intervenção em Integração Sensorial, alinhados com a proposta de Ayres, incluem: proporcionar experiências sensoriais; apresentar desafios na medida apropriada; envolver a criança na escolha de atividades; orientar a auto-organização; exercitar o interesse; criar uma atmosfera lúdica; maximizar o sucesso da criança; garantir a segurança física; promover um ambiente motivador; e estruturar uma aliança terapêutica (relação terapeuta-paciente) (PARHAM et al., 2007). Esses princípios orientam a abordagem da Integração Sensorial para criar intervenções eficazes e personalizadas para indivíduos com desafios sensoriais, como aqueles no espectro do autismo.

4.3 BENEFÍCIOS MOTORES

No que diz respeito à condição física, a prática de atividade física proporciona melhorias na flexibilidade e equilíbrio (YILMAZ et al., 2004), resistência, flexibilidade e aptidão cardiovascular e aumento da força muscular (PAN, 2011).

Segundo Machado (2001), a intervenção psicomotora, dentro do campo da Educação Física, é uma estratégia eficaz para promover o desenvolvimento global e corrigir possíveis desvios. Essa abordagem é valiosa para crianças autistas, expandindo suas habilidades motoras e sensoriais. Isso permite uma exploração organizada e supervisionada de sensações diversas, capacitando o indivíduo a lidar melhor com suas próprias sensações. A psicomotricidade, de acordo com Falcão (2010), busca transformar o corpo em um instrumento de interação e expressão com o outro, criando condições que facilitem a inter-relação entre a criança e a aprendizagem. Isso ocorre por meio do movimento corporal, abrangendo aspectos motores, emocionais, afetivos, intelectuais e expressivos. A prática de jogos e atividades lúdicas na educação física proporciona à criança uma conscientização sobre o próprio corpo, contribuindo assim com seu desenvolvimento motor.

A psicomotricidade na educação física, conforme Aquino e outros (2012), visa estimular o desenvolvimento da criança em seus aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais. A relação entre psicomotricidade e atividade física, segundo Molinari e Sens (2003), baseia-se nas necessidades fundamentais para o desenvolvimento infantil. Por meio de jogos e brincadeiras, essa abordagem influencia

positivamente no processo de maturação, proporcionando a base essencial para o desenvolvimento motor, afetivo e psicológico. Molinari e Sens (2003) afirmam ainda que a educação física escolar, centrada nas necessidades da criança, busca estimular a prática do movimento em todas as fases de sua vida, sendo essencial para atender suas necessidades básicas, como alimentação, sono e brincadeiras.

A utilização de atividades físicas regulares ou lúdicas, independentemente dos tipos de intervenção, pode melhorar a proficiência motora (WROTONIAK et al., 2006). Okuda e outros (2010) ressaltam a relevância da incorporação de atividades perceptivo-viso-motoras, sensório-motoras, jogos simbólicos, atividades lúdicas, jogos em grupo e estímulos sinestésicos. Essas práticas são consideradas eficazes no tratamento de crianças autistas, especialmente no estímulo à organização espacial e temporal, equilíbrio corporal e coordenação motora fina. Essas atividades contribuem para aperfeiçoar a percepção do próprio corpo, facilitando a realização de atividades diárias, sociais, escolares e lúdicas pelos alunos (OKUDA et al., 2010).

Conforme salientado por Souza e outros (2017), a incorporação de práticas como psicomotricidade e natação revelou resultados notáveis, evidenciando melhorias no apetite, tranquilidade e resistência das crianças com autismo. Essas atividades aquáticas têm demonstrado um impacto positivo significativo na qualidade de vida desses indivíduos, refletindo diretamente nas esferas física e emocional. Ademais, a abordagem da Equoterapia associada à Psicomotricidade, conforme ressaltado por Cruz e Pottker (2017), destaca-se por proporcionar benefícios como o desenvolvimento do esquema corporal, aprimoramento da postura e equilíbrio, além de contribuir para a coordenação motora. Esses ganhos não apenas impactam o desenvolvimento psicomotor, mas também promovem avanços nas interações sociais e educacionais das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Outros estudos (FALKENBACH; DIESEL; OLIVEIRA, 2010; MACHADO, 2001; SOUZA; FACHADA, 2012) destacam a eficácia da terapia psicomotriz. Essa abordagem envolve a realização de atividades corporais com contato e manipulação de brinquedos, objetos e utensílios do cotidiano. Tais práticas têm o potencial de contribuir significativamente para o aprimoramento de aspectos motores, indícios de simbolização, comunicabilidade, interação e afetividade.

4.4 BENEFÍCIOS SOCIAIS

A atividade física desempenha um papel vital no desenvolvimento de crianças com TEA, melhorando não apenas indicadores de saúde, mas também diversos aspectos multidisciplinares. Além de aprimorar funções cardíacas, pulmonares e coordenação motora, ela beneficia a aprendizagem sensório-motora, interação social, comunicação e controle do estresse (CARVALHO et al., 2021). Essa prática não apenas reabilita, mas também promove a inclusão social e o desenvolvimento integral das crianças com TEA (JESUS; AGGIO, 2022). A atividade física contribui para a melhora do condicionamento físico, interações sociais, redução de comportamentos estereotipados, aumento da concentração e desenvolvimento da linguagem, proporcionando experiências sensoriais confortáveis (HUANG et al., 2020; MOVAHEDI et al., 2013). Essas atividades regulares estimulam o cérebro, promovendo habilidades motoras, autonomia, aspectos cognitivos, compreensão de tempo e espaço, além de elevar a autoestima. Crianças com autismo frequentemente enfrentam déficits na interação social e habilidades de comunicação. Zhao e Chen (2018) encontraram melhorias significativas em interação social, cooperação e autocontrole em crianças autistas através de um programa de atividade física. Houve também avanços na comunicação, com colegas, professores e voluntários reagindo mais frequentemente. Em um estudo de Pan (2010) com 16 meninos durante 21 semanas, sessões de natação de 90 minutos, duas vezes por semana, resultaram em melhorias aquáticas, sociais e redução de comportamentos antissociais. O feedback e instruções individualizadas dos instrutores durante as sessões contribuíram para isso, aumentando a motivação e a autoestima dos participantes. Vínculos próximos com os instrutores também emergiram, fortalecendo o desenvolvimento social dos alunos autistas (PAN, 2010).

Todd, Reid e Butler-Kisber (2010) conduziram um estudo com 3 participantes, empregando uma intervenção de 16 semanas, com sessões de ciclismo realizadas três vezes por semana, com duração de 30 minutos cada. Além dessa intervenção, os participantes continuaram a participar do programa regular de exercícios físicos de suas escolas. Ao final do estudo, todos os participantes alcançaram seus objetivos individuais, que consistiam em aumentar a distância percorrida durante os 30 minutos,

com algumas variações de tempo entre os participantes, e também demonstraram um incremento nas interações sociais e cooperativas.

O estudo adotou estratégias de auto monitoramento, metas e feedback para melhorar a interação social e cooperação. As atividades regulares foram intensivamente direcionadas para abordar o problema da comunicação, estruturando o programa para integrar elementos úteis. Estímulos e incentivos foram utilizados para promover a comunicação entre as crianças, resultando em avanços notáveis nesse aspecto (TODD; REID; BUTLER-KISBER, 2010). A integração dessas crianças na sociedade, com atendimento precoce e a inclusão de atividades físicas na rotina, torna-se essencial para melhorar a interação social e reduzir as dificuldades enfrentadas. O conhecimento das características individuais e a adaptação de planos de atividades físicas são cruciais, com a utilização da Terapia de Integração Sensorial como uma ferramenta eficaz nesse processo (AGUIAR; PEREIRA; BAUMAN, 2017; LOPES, 2022; RICCO, 2017). Assim, a prática regular de atividades físicas, aliada à compreensão e adaptação às necessidades sensoriais específicas, contribui para o desenvolvimento e qualidade de vida de crianças com autismo (SRINIVASAN; PESCATELLO; BHAT, 2023).

Existem evidências que sugerem que, através da prática de atividades físicas e expressão corporal, é viável promover o desenvolvimento de habilidades comunicativas e sociais em indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (LÔ; GOERL, 2010; TOMÉ, 2007). O estudo de caso conduzido por Falkenbach, Diesel e Oliveira (2010) teve como propósito examinar aspectos relevantes, como a interação da criança com autismo com os professores e colegas, sua disposição para brincar e a evolução das brincadeiras ao longo do tempo, abrangendo situações de jogo e exercício. A pesquisa envolveu a participação de uma criança diagnosticada com autismo em aulas semanais de psicomotricidade, com duração média de 60 minutos, ao longo de aproximadamente 4 meses. Os resultados indicaram que o aluno com autismo apresentou expressiva afetividade em relação a um dos professores responsáveis pelas aulas (FALKENBACH et al., 2010).

Considerando que a educação física abrange tanto o corpo quanto a mente, ela se configura como uma importante aliada na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que se encontram dentro do espectro autista. A prática regular de atividades físicas e esportivas pode ter impactos positivos no desenvolvimento motor,

sensorial, cognitivo e na interação social dessas pessoas. Aumentar a frequência da prática de atividade física não apenas promove a socialização, mas também desperta o interesse dos autistas em participar de outras atividades (LOURENÇO, 2016), de modo que é possível dizer que a atividade física pode ser uma importante aliada no desenvolvimento global da criança com Transtorno do Espectro Autista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, novas pesquisas e avanços vêm ampliando o entendimento do autismo, que deixou de ser entendido como uma sentença de impossibilidade de convívio social para um padrão atípico de desenvolvimento, que demanda intervenções variadas, avaliadas caso a caso a partir dos déficits identificados na criança.

A atividade física pode ser vista como um componente destas intervenções, uma vez que a prática de atividades físicas e/ou desportivas apresenta um enorme potencial de benefícios de diversas naturezas, independente de a pessoa que pratica a atividade estar no espectro autista ou não.

Ao examinar as pesquisas e estudos envolvendo crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que praticaram atividade física para alcançar o objetivo de identificar os possíveis benefícios para essa população, é possível concluir que abordagens integrativas, como intervenção psicomotora e integração sensorial, associadas à atividade física, propiciam avanços notáveis no desenvolvimento motor, cognitivo e afetivo dessas crianças.

Segundo Massion (2006), crianças autistas podem obter benefícios significativos por meio da participação em práticas esportivas e atividade física, especialmente no que diz respeito ao aprendizado sensório-motor, comunicação e socialização. Esses elementos desempenham um papel fundamental no sucesso dos processos de aprendizagem, uma vez que contribuem para a melhoria da motivação e da autoconfiança. Os artigos encontrados permitem constatar a relevância do tema e a necessidade de se investir em novas pesquisas e intervenções nessa área, principalmente no âmbito do desenvolvimento psicomotor da criança autista. É importante destacar que a colaboração entre profissionais da psicologia e da educação física é fundamental para o sucesso dessas intervenções. Pode-se também salientar que as atividades psicomotoras devem ser incorporadas como parte

integrante da educação física na atividade física adaptada, uma vez que há consenso na literatura de que tais atividades contribuem significativamente para o desenvolvimento global da criança.

O movimento desempenha um papel crucial no desenvolvimento de todas as áreas do indivíduo, incluindo o desenvolvimento intelectual, que ocorre simultaneamente ao desenvolvimento motor. Isso justifica a importância de fornecer estímulos e manter as crianças ativas, pois a inércia pode resultar na estagnação de outras capacidades e da aprendizagem.

A adaptação de atividades para crianças autistas representa um pilar fundamental para viabilizar acesso pleno a oportunidades cruciais de aprendizagem, crescimento e desenvolvimento. Esta adaptação é imperativa para atenuar possíveis barreiras que, se não endereçadas com os ajustes adequados, poderiam comprometer o potencial benefício dessas atividades. Paralelamente, a adaptação de instalações e materiais desempenha um papel essencial ao lidar com crianças autistas dentro de ambientes educacionais ou terapêuticos. Essa prática possibilita a criação de um ambiente inclusivo e facilitador, permitindo o desenvolvimento apropriado de suas habilidades (CASTRO et al., 2023). Tais adaptações, ao proporcionarem um ambiente adaptado e acolhedor, tornam-se elementos essenciais para que cada criança autista possa não só explorar seu potencial máximo, mas também evoluir de maneira positiva, engajando-se ativamente nas atividades propostas (CASTRO et al., 2023). Esta abordagem, portanto, garante não apenas uma jornada de aprendizado eficaz, mas também satisfatória, proporcionando um ambiente propício ao crescimento integral e à participação plena das crianças autistas.

Assim, este estudo reforça a importância da atividade física adaptada como uma estratégia eficaz para promover o bem-estar e a qualidade de vida de crianças autistas. Importante destacar que embora a pesquisa nas bases de dados tenha retornado a trinta e dois artigos que versam sobre a relação entre atividade física e autismo, há pouca produção científica da psicologia sobre o tema. Na medida em que a psicologia ocupa um lugar central nas intervenções junto a crianças com autismo, é importante reconhecer todas as colaborações possíveis para potencializar o seu desenvolvimento. Desta forma, pode-se recomendar novas pesquisas que avaliem a inclusão do profissional de educação física no contexto das intervenções junto a crianças com autismo, identificando suas reais contribuições para essa tarefa.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Renata Pereira de; PEREIRA, Fabiane Silva; BAUMAN, Claudiana Donato. **Importância da prática de atividade física para as pessoas com autismo**. J. Health Biol. Sci. (Online), p. 178–183, 2017.
- ALVES, João Guilherme Bezerra et al. **Prática de esportes durante a adolescência e atividade física de lazer na vida adulta**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 11, p. 291-294, 2005. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbme/a/55vZdCWkTcF9b39mnCqpmVt/abstract/?lang=pt>.
 Acesso em: 20/09/2023.
- AQUINO, M.F.S. et al. **Psicomotricidade como Ferramenta da Educação Física na Educação Infantil**. Revista Brasileira de Futsal e Futebol, Edição Especial: Pedagogia do Esporte, São Paulo, v.4, n.14, p.245-257. Jan/Dez. 2012 INSS 1984-4956.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION — APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V TR**. Trad.: Daniel Vieira, Marcos Viola Cardoso, Sandra Maria Mallmann da Rosa. 5. ed., rev. Porto Alegre: Artmed, 2023.
- ANTUNES, H. K. M. et al.. **Exercício físico e função cognitiva: uma revisão**. Revista Brasileira de Medicina do Esporte, v. 12, n. 2, p. 108–114, mar. 2006. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbme/a/d6ZwqpnpcbKwM7Z74s8HJH8h/abstract/?lang=pt#>
 Acesso em: 07/11/2023.
- AYRES, A. J. **Sensory integration and learning disorders** . Los Angeles: WPS, 1972.
- AZEVEDO, Anderson; GUSMÃO, Mayra. **A IMPORTÂNCIA DA FISIOTERAPIA MOTORA NO ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS AUTISTAS**. Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde, Salvador, v. 2, n. 2, p. 76-83, Junho 2016 06/. Disponível em:
<https://atualizarevista.com.br/wp-content/uploads/2022/05/a-importancia-da-fisioterapia-motora-no-acompanhamento-de-criancas-autistas-v-3-n-3.pdf>. Acesso em: 15/11/2023.
- AZEVEDO, Marco Antonio Oliveira de; GOMES FILHO, Arnóbio. **Competitividade e inclusão social por meio do esporte**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 33, p. 589-603, 2011.
- BARBANTI, Valdir. **O que é esporte?**. Revista brasileira de atividade física & saúde, v. 11, n. 1, p. 54-58, 2006.
- BREMER, Emily; CROZIER, Michael; LLOYD, Meghann. **A systematic review of the behavioural outcomes following exercise interventions for children and youth with autism spectrum disorder**. The National Autistic Society, [s. l.], 9 jul. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1362361315616002>. Acesso em: 21/11/2023.
- CARDOSO, N.; BLANCO, M. **Terapia de Integração Sensorial e o Transtorno do**

Espectro Autista: uma Revisão Sistemática de Literatura. Revista Conhecimento Online, Novo Hamburgo, 18 mar. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/1547/2273>>. Acesso em: 13/11/2023.

CARREIRO, L. R. R.; DIAS, N. M.; MALLOY-DINIZ, L. F.; TREVISAN, B. T. T.; MINERVINO, C. A. da S. M.; ROAZZI, A.; SEABRA, A. G. **Testes de funções executivas no Brasil. In: Inteligência e funções executivas.** São Paulo: Memnon, 2014. p. 73-94.

Carvalho, A. S., Abdalla, P. P., Silva, N. G. F., Garcia Júnior, J. R., Mantovani, A. M. & Ramos, N.C. (2021). **Exercício Físico e seus benefícios para a Saúde das Crianças: Uma revisão narrativa.** Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida. Vol.13 Disponível em: <https://www.cpaqv.org/revista/CPAQV/ojs-2.3.7/index.php?journal=CPAQV&page=article&op=view&path%5B%5D=642> Acesso em: 13/11/2023.

CASTRO, Emanuelle; VENÂNCIO, Aderson; RAPOSO, Hethelen; MONTANHA, Kenny; SOUZA, Júlio. **Impactos da atividade física na qualidade de vida de crianças com Transtorno do Espectro Autista.** PEER REVIEW, [s. l.], v. 5, ed. 18, 21 nov. 2023. Disponível em:

<https://www.peerw.org/index.php/journals/article/view/898/584>. Acesso em: 21/11/2023.

CIDADE, R. E.; FREITAS, P. S. **Educação Física e Inclusão: Considerações para a Prática Pedagógica na Escola.** *Integração*, v. 14 - Edição Especial - Educação Física Adaptada -, p. 27-30, 2002. S. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/rL3CHBMyYt5zQmjftwLswtx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24/10/2023.

CRIPPA, J. A. S. (coord.). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM -5 -TR. 5, texto revisado.** Porto Alegre: Artmed Editora LTDA, 2023.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família.** 2.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2010. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/handle/123456789/2014>. Acesso em: 20/09/2023

CRUZ, Brenda; POTTKER, Caroline. **AS CONTRIBUIÇÕES DA EQUOTERAPIA PARA O DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA.** Revista UNINGÁ, Maringá - Paraná, v. 32, ed. 1, p. 147-158, Out/Dez 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/PC/Downloads/profeduardooliveira-uninga,+Editor+da+revista,+13+-+BRENDA+DARIENZO+QUINTEIRO+CRUZ+\(Psicologia\).pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/profeduardooliveira-uninga,+Editor+da+revista,+13+-+BRENDA+DARIENZO+QUINTEIRO+CRUZ+(Psicologia).pdf). Acesso em: 8/11/2023.

ELLIOTT JR, Reed O. Elliott Jr; DOBBIN, Anjanette; D. ROSE, Gordon; SOPER ,

Henry V. Soper. **Vigorous, aerobic exercise versus general motor training activities: Effects on maladaptive and stereotypic behaviors of adults with both autism and mental retardation.** *Journal of Autism and Developmental Disorders*, [s. l.], p. 565–576, Outubro 1994. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02172138#citeas>. Acesso em: 1/11/2023.

FALCÃO, H.T. **Psicomotricidade na pré-escola: aprendo com o movimento.** 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente) – Fundação Oswaldo Aranha Centro Universitário, Volta Redonda. Disponível em: https://sites.unifoa.edu.br/portal_ensino/mestrado/mecsma/arquivos/30.pdf. Acesso em: 1/11/2023.

FEITOSA, L. C.; ALMEIDA, M. F.; ZONTA, M. B. **Alterações Motoras no Transtorno do Espectro autista e a Intervenção da Fisioterapia.** 2013. In: OMAIRI, M. R. M. S. et al. *Autismo: perspectivas no dia a dia.* Curitiba: Ithala. 2014. p. 185 - 192. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072021000100008. Acesso em: 24/09/2023.

FALKENBACH AP, et al (2010). **O jogo da criança autista nas sessões de psicomotricidade relacional.** *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 31(2), 203-214 Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/706> Acesso em: 25/09/2023.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos.** São Paulo: Phorte, 2005.

GROTBERG, Edith. *Nuevas tendencias en resiliencia.* In: MELILLO, Aldo; SUÁREZ, ElbioNéstor (Orgs.). **Resiliencia: descubriendo las propias fortalezas.** Buenos Aires: Paidós; 2002. p. 19-30.

GUEDES, Dartagnan Pinto et al. **Níveis de prática de atividade física habitual em adolescentes.** *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 7, p. 187-199, 2001.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. **ATIVIDADE FÍSICA, APTIDÃO FÍSICA E SAÚDE.** *Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 18–35, 2012. DOI: 10.12820/rbafs.v.1n1p18-35. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/451>. Acesso em: 16/11/2023.

Hermelin, Beate and O'Connor, Neil. **Psychological experiments with autistic children**, by B. Hermelin and N. O'Connor Pergamon Press Oxford, New York, 1970.

HUANG, J.; DU, C.; LIU, J.; TAN, G. **Meta-analysis on intervention effects of physical activities on children and adolescents with autism.** *International Journal of Environmental Research and Public Health*, London, v. 17, n. 6, p. 1-11, 2020. **Benefícios da atividade física para crianças com TEA - Transtorno do Espectro Autista.** *Caderno Intersaberes*, Curitiba, v.11, n.31, p.177-188, 2022. Disponível em: <https://cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2133>. Acesso em: 25/10/2023.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral.** *Brazilian Journal of sychiatry*, v. 28, p. s3–s11, maio 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbp/a/jMZNBhCsndB9Sf5ph5KBYGD/>. Acesso em: 01/11/2023.

LAMÔNICA, D. A. C. **Linguagem na paralisia cerebral** In: FERREIRA, L. P.; BEFI-LOPES, D. M.; LIMONGI, S.C.O. Tratado de Fonoaudiologia, São Paulo: Editora Roca, 2004. p. 967 - 976.

LANCIONI, G. E.; REILLY, M. F O. **A Review of Research on Physical Exercise with People with Severe and Profound Developmental Disabilities**. Science, v.19, n.6, p.477-492, 1998. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/9836319/>. Acesso em: 24/10/2023.

LARSON, J. C. et al. **Acquisition of internal models of motor tasks in children with autism**. Brain, v. 131, n. 11, p. 2894-2903, 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18819989/>. Acesso em: 08/11/2023.

LAZZOLI, José Kawazoe et al. **Atividade física e saúde na infância e adolescência**. Revista brasileira de medicina do esporte, v. 4, p. 107-109, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbme/a/FYF9LC6DWWKRDQCz33xwNLk/>. Acesso em: 10/11/2023.

LÔ, Eliana Noronha; GOERL, Daniela Boccardi. **Representação emocional de crianças autistas frente a um programa de intervenção motora aquática**. Revista da graduação, v. 3, n. 2, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/graduacao/article/view/7902>. Acesso em: 10/11/2023.

LOPES, A.; SOUZA, M. B.; VICTOR, E. G. **Guia Prático das Principais Alterações Motoras no Autismo**. 2022 Apaec Ciência, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 28–33, 2022. DOI: 10.29327/216984.17.1-4. Disponível em:

<https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/186>. Acesso em: 13 nov. 2023.

LORD, C; RISI, S; LAMBRECHT, L; COOK JR, E H; LEVENTHAL, B L; DILAVORE, P C; PICKLES, A; RUTTER, M. **The autism diagnostic observation schedule-generic: a standard measure of social and communication deficits associated with the spectrum of autism**. J Autism Dev Disord, [s. l.], Junho 2000. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/11055457/>. Acesso em: 21/11/2023.

LOURENÇO, Carla Cristina Vieira et al. **A eficácia de um programa de treino de trampolins na proficiência motora de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v. 22, n. 1, p. 39-48, Jan.-Mar., 2016. Disponível

e

m:

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/Hx9Dq8np93gVRDXB976SFCm/?lang=pt>. Acesso em: 23/09/2023.

MACHADO, M, **Educação e Terapia da Criança Autista: uma abordagem pela via corporal**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano). Escola em Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Outubro de 2001. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/1540/000350826.pdf?...1>. Acesso em: 20/10/2023.

MACHADO, Márcia F. Lombo; ANSARA, Soraia. **De figurantes a atores: o coletivo na luta das famílias dos autistas**. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 14, n. 31, p. 517-533, dez. 2014. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10/11/2023.

MARFINATI, A. C.; ABRAO, J. L. F. **Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo**. Estilos clin., São Paulo, v. 19, n. 2, p. 244-262, ago. 2014. Disponível

em:http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282014000200002. Acesso em: 01/11/2023.

MASSION, J. **Sport et autism**. Science & Sports, v. 21, p. 243-248, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/246522996_Sport_et_autisme. Acesso em: 10/10/2023.

MINERVINO, C. A. da S. M.; ROAZZI, A.; SEABRA, A. G. **Testes de funções executivas no Brasil**. In: Inteligência e funções executivas. São Paulo: Memnon, 2014. p. 73-94. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/VfxkGbJJ8vrp4VHsL9fxbFn/?format=pdf>. Acesso em: 12/11/2023.

MOLINARI, A.M; SENS, S.M. **A Educação Física e sua Relação com a Psicomotricidade**. Rev. PEC, Curitiba, v.3, n.1, p.85-93, jul. 2002-jul. 2003. Disponível em:

<https://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2009/09/educacao-fisica-e-psicomotricidade1.pdf>. Acesso em: 10/10/2023.

MOMO, A.; SILVESTRE, C. **Integração Sensorial nos Transtornos do Espectro do Autismo**. In: SCHWARTZ-MAN, J. S.; ARAUJO, C. A. Transtornos do Espectro do Autismo. São Paulo: MEMNON, 2011. p. 297-313 2013. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/1547>. Acesso em: 08/11/2023.

MONTEIRO, R. C. et al.. **Percepção de Professores em Relação ao Processamento Sensorial de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 26, n. 4, p. 623–638, out. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/6mdg7TjHZHpSgZzsBCxZ6Ss/>. Acesso em: 08/10/2023.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo: guia prático**. 4ª ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE,

2005. Disponível em: https://www.ama.org.br/site/wp-content/uploads/2019/05/CAPA_GUIA_PRATICO_9_EDICAO_V3-mesclado-ALTA.pdf. Acesso em: 20/10/2023.

MEUR, A.; STAES, L. **Psicomotricidade: Educação e Reeducação**. Editora Manole, 1984, São Paulo, 1984.

Movahedi, A., Bahrami, F., Mohammad, S. M., & Abedi, A. (2013) . **Improvement in social dysfunction of children with autism spectrum disorder following long term Kata techniques training**. Research in Autism Spectrum Disorders, [s.l.], 7(9), 1054-1061. Disponível em: https://www.infona.pl/resource/bwmeta1.element.elsevier-3b8b52b9-2f66-3843-b311-dc6f47_53b9c6. Acesso em: 10/10/2023.

NABEIRO, M.; SILVA, F. C. T. **Atividade física e transtorno do espectro autista**. In: Atividade física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 4. ed. Barueri: Manole, 2019. p. 97-122.

NOTBOHM, A.D. **Cartilha do Transtorno do espectro autista. Assembleia Legislativa de Pernambuco**. Revista Autismo, 2005. Disponível em:

<https://www.alepe.pe.gov.br/servicos/download.php?arquivo=/Flip/pubs/cartilha-autismo/flip.pdf>. Acesso em: 08/11/2023.

PAN, Chien Yu. **Effects of water exercise swimming program on aquatic skills and social behaviors in children with autism spectrum disorder**. Autism, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 9–28, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1362361309339496>. Acesso em: 20/09/2023.

Parham, D., Ecker, C., Miller-Kuhaneck, H., Henry, D. & Glennon, T. (2007). **Sensory processing measure (SPM): Manual**. Los Angeles: western Psychological Services. Disponível em: https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-1-4419-1698-3_1894. Acesso em 21/10/2023.

PELLEGRINOTTI, Idico Luiz. **Atividade física e esporte: A importância no contexto saúde do ser humano**. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 3, n. 1, p. 22-28, 1998. Disponível em: <https://rbafs.org.br/RBAFS/article/view/1067>. Acesso em 20/10/2023.

PITANGA, FJ Gondim. **Epidemiologia, atividade física e saúde**. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 10, n. 3, p. 49-54, 2002. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rbcm/article/view/463>. Acesso em 20/10/2023.

RAMOS, Jorge. **ALTERAÇÕES ENCEFÁLICAS NO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: APROXIMAÇÕES DA NEUROPLASTICIDADE E A ATIVIDADE FÍSICA**. Revista da Associação Brasileira De Atividade Motora Adaptada, [s. l.], v. 24, ed. 1, 13 jun. 2023. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/14034>. Acesso em: 8/10/2023.

OKUDA, P. M.; MISQUIATTI, A. R. N.; CAPELLINI, S. A. **Caracterização do perfil motor de escolares com transtorno autístico**. Revista Educação Especial, v. 23, n. 38, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313127410009.pdf>. Acesso em: 17/11/2023.

OMS. (2020a). Organização Mundial da Saúde. **Diretrizes da OMS para Atividade Física e Comportamento Sedentário: num piscar de olhos**. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/337001/9789240014886-por.pdf?sequence=102&isAllowed=y#:~:text=Para%20sa%C3%BAde%20e%20bem%20Destar,dia%20para%20crian%C3%A7as%20e%20adolescentes.> Acesso em: 20/09/2023

OMS. **Autism spectrum disorders. Organização Mundial da Saúde**. 2020. Disponível em: [https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/autism-spectrum-disorders-\(asd\)](https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/autism-spectrum-disorders-(asd)). Acesso em: 15/11/2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE/ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa - Transtorno do espectro autista**, abril 2017. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?Itemid=1098>. Acesso em: 23/08/2023.

OUSLEY, Opal; CERMAK, Tracy. **Autism Spectrum Disorder: Defining Dimensions and Subgroups. Current Developmental Disorders Reports**, Atlanta USA, 1 mar. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC411262/pdf/nihms551307.pdf>. Acesso em: 9/11/2023.

BATISTA PINTO, E.. **A pesquisa qualitativa em Psicologia Clínica. Psicologia USP**, v. 15, n. 1-2, p. 71–80, jan. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/sC76Gj5gn8gmbZ7ZFC36Xxw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17/10/2023.

REIS, H. I. S.; PEREIRA, A. P. S.; ALMEIDA, L. S. **Características e Especificidades da Comunicação Social na Perturbação do Espectro do Autismo**. Revista Brasileira de Educação Especial: Autismo e Comunicação, Marília, v. 22, n. 3, p. 325-336, 2016. Acesso em: 05/07/2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/3xpxVppcrgDynBCM4TVDptQ/abstract/?lang=pt>.

RICCO, Ana Claudia. **EFEITOS DA ATIVIDADE FÍSICA NO AUTISMO**. 2017. 38 f. TCC (Graduação) - Curso de Educação Física-Bacharelado, - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, Rio Claro, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/3a0b642e-7441-4d89-8e70-a3b59f5cfa44>. Acesso em: 19/11/2023.

SANCHES, Simone Meyer; RUBIO, Kátia. **A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência**. Educação e pesquisa, v. 37, p.

Disponível em: 825-841, 2011 <https://www.redalyc.org/pdf/298/29821081010.pdf>. Acesso em: 12/11/2023.

SANTOS, D.L. dos; CORREIA, G.S.P; PEREIRA, M.E.B.; FREITAS, M.F.A. de; COUTINHO, D.J.G. **A importância do Atendimento Educacional Especializado no desenvolvimento pedagógico de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo-TEA**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v.7.n.10. out. 2021. Disponível

em:<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2681> Acesso em: 01/09/2023.

SANTIN, S. **Educação física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento**. Porto Alegre: EST/ESEF-UFRGS, 1996. Disponível em:

https://labomidia.ufsc.br/Santin/Livros/EF_da_alegria_do_ludico.pdf. Acesso em: 21/09/2023.

SILVA, A. B. B. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. Disponível em: http://alma.indika.cc/wp-content/uploads/2015/04/Mundo-Singular-Ana-Beatriz-Barbosa-Silv_a.pdf. Acesso em: 20/06/2019.

SILVA, Edna; MENEZES, Estera. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4 edição revisada e atualizada, Florianópolis, 2005. Disponível em:https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_e_laboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf . Acesso em: 16/11/2023.

SCHMIDT, C. **Autismo, educação e transdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

Schultz, R. T., Gauthier, I., Klin, A., Fulbright, R. K., Anderson, A. W., Volkmar, F., Skudlarski, P., Lacadie, C., Cohen, D. J., & Gore, J. C. (2000). **Abnormal ventral temporal cortical activity during face discrimination among individuals with autism and Asperger syndrome**. Archives of General Psychiatry, 57(4), 331–340. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/archpsyc.57.4.331>. Acesso em: 20/11/2023.

SERRANO, P. **A Integração Sensorial no desenvolvimento e aprendizagem da criança**. Lisboa: Papa-letras, 2016.

Srinivasan S. M., Pescatello L. S.. & Bhat A. N. (2014). **Current perspectives on physical activity and exercise recommendations for children and adolescents with allisin spectrum disorders**. Physical Therapy: 94: 875- 889. Disponível em: <https://doi.org/10.2522/ptj.20130157>. Acesso em: 27/09/2023.

SOARES, Carmem Lúcia et al. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/73/o/Texto_49_-_Coletivo_de_Autores_-_Metodologia_de_Ensino_da_Ed._Fsica.pdf. Acesso em: 12/09/2023.

Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). (2019) **Manual de Orientação Transtorno do Espectro do Autismo**. Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento. n. 5, 2019. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/21775c-MO - Transtorno do Espectro do Autismo.pdf. Acesso em: 02/09/2023.

SOUZA DC, et al. (2017). **A Psicomotricidade aquática com crianças autistas**. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, 10(1). Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/download/1369/880/>. Acesso em: 15/10/2023.

SOUZA, G. L.; FACHADA, R. **Atividade física para crianças autistas: Reconstruindo a base sócia familiar**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 17, No 173, Outubro de 2012. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd173/atividade-fisica-para-criancas-autistas.htm>. Acesso em: 20/11/2023.

STRAPASSON, A. M. **Educação física adaptada**. Bioatividade, Ano 1, Número 1. Rio VerdeGO: FESURV, 2002. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/9979>. Acesso em: 21/09/2023.

Todd, T.; Reid, G. **Increasing Physical Activity in Individuals With Autism**. Focus on Autism and Other Developmental Disabilities, v.21, n.3, p.167-176, 2006. Disponível em: <https://www.csuchico.edu/kine/assets/documents/increasing-physical-activity-in-individuals-with-autism.pdf>. Acesso em: 15/11/2023.

WATLING, R. **Peabody development motor scale**. In VOLKMAR, F. (ed), Encyclopedia of autism spectrum disorders. New York: Springer-Verlag, 2013.

WROTNIAK, Brian H. et al. **The relationship between motor proficiency and physical activity in children**. Pediatrics, v. 118, n. 6, p. e1758-e1765, 2006. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17142498/>. Acesso em: 18/11/2023.

Yilmaz, I. et al. **Effects of swimming training on physical fitness and water**. Pediatrics Internacional, v.46, p.624-626, 2004. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/15491399/>. Acesso em: 10/10/2023.

ZANON, R. B.; BACKES, B.; BOSA, C. A.. **Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 30, n. 1, p. 25–33, jan. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/9VsVL3jPDRyZPNmTywqF5F/?lang=pt> Acesso em: 10 nov 2023.

ZHAO, Mengxian; CHEN, Shihui. **Os Efeitos do Programa Estruturado de Atividade Física na interação e comunicação para crianças com autismo**. Hindawi, [s. l.], v. 18, 2018. DOI <https://doi.org/10.1155/2018/1825046>. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29568743/> -. Acesso em: 10 nov 2023.

MULTIVIX

CENTRO UNIVERSITÁRIO